

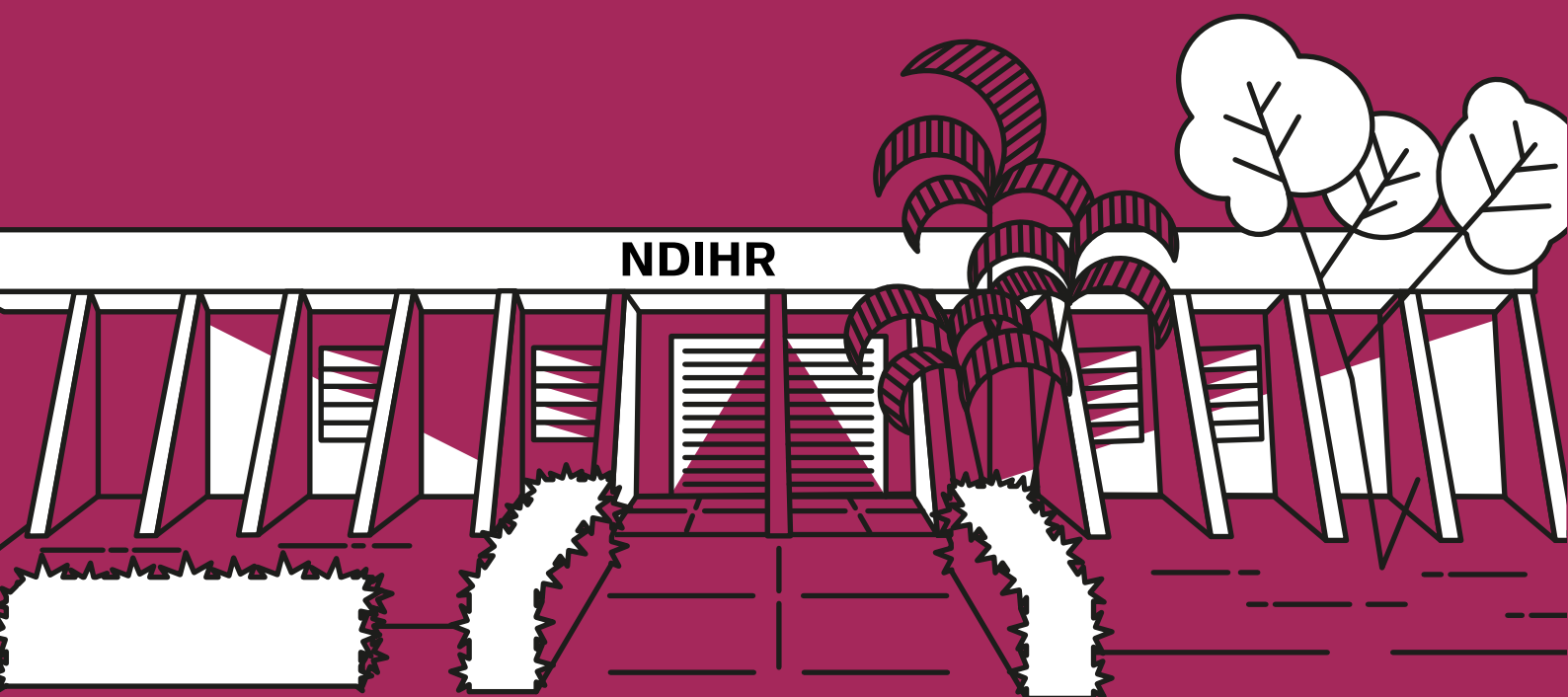


REVISTA ELETRÔNICA

DOCUMENTO MONUMENTO

ISSN 2176-5804
2009 - 2023

Vol. 35 N. 1 - Dez/2023



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO

53 anos da
UFMT

NDIHR



Ministério da Educação
Camilo Sobreira de Santana
Ministro da Educação



Universidade Federal de Mato Grosso

Reitor

Evandro Aparecido Soares da Silva

Vice-reitora

Rosaline Rocha Lunardi

Pró-Reitora Administrativa

Cendyi Aparecida Paes de Barros do Prado

Pró-Reitora de Assistência Estudantil

Taciana Mira Sambrano

Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Vivência

Luis Fabricio Cirillo de Carvalho

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Adelmo Carvalho da Silva

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

André Baptista Leite

Pró-Reitor de Pesquisa

Leandro Dênis Battirola

Pró-Reitor de Ensino de Pós-graduação

Jackson Antonio Lamounier Camargos Resende

Pró-Reitor de Planejamento

Roberto Perillo Barbosa da Silva

Pró-Reitor do Câmpus do Araguaia

Rodrigo Ferreira de Azevedo

Pró-Reitor do Câmpus de Sinop

Fábio José Lourenço

Pró-Reitor do Câmpus de Várzea Grande

Ilce de Oliveira de Campos

Diretor do Instituto de Geografia, História e Documentação

Marcus Silva da Cruz

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

Célio dos Santos - Supervisor do NDIHR



REDM

Revista Eletrônica Documento/Monumento

Conselho Editorial

Nileide Souza Dourado (NDIHR/IGHD/UFMT)

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (FE/UFMT)

José Serafim Bertoloto (MACP/UFMT)

Maria Adenir Peraro (IGHD/UFMT)

Otávio Canavarros (IGHD/UFMT)

Conselho Consultivo

Alexandra Lima da Silva (PPGE/UERJ e PPGHIS/UFMT)

Ana Maria de Almeida Camargo (USP/FFLCH)

Ana Virginia Teixeira da Paz Pinheiro (Biblioteca Nacional/RJ)

Antonio Rubial García (Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM)

Arturo Aguilar Ochoa (Benemérita Universidad Autónoma de Puebla – BUAP/México)

Bismarck Duarte Diniz (FD/UFMT)

Cândido Moreira Rodrigues (IGHD/UFMT)

Carlos Edinei de Oliveira (UNEMAT)

Carmen Fernández-Salvador (Universidad San Francisco de Quito/Ecuador)

Chiara Vangelista (Università degli Studi di Genova/Itália)

Ignacio Telesca (CONICET-IIGHI/Argentina)

Isabelle Combès (Instituto Francés de Estudios Andinos/Bolívia)

Joana A. Fernandes Silva (UFG)

João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)

José Manuel C. Marta (PPGHIS/UFMT)

Leny Caselli Anzai (IGHD/UFMT)

Leonice Aparecida de Fátima Alves (UFMS)

Luiza Rios Ricci Volpato (IGHD/UFMT)

Marcelo Fronza (IGHD/UFMT)

Marcus Silva da Cruz (IGHD/UFMT)

Marcos Prado de Albuquerque (FD/UFMT)

Maria de Fátima Costa (IGHD/UFMT)

Mário Cezar Silva Leite (IL/UFMT)

Michèle Sato (IE/UFMT)

Nicolas Richard (Université Européenne de Bretagne, Rennes 2/França)

Pablo Diener (IGHD/UFMT)

Rafael Sagredo Baeza (Pontificia Universidad Católica de Chile)

Renilson Rosa Ribeiro (IGHD/UFMT)

Ricardo Padron (University of Virginia/EUA)

Sara Emilia Mata (CONICET-Universidad Nacional de Salta/Argentina)

Suise Monteiro Leon Bordest (IHGMT)

Teresinha Rodrigues Prada Soares (ECCO/IL/UFMT)

Tiago C. P. dos Reis Miranda

(CIDEHUS: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora/Portugal)

Vitale Joanoni Neto (IGHD/UFMT)

Vitor Manoel Marques da Fonseca (UFF)

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

R454 Revista Eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. –

Vol. 35, n. 1 (Dez 2023) – . – Cuiabá : Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009- Semestral.

Modo de acesso: internet

<<http://www.ufmt.br/ndihr/revista/>>

ISSN 2176-5804.

1. História - Aspectos sociais. 2. Memória (História). 3. Pesquisa Histórica. I. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.

CDU 94(81):002

EDITORAS

Nileide Souza Dourado
Elizabeth Madureira Siqueira

CAPA

Direção de Arte: Maurício Mota
Projeto Gráfico: Tatiane Hirata

APOIO TÉCNICO

Érica Isabel de Melo

DIAGRAMAÇÃO

Marcio Antônio Alves da Rocha

CONTATO

Revista Eletrônica Documento/Monumento
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº.2367 – Cuiabá – MT.
Bairro: Boa Esperança
CEP: 78060-900

Tel.: (0**65) 3615-8473

E-mail:

redm.ighd@ufmt.br

EDITORIAL

A Revista Eletrônica Documento/Monumento – REDM, promovida pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, do Instituto de Geografia, História e Documentação - IGHD, da Universidade Federal de Mato Grosso, apresenta, no Volume 35, n. 1, de dezembro de 2023, edição comemorativa aos festejos dos “53 anos da UFMT”, 47 anos do NDIHR e “14 anos da Revista”, momento muito especial com a seção Artigos e a subseção intitulada: **Autores(as) Convidados(as)** pela editoria da REDM. O autor convidado desse volume é o cordelista *Raimundo Nonato Uchôa Araújo*, que apresenta o cordel intitulado **“PRO LI, PRO QUI, PRO COLÁ” – COMO MEU CORDEL FOI PARAR EM CUIABÁ!** Ocasão em que o autor, com a sua literatura de cordel busca retribuir a calorosa acolhida recebida em Cuiabá, escrevendo um texto mostrando as similaridades existentes entre *Cuiabá* e a sua terra natal, *Teresina*, no estado do Piauí.

A Revista Eletrônica Documento/Monumento – REDM apresenta, no Volume 35, um conjunto de investigações realizadas por professores e pesquisadores de diferentes instituições de ensino públicas e particulares, sem perder de vista o propósito do debate técnico-científico, essencial para o amadurecimento do conhecimento, versa sobre os mais diversificados temáticas. Trata-se de revista *on-line*, um meio amplamente democrático e acessível no meio intra e extra-acadêmico, criando e oferecendo aos leitores – alunos, professores, técnicos e demais pesquisadores – condições para que possam não apenas apreciar os diferentes textos, mas publicar seus trabalhos e investigações científicas.

SEÇÃO ARTIGOS:

No primeiro texto da seção, **EDIÇÃO FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA DO TESTAMENTO DEIXADO PELO FORRO VICENTE FRANCISCO DE FONTES – 1781**, os autores, **MARIA AUXILIADORA DE A. CAMPOS; VERÔNICA HIRATA e RENILSON ROSA RIBEIRO**, buscam apresentar a edição fac-similar e semidiplomática do testamento deixado pelo forro Vicente Francisco de Fontes, visando fornecer fonte fidedigna para futuros estudos filológicos, linguísticos, históricos e sociais do período colonial em Mato Grosso. Em **A SAÚDE PÚBLICA DOS POVOS INDÍGENAS NO GOVERNO DE EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI (1969-1974)**, os autores, **JOATHAN ALVES VIANA e LOIVA CANOVA**, apresentam informações gerais sobre as políticas de saúde pública para os povos indígenas durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, entre 1969 a 1974. **NILEIDE SOUZA DOURADO e RENILSON ROSA RIBEIRO**, com a reedição da **RESENHA COMENTADA DO LIVRO: CUIABÁ AO LONGO DE 100 ANOS**, descrevem e analisam aspectos relevantes do viver em Cuiabá, ao longo de 100 anos, cujos fatos são narrados pelas autoras Maria de Arruda Müller e Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues), as quais oferecem aos leitores uma leitura amena, agradável e divertida de Cuiabá no período em estudo (1889-1989), introduzindo fatos e pistas novas, numa narrativa dinâmica, suave, harmoniosa e com personagens originais e interessantes, além de distintas imagens. **A COR PÚRPURA: OPRESSÃO E VIOLÊNCIA NA VIDA DAS MULHERES NEGRAS**, em reedição, a autora **LÉIA DE SOUZA OLIVEIRA** apresenta uma reflexão sobre o livro e o filme denominados *A cor Púrpura*, acerca dos movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas pelos direitos humanos, em especial o das mulheres negras. **MARCIO ANTÔNIO ALVES DA ROCHA**, com a reedição do artigo, **ALGUNS FATORES QUE ENVOLVEM A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS**, procura apresentar alguns dos fatores que envolvem a implantação de sistemas eletrônicos de gestão de documentos, enfocando sua importância para os documentos arquivísticos. Já o artigo de **SANDRA JUNG DE MATTOS**, intitulado **MULHERES NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM OLHAR SOBRE O ESTADO DO CONHECIMENTO**, busca apresentar o estado do conhecimento das produções



REDM

ISSN: 2176-5804

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

acadêmicas, dissertações e teses, defendidas em programas de pós-graduação *stricto sensu* entre 1987 e 2023, início da publicação das produções, tendo as bases de dados consultadas, realizada no período de maio a agosto de 2023. A autora, **ELIANE MARIA OLIVEIRA MORGADO**, com o artigo ***MEMÓRIA DA IMPRENSA DE MATO GROSSO: PERIÓDICOS DOS SÉCULOS XIX E XX***, busca descrever sobre a pioneira trajetória do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional na preservação dos Jornais, Revistas e Boletins de Mato Grosso através da microfilmagem. O artigo intitulado ***SHOW DO MEDO: A BUSCA PELA AUDIÊNCIA A PARTIR DO ESPETÁCULO TRAVESTIDO DE NOTÍCIA***, de autoria de **MICHEL DA SILVA COELHO LACOMBE**, busca refletir sobre a motivação pelas quais os veículos de comunicação se utilizam de uma cultura de espetáculo, associada ao medo, na seleção e produção de notícias, valendo-se do pressuposto de seu dever de informar como uma máscara para conquistar a audiência. O artigo intitulado ***VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO OFICIAL E O DISCURSO DE AUTORIDADE SOBRE O RECNEI (1998-2000)***, de autoria de **ANA KELI MOLETTA**, busca investigar o discurso oficial relacionado à política de Educação Infantil no Brasil, no período de 1998 a 2000, focando no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI).

Este número da Revista, como já indicado, comemora os 53 anos da UFMT que é homenageada através do Núcleo de Documentação Informação Histórica Regional (NDIHR), da Universidade Federal de Mato Grosso, pelos seus 47 anos de sua existência, buscando documentar e registrar evidências históricas socioculturais da contemporaneidade e da pós-modernidade, de modo a constituir um acervo de referência sobre a realidade histórica regional que propicie acesso a dados científicos para subsidiar a montagem e desenvolvimento de projetos de pesquisa científica, projetos políticos, dentre outros. Portanto, espaço sempre aberto para receber contribuições de todos os campos do conhecimento, sintonizando ainda mais o NDIHR / UFMT com a diversidade de áreas científicas. A capa da Revista Eletrônica Documento Monumento (REDM), para este número e das próximas edições, será estampada com o frontispício do prédio do NDIHR/IGHD/UFMT.

EDITORAS:

DRA. NILEIDE SOUZA DOURADO

DRA. ELIZABETH MADUREIRA SIQUEIRA



REDM

SUMÁRIO

AUTOR CONVIDADO:

- 7** “Pro li, pro qui, pro colá” – como meu cordel foi parar em Cuiabá!
Literatura de Cordel
Raimundo Nonato Uchôa Araújo

- 12** Edição fac-similar e semidiplomática do testamento deixado pelo
forro Vicente Francisco de Fontes – 1781
Maria Auxiliadora de A. Campos; Verônica Hirata e Renilson Rosa Ribeiro

- 31** A Saúde Pública dos povos indígenas no governo de Emílio
Garrastazu Médici (1969-1974)
Joathan Alves Viana e Loiva Canova

- 48** Resenha Comentada do livro: *Cuiabá ao Longo de 100 anos*
Nileide Souza Dourado e Renilson Rosa Ribeiro

- 59** A COR PÚRPURA: Opressão e violência na vida das mulheres
negras
Léia de Souza Oliveira

- 75** Alguns fatores que envolvem a implantação de sistemas
eletrônicos de gestão de documentos
Marcio Antônio Alves da Rocha

- 90** Mulheres na Extensão Universitária: um olhar sobre o estado do
conhecimento
Sandra Jung de Mattos

- 107** Memória da Imprensa de Mato grosso: Periódicos dos Séculos
XIX e XX
Eliane Maria Oliveira Morgado

- 127** Show do Medo: a busca pela audiência a partir do espetáculo
travestido de notícia
Michel da Silva Coelho Lacombe

- 139** Veículos de Comunicação Oficial e o Discurso de Autoridade sobre
o RECNEI (1998-2000)
Ana Keli Moletta



REDM

ISSN: 2176-5804

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR



“Pro li, pro qui, pro colá” – como meu cordel foi parar em Cuiabá!

Literatura de Cordel

Raimundo Nonato Uchôa Araújo¹

Descobri e aprendi a gostar de cordel, desde a mais tenra idade, como a maioria dos garotos nordestinos que teve o privilégio de frequentar o mercado municipal de sua cidade, na companhia de seus pais.

Sou o primogênito de uma família de cinco filhos e meu pai tinha prazer em passear comigo, pedalando sua bicicleta pelas ruas da pequenina, mas próspera Campo Maior – Berço dos Heróis do Jenipapo – cidade onde nasci e onde ocorreu a Batalha do Jenipapo, em 13 de março de 1823, às margens do riacho de mesmo nome. E nesses passeios, vez e outra, íamos ao mercado fazer compras e lá era comum encontrar vendedores de bugigangas e “remédios mágicos”, que usavam folhetos de cordel, a fim de atraírem a atenção dos transeuntes para suas exposições, feitas sobre lonas estendidas ao chão. Diante do espetáculo de versos e rimas eu ficava maravilhado, construindo cenas em minha mente.

Outras experiências marcantes, que tive na infância, em contato com o cordel, ocorreram no terreiro da casa de meus avós, situada na zona rural do município, por trás da serra. Era comum durante as férias, no cair da tarde, uma pessoa letrada recitar alguns romances de cordel, para entreter a plateia disposta em círculo e sentada em tamboretes de madeira e couro. Esse tipo de apresentação funciona como uma espécie de apresentação teatral, que divertia e ao mesmo tempo informava.

Dentro de casa tive meu primeiro e grande entusiasta na figura de meu admirável pai, que guarda na memória vários versos e estrofes do mais autêntico “cordel bocagiano” ou, sendo mais ousado, “cordel fescenino”, que devo usar como inspirações para a minha próxima publicação.

E assim fui seguindo minha singela caminhada cordelística, até chegar a usar, durante minha graduação em Ciências Sociais na UFPI, em 1995, a poesia de cordel em um trabalho final no Tópico Especial de Antropologia: AIDS e Sexualidade, defendendo a ideia de que as campanhas de esclarecimento deveriam ser regionalizadas e apresentei meu trabalho, usando como anexo, o cordel *A Estória de João Sabido e José Cabeça Dura contra a AIDS*. Tomei mais gosto, ainda, pelo Cordel, pois não só conquistei nota máxima, com louvor, como vendi o direito de publicação para o governo do Estado, o que me rendeu uma boa graninha, à época. O cordel começa assim:

Vou usar da minha pena

¹ Raimundo Nonato Uchôa Araújo é Mestre em Ciência da Informação, Sociólogo, Tecnólogo em Construção Civil de Edifícios, cordelista amador bissexto, artesão e servidor aposentado da Universidade Federal do Piauí, além de folhetos de cordel também é autor dos livros *Cordel Ilustrado – eu canto ele traça!*, de 2003, e *Rimando em Causa Própria*, 2017.



Raimundo Nonato Uchôa Araújo é Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001), cursou duas graduações na Universidade Federal do Piauí: Tecnólogo em Construção Civil (1977) e o Bacharelado em Ciências Sociais (1995). Atuou como Tecnólogo em Construção Civil na mesma instituição (de 1978 até 2014) e como Professor Substituto durante 18 meses (jan/2003 a jun/2004). Foi Professor (Adjunto II) na Associação de Ensino Superior do Piauí (2002 a 2006). Atualmente, como aposentado, dedica-se ao cordel, tendo dois livros publicados: *Cordel Ilustrado: eu canto, ele traça* (2003) e *Rimando em Causa Própria* (2017) e alguns livretos, com títulos e temáticas variadas. E por ser irrequieto procura ocupar seu

tempo elaborando peças de artesanato decorativo, usando e reciclando diversos materiais, que incluem vidro, madeira, cabaça e pvc. (ranucho@hotmail.com)

*Pra uma estória contar
Igual a uma centena
Que já se fez registrar
Pra qual a palavra amena
Não basta pra não chocar.*

Em outra oportunidade, e mais uma vez provocado, resolvi escrever o que identifico como meu primeiro folheto de ação afirmativa. Explico: uma editora do Paraná publicou um livro, em março de 1998, que foi adotado em escola de segundo grau do Piauí, no qual cometeu um erro grave, ao apresentar o mapa do Brasil, sem constar o território piauiense. Isso rendeu muita gozação e o governador, à época, foi conceder entrevista no Programa do Jô, aumentando ainda mais a zoação e as piadinhas depreciativas. Vi diante do infausto ocorrido uma oportunidade para reafirmar as riquezas e belezas de meu Estado e escrevi *O Piauí tá no Mapa*, para o qual abusei da licença poética, a fim de encontrar palavras, que atendessem à estrutura do verso e ao apelo da rima terminada em “apa”. Meu trabalho repercutiu bem e foi muito elogiado, incluindo um dos maiores expoentes do cordel e da cantoria piauiense o eminente professor Pedro Mendes Ribeiro, principalmente quando lhe mostrei a proposta de apresentar esse cordel, também, em formato de cartaz, expondo-o nas paredes de shoppings, consultório, comércio etc. Nesse externei parte de minha revolta, sem perder de vista sua principal função – mostrar o Piauí para o mundo, aproveitando a gafe da editora curitibana:

*Minha revolta foi grande
Foi enorme meu tormento
Minha dor meu sofrimento
Que quase saí no tapa!
Jamais vou admitir
Que alguém queira excluir
O meu Piauí do mapa!*

Outro trabalho que destaco escrevi durante a VIII Conferência Brasileira de Folkcomunicação (FOLFCOM 2005), que ocorreu em Teresina-Pi, entre os dias 09 e 12 de junho. Na ocasião, a amiga professora Jackeline Dourado, sabendo de minha paixão pelo cordel, me provocou dizendo: *Uchôa você deveria escrever um cordel pra participar da Conferência!* Em seguida me explicou a temática (“a comunicação dos pagadores de promessas: do ex-voto à indústria dos milagres”). *Despertei pra*

escrever *A peleja de Zé Tripé: o pagador de promessa, que só teve uma muié!* A Comissão acatou meu trabalho e o exibiu em um auditório, diante de um público apreciável.

Na ocasião um episódio chamou a atenção da mesa de debatedores: ao empacotar o arquivo o cordelista e aprendiz de informática cometeu uma gafe e o *Power Point* não anexou a música (puts!). Daí os versos foram sendo exibidos, com as xilos, mas cadê a música, tão zelosamente escolhida, a partir da obra do Quinteto Armorial de nosso saudoso e querido Ariano Suassuna? Os deuses do “universo cordeliano”, não me abandonaram e vieram em meu socorro, fazendo com que a plateia não percebesse meu deslize e lesse atentamente a estória apresentada, fazendo com que o coordenador da mesa ao final observasse: “foi a primeira vez na minha longa jornada de professor que vi uma plateia tão grande, lendo um texto”! E a peleja do Zé Tripé, começa assim:

*Zé tripé era apelido
Desse homem sofredor
Que apesar de querido
Por todos em seu redor
Tinha o peito ferido
Pois carregava uma dor.*

Bom e, finalmente, como meu cordel foi parar em Cuiabá? Direi com prazer de estreante, pois a forma que encontrei pra retribuir a acolhida calorosa que recebi em todos os sentidos, quando vim pra Cuiabá lançar meu livro de poesias *Rimando em Causa Própria*, em 14 de novembro de 2017, foi escrever um cordel aproximando minha Teresina a essa, também, terra morena. E assim surgiu o pequeno cordel que segue:

Teresina e Cuiabá:

(seja aqui ou lá quero ser seu par!)
Andei pra lá e pra cá
Cumprindo alegre sina
E ao vislumbrar Cuiabá
Comparei com Teresina
E vi que aqui como lá
Muita coisa se afina:

Minha Terê é quentura
Cuiabá também aquece
Pois tem calor com fatura
Quem visita não esquece
E além da rica cultura
Tem um povo que enaltece;

O povo é hospitaleiro
E abraça seu visitante
Entrega-se por inteiro
E de modo confiante

*Age de um modo certo
E de forma cativante;*

*“Verde Cap” é o apelido
Pra Terê e Cuiabá
E isso traz um sentido
Basta só observar
A cor do belo “tecido”
Que usam pra se mostrar!*

*O culto à São Benedito
- Outro ponto de união –
Merece ser refletido
Pra saber qual a razão
E entender o sentido
Pra tamanha devoção.*

*Outra enorme riqueza
São as águas da cidade
Que nos deu a natureza
Com sua simplicidade
E nos enche de beleza,
Trazendo felicidade
Os rios com seu abraço
Que encontramos por cá:
O Coxipó, com seu traço;
Assim como o Cuiabá
Embelezam cada espaço
Por onde passam a banhar*

*Lá temos rios, também,
Da forma que tem aqui
O Parnaíba é um bem,
Que junto com o Poti
Traz tudo o que nos convêm
Do peixe ao buriti!*

*Outra observação
Que pode ser destacada
É a sutil condição
De cidade geminada
Que pode ser solução
Mesmo problematizada;*

*Lá é Timon, que é colada,
Com a nossa capital
Aqui é Várzea – juntada -
Formando dupla legal
Pra se fazer destacada
De forma fenomenal!*

Por isso digo e repito

*Para o povo cuiabano
Esse lugar é bonito
Que lhe abençoe o patrono
Nosso Senhor Benedito
Nos livre do desengano!*

*E que nossas capitais
Celebrem a amizade
Preservem os bens naturais
E o povo viva a bondade
E busquem cada vez mais
Viver com simplicidade!*

Diante do exposto concluo salientando que a literatura de cordel, apesar dos grandes avanços tecnológicos que ocorreram e continuam ocorrendo, em todos os setores da vida moderna e digitalizada, continua desempenhando papel importante, em virtude de suas características lúdicas e da poética cadenciada, que estão contidas nos versos e na métrica empregada por seus versejadores.

Dessa forma desempenha papel de destaque, desde tempos imemoriais, quando foi empregada para alfabetizar, até os dias atuais, ao aproximar pessoas e lugares, como está demonstrado no caso em tela: *Teresina* e *Cuiabá* têm muitas outras similaridades, além do calorão climático e humano, que aquece e apaixona!



REDM
ISSN: 2176-5804

EDIÇÃO FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA DO TESTAMENTO DEIXADO PELO FORRO VICENTE FRANCISCO DE FONTES – 1781

Maria Auxiliadora de A. Campos

Doutoranda em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
Servidora técnica em assuntos educacionais na UFMT
maria.campos2@ufmt.br.

Verônica Hirata

Mestre em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
Servidora técnica em assuntos educacionais na UFMT
veronica.hirata@ufmt.br.

Renilson Rosa Ribeiro

Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágio pós-doutoral em Educação pela Universidade de São Paulo(USP).
Professor Associado do Centro de Educação e Ciências Humanas na Universidade Federal de São Carlos(UFSCar).
rrenilson@yahoo.com

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo apresentar a edição fac-similar e semidiplomática do testamento deixado pelo forro Vicente Francisco de Fontes, visando fornecer fonte fidedigna para futuros estudos filológicos, linguísticos, históricos e sociais do período colonial em Mato Grosso. O documento faz parte do Fundo Juizado e Provedoria dos Órfãos: BRMT.APMT.JPO.PC 0008 (caixa nº 001), datado de 1781, está sob a guarda do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso e fez parte do rol de documentos utilizados na pesquisa em desenvolvimento, cujo foco está no estudo, dentro do espaço físico correspondente à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, das relações escravistas, seus limites e possibilidades dentro do ambiente urbano colonial.

Palavras-chave: Filologia. Edição fac-similar e semidiplomática. Testamento. Documento oitocentista.

ABSTRACT

This article aims to present the facsimile and semi-diplomatic edition of the testament left by the forro Vicente Francisco de Fontes, aiming to provide a reliable source for future philological, linguistic, historical and social studies of the colonial period in Mato Grosso. The document is part of the Fund Judged and Provedoria dos Orfãos: BRMT.APMT.JPO.PC 0008 (box nº 001), dated 1781, is under the custody of the Public Archive of the State of Mato Grosso and was part of the list of documents used in the ongoing research, whose focus is on the study, within the physical space corresponding to Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, of slave relations, its limits and possibilities within the colonial urban environment.

Keywords: Philology. Facsimile and semi-diplomatic edition. Testament. Eighteenth-century document.

INTRODUÇÃO

Uma das características que demonstram a aproximação entre a Filologia e a Historiografia ocorre alicerçada no objeto de estudo em comum: a fonte de pesquisa, sendo, esta, o documento

manuscrito ou impresso, literário ou não. Na ação investigativa, na leitura do texto a partir de seu tempo e no destronar das verdades que a Historiografia e a Filologia, guardados seus devidos objetivos, assemelham-se na prática. Carlo Ginzburg reforça a correta postura do historiador frente às narrativas historiográficas: ele deve, ao examinar o produto literário final, levar em conta as pesquisas arquivísticas, filológicas, estatísticas etc. que o tornaram possível. (Ginzburg, 2002, p. 114).

É através dos estudos filológicos e da aplicação dos seus métodos que compreendemos o presente e o passado da língua, sua produção, transmissão e relação com a cultura. Para Dubois (2011, p. 258), “a filologia é uma ciência histórica que tem por objeto o conhecimento das civilizações passadas através dos documentos escritos que elas nos deixaram: estes nos permitem compreender e explicar as sociedades antigas”. Portanto, a práxis filológica e o trabalho de edição de fontes documentais é parte crucial para qualquer pesquisa com documentos manuscritos, evitando leituras equivocadas e reflexões infundadas.

A filologia nos apresenta diferentes tipos de edição, entretanto, “a importância de se pensar no público-alvo está no fato de que dificilmente uma mesma edição é adequada para todo tipo de público, pois são diferentes seus interesses [...]” (Cambraia, 2005, p. 90). Neste sentido, considerando não haver registro de edições anteriores e tendo como objetivo tornar acessível ao público, tanto leigo quanto especialista, que se dedica ao estudo da escravidão no Brasil, uma fonte fidedigna para suas pesquisas, optamos pela edição semidiplomática. Nesse tipo de edição a transcrição dos documentos é realizada com grau de interferência médio, onde “[...] para tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar certas características originais, tais como os sinais abreviativos.” (Cambraia, 2005, p. 95).

A edição semidiplomática pode também ser denominada de diplomático-interpretativa por entender que “[...] elimina as dificuldades de natureza paleográfica suscitadas pela escrita; a transcrição diplomático-interpretativa (ou semidiplomática) vai mais longe na interpretação do original, pois já representa uma tentativa de melhoramento do texto [...]” (Spina, 1977, p. 79).

A transcrição será conservadora e adotará, sempre que requerida, a normativa extraída do documento *Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB): Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos - Edição Semidiplomática*, atualizado no ano de 2020¹. Entretanto, vale ressaltar, que a número 11 é adaptação destas autoras.

1. Respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste peculiaridades ortográficas do escriba;
2. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver;

¹ Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/1-HwBcjGkNTR9RQz8L1Jvle97OY6FAmiY/view>

3. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado: [espaço];
4. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração;
5. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original;
6. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes;
7. Intervenções de terceiros no documento original aparecerão em nota de rodapé, informando-se a localização.
8. Letra ou palavra não legível por deterioração justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível];
9. Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corroídas];
10. A transcrição será justalinear;
11. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco. Essa numeração será encontrada à margem direita na mancha, à esquerda do editor.
12. Os fólios serão identificados de acordo com sua posição no *corpus* documental, ex.: Fólio 75 r.

A edição fac-similar aqui apresentada foi realizada, a pedido, pelo Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), que se encontra fechado para acesso de externos. Esse tipo de edição objetiva preservar o original através de cópia digitalizada, mantendo sua integralidade e confiabilidade. “Por outro lado, tem a desvantagem de poder ser consultada apenas por especialistas, porque pressupõe a capacidade de se ler um texto na escrita original [...], além disso, costuma ser muito cara.” (Cabraia, 2005, p. 91).

Trata-se de complemento, que permite ao leitor especializado a oportunidade de interpretar o texto através da visualização do documento original com relação aos aspectos paleográficos, codicológicos, dentre outros. O método utilizado será a digitalização, que tem possibilitado, sem dispendir gastos financeiros significativos, maior acesso dos pesquisadores a documentos manuscritos e permite a preservação de documentos em estado delicado de conservação, cujo acesso é restrito ou impossibilitado.

A ESCOLHA DO DOCUMENTO

Nos estudos de História Social sobre o período colonial brasileiro, os testamentos e inventários *post-mortem* conquistaram espaço fundamental como fonte preciosa de informações, especialmente

para aquelas que buscam, através desse seletivo grupo de fontes, estudar não só as atitudes humanas individuais, mas analisar os modos de viver coletivos de um grupo social. Essas duas fontes primárias são documentos únicos e diversificados que nos trazem informações quantitativas e qualitativas de ordem social, cultural, econômica, administrativa e política. Nas palavras de Ximenes (2013, p. 415) quando decidimos fazer uma viagem ao passado de uma sociedade, arriscamo-nos a encontrar muitos vestígios que revelam marcas de nossa identidade no momento presente.

Desde finais dos anos 1970 e início da década de 1980, sob a influência de estudos, sobretudo franceses, historiadores brasileiros passaram a refletir sobre o uso e os métodos de pesquisa historiográfica a partir dos testamentos e inventários *post-mortem*, comprovando a amplitude da sua utilização como fonte histórica.

Kátia Mattoso, importante historiadora greco-brasileira, publicou na década de 1980, o livro *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora* (2004). Seu objetivo ia além de conhecer o “último desejo”, buscar subsídios para traçar o modelo de comportamento social da maioria do povo baiano oitocentista a partir do grupo social de alfaiates. Nesse trabalho, os testamentos se constituíram fontes importantes para a leitura e compreensão tanto de aspectos sociais quanto dos referentes às mentalidades daquele segmento estudado.

Em *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX* (1991), adotando a História Social e os testamentos e inventários como fonte para sua pesquisa, João José Reis discutiu a temática da morte na sociedade baiana dos anos oitocentos. O historiador, a partir da análise dos testamentos dos habitantes da Bahia no século XIX, observou a composição demográfica e étnica, o contexto econômico, os diversos padrões e hierarquias sociais e as questões que se referiam à filiação dos moradores da cidade às irmandades religiosas locais.

Eduardo França Paiva, em seu livro *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias e resistência através dos testamentos*, escrito na década de 1990 e fruto da sua dissertação de mestrado, apresentou-nos, através da análise de testamentos e inventários *post-mortem* guardados nos arquivos mineiros, a trajetória de vida e a importância das mulheres escravas e libertas na organização da sociedade mineira, bem como as estratégias por elas utilizadas para conseguir a liberdade e, em alguns casos, ascensão social e econômica. Paiva (2009, p. 25) afirma que:

As histórias narradas nesses papéis amarelados e, muitas vezes, corroídos pela tinta ferrugem usada antigamente e rendados pela ação de insetos, revelam porções enormes da realidade colonial nas Minas e esclarecem aspectos muito mais amplos, que ultrapassam a dimensão da Capitania e da América portuguesa.

Os testamentos e inventários revelam aspectos ligados à religiosidade, à vida familiar, e material das mulheres e homens que os produziram: “[...] são relatos individuais que, não raro, expressam e informam sobre o comportamento, quando não de uma sociedade, pelo menos de grupos sociais.” (Paiva, 2009, p. 31).

No período colonial, pertencer a uma irmandade e deixar testamento e inventário eram elementos que forneciam indícios da existência de distinção social obtida por alguns forros no interior do espaço urbano e permitiam vislumbrar a situação patrimonial desse segmento. Do total de testamentos e inventários entre 1778-1822, arranjados e organizados no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, Cartório do 5º ofício, foram localizados oito, deixados por forros.

Por meio do quadro abaixo, podemos visualizar os bens pertencentes a esses homens e mulheres libertos e, dentre eles, está Vicente Francisco de Fontes, sujeito histórico ao qual pertence o testamento base deste artigo.

Quadro 1. Situação patrimonial dos forros e forras nos testamentos e inventários (1778-1822)

FORROS	BENS - ESCRAVOS
Antonio Gonçalves da Silva (preto forro)	Joaquim de Nação Angola -idade 50 anos, mais ou menos 60\$000 Joaquim crioulo destas minas - idade 18 anos, mais ou menos 153\$000 Bento crioulo destas minas -idade 20 anos mais ou menos 153\$000 Faustino também crioulo destas minas- 14 anos, mais ou menos 102\$000 Antonio também crioulo destas minas 9 anos, pouco mais ou menos 64\$000 Vitorino crioulo desta minas - 48 anos, pouco mais ou menos 108\$000 Josefa de [...], mina de 20 anos, pouco mais ou menos 156\$000
Antonia Maria (crioula forra)	Não possuía escravos
Narciza Galharda (preta forra)	Pedro de nação Benguela com idade de 5 anos, pouco mais ou menos com seu defeito no queixo visto e avaliado 62 oitavas
Manoel Francisco da Silva (pardo forro)	João de nação mina de idade 60 anos pouco mais ou menos 33\$400 Miguel de nação Benguela, 70 anos pouco mais ou menos 30\$000.
Joanna Gonçalves Netto (crioula forra)	Izabel, mina, idade de 30 anos pouco mais ou menos com cicatrizes no pé direito e no esquerdo uma grossura 12\$000 Vicente, filho da dita Isabel, natural desta minas crioulo, idade 9 anos pouco mais ou menos 120\$000 Candido, crioulo natural desta mina filho da dita preta idade de 7 anos .12\$375 Joanna, crioula desta minas filha da dita negra Isabel de idade 5 anos pouco mais ou menos 96\$000
Ignácio de Pinho (crioulo forro)	Pedro, Benguela, 60 anos 48\$000
Maria Ferreira (preta forra)	Não possuía escravos
Ignez Maria do Espírito Santo esposa de Antonio forro	Benedito, mina, 80 anos mais ou menos (rendidos da cadeira),24\$000 Joanna, crioula, de Goiás, 45 anos mais ou menos.120\$000
Joaquina Fernandes dos Reis (crioula forra)	Albina crioula, desta mina, de idade de 20 anos mais ou menos 168\$000 Antonio, solteiro, de idade de 40 anos mais ou menos 120\$000
Vicente Francisco de Fontes (crioulo forro)	Negro Banguela por nome Domingos, e uma mulatinha por nome Magdalena (valor não informado no testamento)
FORROS	CASAS DE MORADIA
Antonio Gonçalves da Silva (preto forro)	Uma propriedade de casa sita na Rua do Armazém Del Rey da banda do poente com [...] coberta de telhas, valor 120\$000
Antonia Maria (crioula forra)	Não menciona
Narciza Galharda (preta forra)	Não menciona
Manoel Francisco da Silva (pardo forro)	Não menciona
Joanna Gonçalves Netto (crioula forra)	Uma propriedade de casas nesta Vila situadas na rua do meio com a

	frente para o poente que por tendo sul com as terras do Capitão Joaquim da Costa Siqueira e do norte pela parte do beco denominado de Matheos Vieira Lobo com dois Lanços na frente com duas janelas e duas portas para o beco com dois quartos com cinco portas no interior e com tal batentes sem portas e com duas janelas, avaliada por cento e trinta oitavas de ouro, a dinheiro 156\$000
Ignácio de Pinho (crioulo forro)	Uma propriedade de casas, na rua da esperança parede de pau-a-pique .76\$800 Uma propriedade de casa, rua da Esperança, coberta de telhas, parede pau-a-pique.48\$000
Maria Ferreira (preta forra)	Uma propriedade de casas citas no porto geral desta Vila que partem do sul com o Armazém Real, e do Norte com casa de Francisco de Oliveira com duos quartos na frente, e duas varandas muito pequenas com quatro portas, em beirais de telhas com seu quintal que parte de fundos com o de Joaquim José e Mariano o qual sendo vista pelos ditos avaliadores do Conselho a avaliaram na quantia de cento e cinquenta oitavas de ouro que a dinheiro 180\$000.
Ignéz Maria do Espírito Santo esposa de Antonio forro	Uma propriedade de casas na Rua Torta do Sebo, com porta e janela na frente, parede de adobe, quintal, ao norte com as casas do Santíssimo Sacramento .200\$000
Joaquina Fernandes dos Reis (crioula forra)	Umas casas na Rua São Benedito com uma porta e janela na frente. 30\$000 Uma casa a metade dela está na Rua de São Benedito com uma porta e janela, com telhado muito arruinado 19\$200
Vicente Francisco de Fontes (crioulo forro) testamento	Duas moradas de casas na paragem chamada Prainha pegadas à fonte
Ignácio de Pinho (crioulo forro)	Uma propriedade de casas, na rua da esperança parede de pau-a-pique .76\$800 Uma propriedade de casa, rua da Esperança, coberta de telhas, parede pau-a-pique.48\$000
Maria Ferreira (preta forra)	Uma propriedade de casas citas no porto geral desta Vila que partem do sul com o Armazém Real, e do Norte com casa de Francisco de Oliveira com duos quartos na frente, e duas varandas muito pequenas com quatro portas, em beirais de telhas com seu quintal que parte de fundos com o de Joaquim José e Mariano o qual sendo vista pelos ditos avaliadores do Conselho a avaliaram na quantia de cento e cinquenta oitavas de ouro que a dinheiro 180\$000.
Ignéz Maria do Espírito Santo esposa de Antonio forro	Uma propriedade de casas na Rua Torta do Sebo, com porta e janela na frente, parede de adobe, quintal, ao norte com as casas do Santíssimo Sacramento .200\$000
Joaquina Fernandes dos Reis (crioula forra)	Umas casas na Rua São Benedito com uma porta e janela na frente. 30\$000 Uma casa a metade dela está na Rua de São Benedito com uma porta e janela, com telhado muito arruinado 19\$200
Vicente Francisco de Fontes (crioulo forro) testamento	Duas moradas de casas na paragem chamada Prainha pegadas à fonte
FORROS	TERRAS PARA MINERAR
Antonio Gonçalves da Silva (preto forro)	Um serviço de terras e águas minerais nos subúrbios desta vila nas paragens que se dominavam Baús e canjica o qual se compunha de rego [...] foi examinado na quantia de 240\$000
Vicente Francisco de Fontes (crioulo forro) testamento	Uma chácara ao pé do Coxipó mirim que tem casas de vivenda de capim e uma lavra de extrair ouro na paragem chamada as Lavadeiras.
FORROS	BENS MÓVEIS
Antonio Gonçalves da Silva (preto forro)	Uma alavanca em bom uso o qual foi avaliada pelos ditos avaliadores por 4 \$800 Uma alavanca pequena com uso bastante a qual foi vista e avaliada por 2\$400

	Dois Almacafres com seu uso bastantes os quais foram vistos e avaliados por \$750 Um machado muito usado e velho visto e avaliado por \$ 450 Um prato de estanho menor de mesa cozinha a qual foi visto e avaliado por \$300 Quatro ditos Rasos e pequenos rasos muito usados os quais foram avaliado \$900 Uma mesa pequena sem gaveta a qual foi vista e avaliada por 1\$200 Um banco grande a qual foi visto e avaliado por \$ 450 Uma caixa muito usado a qual foi vista e avaliada por 1\$800 Duas [...] muito usada em corredor de couro quebrado os quais foram vistos e avaliado pelos ditos avaliadores cada um a \$600 Uma Balança de pesar ouro em marco de quarta o qual foi vista e avaliada pelos ditos avaliadores por .1\$800 Uma Balança de gancho com concha de folhas de flandres com cinco pesos de ferro visto e avaliado por .2\$400 Um medidor de folha de medir muito velhos e usados os quais foram vistos e avaliado por .1\$200 Um medidor de pau forrada [...] o qual foi visto e avaliado por. 600\$
Antonia Maria (crioula forra)	Um tacho grande de cobre com o peso de trinta e seis libras, visto e avaliados cada libra a seis quartos importa a quantia de 27\8 de ouro. Um dito pequeno furado com peso de quatro libra [] lhe deram o valor a [] patacas a libra [] Uma oitavas e seiscentos 1/8 de ouro Uma [almofariz] de latão com sua mão outro cova sendo pelos avaliados por Uma oitava de ouro .1\8 de ouro. Uma [chocadeira] velha sem tampa, avaliados por [] Três pratos de Estanho, avaliado 3\4 de ouro Uma sopeira ou tigela com sua tampa da Índia com seus dourados, avaliados 1\8 de ouro Uma sopeira pequena com sua tampa quebrada de tinta azul, avaliado 1\4 de ouro Duas tigelas da fábrica, avaliada 3/4de ouro Uma tigela grande da fábrica 1/2 de ouro Dois pires da Índia, avaliado a meia prata cada uma 1/8 de ouro Doze tigelas pequenas, avaliada por meia prata cada uma 1\2 de ouro Cinco pratos da fábrica, avaliado 3\4 de ouro Uma tigela amarela, avaliada \$800 Um copo de vidro grande, avaliado 1\2 de ouro Uma bacia de pé de cama de latão, avaliada 1/ 8 de ouro Um latrinilho de couro, avaliado 1\4 de ouro Uma mesa pequena velha com gaveta, avaliada 1\8 de ouro Uma saia de [...] rasgando anil claro 2\8 de ouro Uma saia de [paquetá] preta [] velha, avaliada 3\8 de ouro Uma baeta de sinos velha, avaliada 2\8 de ouro Uma [...] com [] vazios visto e avaliado 3\8 de ouro Três capados, avaliado 2/8 de ouro Declara ainda uma alavanca pequena com três palmos de comprimento visto e avaliada por 1/8 e meia de ouro
Narciza Galharda (preta forra)	Não menciona
Manoel Francisco da Silva (pardo forro)	Não menciona
Joanna Gonçalves Netto (crioula forra)	Não menciona
Ignácio de Pinho (crioula forro)	Uma barrinha de ouro .47\$542 Um coração, Um par de brincos .6\$000 Uma arma de fogo comprida [cronha Romana] .5\$700 Uma caixa de madeira, velha .6\$00 Um [...] de pano azul [...] com cabeça e canhões de [...] cetim, bom uso 9\$600 Um capote de baeta azul terrestre em bom uso 5\$400

	Três [coverde] de pano azul terrestre fino .8\$100 Uns calções de pano .9\$00 Uma [bigorna] nova peso de 709 libras .35\$550 Um [...] novo da serventia das tendas de ferreiro com peso de 20 libra .10\$400 Um [...] de ferro com peso de 8 libras .2\$550 Um [molho] pequeno com peso 3 libras .9\$18 ¾ Um pedaço de barra de ferro com peso 10 libras .2\$700
Ignéz Maria do Espírito Santo esposa de Antonio forro	Uma mesa de madeira de piúba com sete palmos e meio de comprido e quatro de largo sem gaveta .3\$000 Uma mesa de madeira de cedro com 7 palmos de comprido e 3 de largo .1\$800 Uma mesa sem gaveta com 4 palmo de comprido e 3 de largo .1\$200 Um par de caixas coberta de couro com fechadura .6\$0000 Oito mochos de couro cru, bom uso .1\$200 Duas caixas de imagem por encourar sem forragem .3\$000 Um catre de [camisas] tecidos .1\$800 Uma bacia baixa de barba de arames bom uso .6\$00 Um ferro de engomar com 2 línguas de ferro .2\$000 Uma viola de pinho .4\$800
Joaquina Fernandes dos Reis (crioula forra)	Duas saias velhas de [...] (sem valor) Quatro pratos velhos de estanhos .3\$00 Um catre velho de couro .3\$00 Um pano que foi de [...] e hum banco pequeno .0\$75 Um menino Jesus pequeno .3\$00
Vicente Francisco de Fontes (crioulo forro) testamento	Uma alavanca, Uma roda de mandioca, dois tachos de cobre, hum meão e outro maior, um forno de cobre de torrar farinha, duas mesas de pau, e hum mocho coberto de couro, e dois bancos, e a roupa de meu uso

Fonte: Adaptado de (Campos, 2009, p. 79-80)

Por meio de uma movimentação vertical na hierarquia, os alforriados e alforriadas ganhavam a possibilidade de realizar a feitura do testamento, visto que a prática testamentária não estava disponível para todos. Neste sentido, o testamento aqui apresentado, em conjunto com outros documentos, permite compreendermos as estratégias de ação utilizadas pelos homens e mulheres alforriados na busca por ascensão espiritual e social.

A palavra testamento² se origina do latim e significa atestar. Portanto, tratava-se de ato pessoal não obrigatório que apresentava a última vontade do testador, sobretudo relativas às obras pias em favor da sua alma, cerimônias de seu funeral, sua naturalidade, estado civil, listagem e tutoria de filhos, reconhecimento de paternidades, reconhecimento de dívidas e, em alguns casos, seus bens. Era um documento de caráter mais espiritual que material. Os Inventários eram instrumentos voltados para, no caso da existência de herdeiros, apresentar a relação e avaliação dos bens a serem partilhados e informações de outra natureza, como as custas e relação de dívidas.

² “testamento” que em latim é *testamentum*, i que significa “testamento” e é termo derivado de *testatus*, a, um que significa “atestado”, “certificado”. Que também tem o mesmo radical de *testis*, is que significa “a testemunha”. O verbo “atestar” em latim é *testificari*. (FARIA, 1967).

As premissas em torno do testamento eram reguladas pelas *Ordenações Filipinas*, livro IV³, e permaneceram em vigor durante todo período imperial brasileiro. Elas listavam aqueles que estavam aptos ou inaptos a testar, informava as regras sobre a partilha dos bens, dentre outras instruções a respeito de tal prática, porém esse conjunto de leis que vigoraram em Portugal e nas suas colônias apresentaram limitações e concessões.

Para este artigo, escolhemos apresentar a edição fac-similar e semidiplomática de quatro fólios escritos por único punho, o do tabelião João Manoel [danificado], e que apresentam o testamento do forro Vicente Francisco de Fontes. A partir deste trabalho, podemos dar voz aos últimos desejos de Vicente Francisco e torná-lo agente capaz de contextualizar tempo, espaço e sociedade na qual o documento está inserido.

O DOCUMENTO, BREVES COMENTÁRIOS DIPLOMÁTICOS E PALEOGRÁFICOS E A TRANSCRIÇÃO DO CORPUS

Os inventários e os testamentos são documentos diplomáticos, de natureza jurídica e testemunhal, de assentamento, o que se configura como um registro oficialmente escrito, notarial por ser um documento eivado de fé pública.

Para Bellotto, o início da atividade diplomática liga-se à investigação sobre a veracidade dos documentos medievais, com o objetivo de detectar falsidade nos comprovantes dos direitos ligados aos bens e propriedades eclesiásticas. “Foram, portanto, os estudos de ordem filológica, histórica e teológica dos séculos XVI e XVII que levaram o documento (diploma) a ser submetido a determinado tipo de crítica, surgindo daí a diplomática.” (Bellotto, 2004, p. 47).

Enquanto documentos diplomáticos, estes apresentam estrutura pré-fixada. Porém, nem todas as partes constituintes do documento diplomático se apresentarão em todas as espécies documentais – isso vai depender da natureza do instrumento, que é determinada pelo seu objetivo. (Bellotto, 2008, p. 28 e 29).

De acordo com Cambraia (2005), os documentos se estabelecem em duas grandes classes: os textos monotestemunhais e os textos politestemunhais. Neste artigo, analisaremos um documento monotestemunhal, aquele que possui apenas um testemunho ou uma cópia.

O manuscrito apresentado neste artigo faz parte do Fundo Juizado e Provedoria dos Órfãos, identificação: BRMT.APMT.JPO.PC 0008 (caixa nº 001), datado de 1781, está sob a guarda do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso e fez parte do rol de documentos utilizados na pesquisa em desenvolvimento, cujo objetivo está no estudo, dentro do espaço físico correspondente à Vila Real

³ Cf. <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4ind.htm>

do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, das relações escravistas, buscando nos documentos encontrados a figura do escravizado, suas condições de vida, trabalho, relação estabelecida entre este e seu senhor, e as formas que eles encontraram para “subverter” as tentativas de controle, em suma, seus limites e suas possibilidades dentro do ambiente urbano colonial.

Trata-se do *Processo de Translado de Auto Inventário que mandou fazer o Juiz de Fora e Órfãos Dr. Antonio Rodrigues Gayozo*, datado de 1781 e pertencente a Vicente Francisco de Fontes, identificado no documento como crioulo forro. Contém o total de 84 fólios de diferentes naturezas e redigidos por vários punhos.

No correr da história, apesar da individualidade no uso das letras, características especiais permitiram a classificação dos estilos de escrita. O tipo de letra ou escrita utilizada é a humanística, também chamada de italiana (Spina, 1977, p. 35). Esses tipos de letras são, segundo Elias Alves de Andrade afirma, em seu artigo *Cotejo de manuscritos do século XIX* (2010, p. 166),

[...] cursivas, caracterizada por serem corridas, traçadas sem descanso da mão, apresentando muitas vezes nexos intravocabulares, além, noutras vezes, do não estabelecimento de fronteira entre palavras [...] o que pode levar a uma maior dificuldade de leitura em algumas situações.

Foram observadas algumas irregularidades no uso de letras maiúsculas e minúsculas; ausência de abreviaturas; arabescos na parte inferior dos fólios e intervenções posteriores nos dois últimos fólios. Algumas impressões a partir da edição fac-similar evidenciam o uso da tinta, o tipo empregado foi a chamada tinta ferrogálica, que é composta de sulfato de ferro, ácido galotânico e de um aglutinante, em geral, goma arábica dissolvida em água. Os quatro fólios apresentam vestígios de papirófagos.

Em nome da Santissima Trindade
 Padre Filho Espírito Santo, trespessoas dis-
 5 tintas ehum só Deos verdadeiro. Saibaõ
 quantos este publico instrumento vi
 rem como no Anno do Nascimento
 de Nosso Senhor Jesus Christo de mil se-
 tecentos eoitentaehum annos aos de
 10 zoito dias do mes de Dezembro do dito
 anno nestaVilla Real do Senhor Bom
 Jesus do Cuiabá Eu Vicente Francisco
 de Fontes estando em meu perfeito Jui-
 zo e intendimento que **nosso** Senhor
 15 meu deu do ente de cama temen-
 do-me da morte e dezejando por a
 minha Alma no caminho da Salvação
 por não saber oque **nosso** Senhor de
 mim quer fazer e quando será ser
 20 vido levarme para si faço testa-
 mento na forma seguinte §= Primeira-
 mente em comendo minha alma
 a Trindade Santissima que a
 criou e rogo ao Eterno Pay que
 25 pela Paixão e morte deseu unig-
 nito filho a queira receber, e a Virgem
 Senhora Nossa May de Deos e ao Santo
 de meu nome São Vicente e aos mais
 da minha especial devoção expicial-
 30 mente o Senhor BomJesus e ao Anjo
 da minha guarda e a todos os Santos
 do Ceo rogo sejam meus intersessores
 [qua]ndo a [mi]nha alma deste Mun-
 [do] [corroído] partir [corroído] [pa]ra [q]ue
 eu vão gozar da

Fólio 76 r

[illegible]

Intervenção de terceiros na parte lateral superior esquerda do fólio.

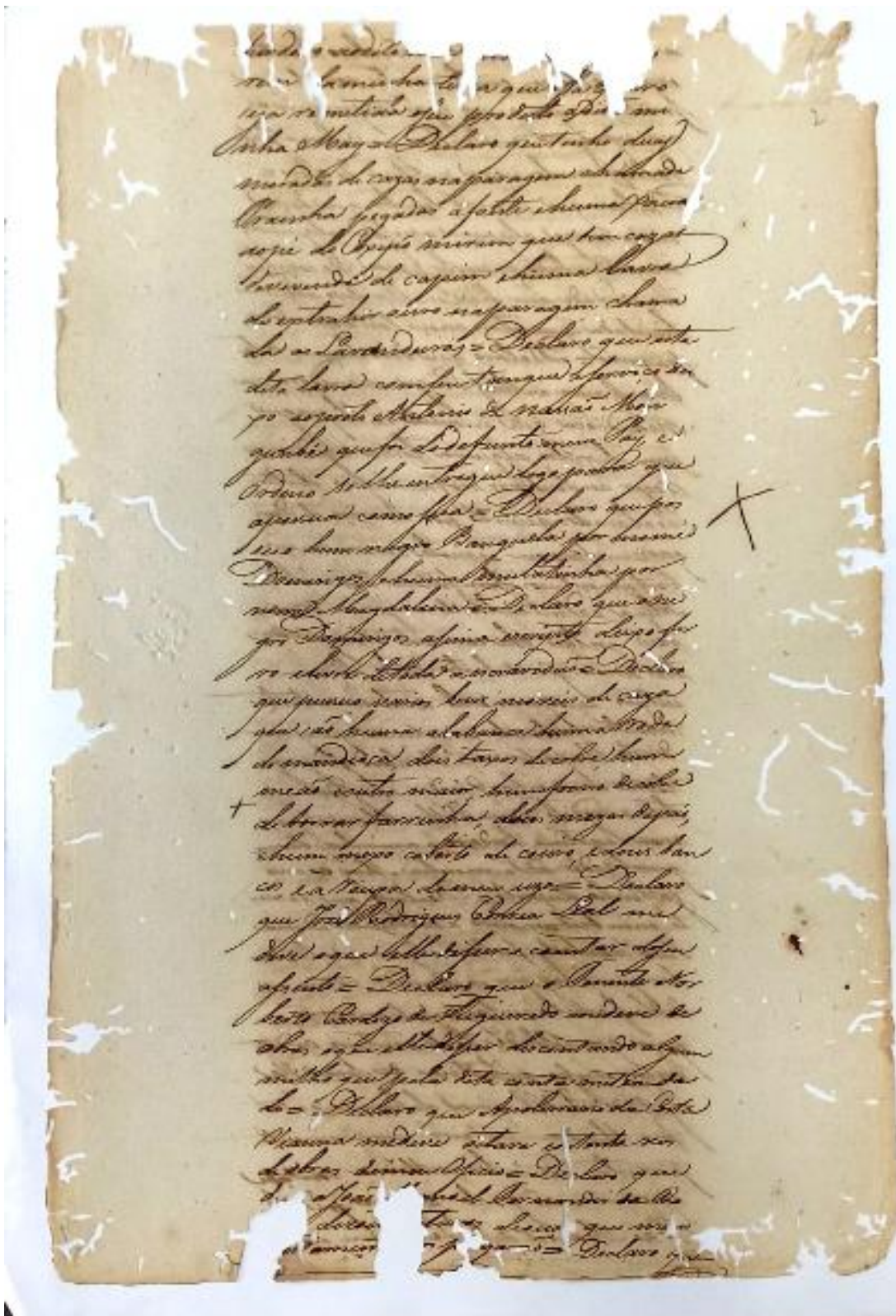
[corroído] para que [corroído]

[corroído] Corpo verdadeiro Chris

tao p[ro]testo viver e morrer na [Sa]nta fé
Catholica e crer tudo o que tem e cre a

- 5 Santa Madre Igreja Romana em cu
ja fé espero salvar aminha Alma =
Rogo aos Senhores Pascoal Ramos Chaves
em primeiro lugar, emsegundo o Senhor
José Rodrigues Correa Leal, em terceiro
10 lugar ao Senhor Francisco Dias Paes
emquarto ao Juizo dos Rixiduos quei
rão por serviço de Deos nosso Senhor se
rem meus testamenteiros ebem feitores,
administradores de meus bens = Ordeno
15 que o meu corpo seja sepultado na Igre
ja Matris desta Villa e a mortalha
do no habito do Serafico São Francisco
acompanhado pelo meu Reverendo
Parrocho e os mais Reverendo Sacer
20 dotes que todos dirão missa de corpo
presente pela minha Alma enão
podendo ser será no dia seguinte, e
tão bem acompanhado pela Irman
dade das Almas aquem se dará a
25 esmola costumada eaos Reverendos
Sacerdotes = Declaro que ordeno sedi
gão sinco missas da esmolla costu
mada pela Alma de meu Pay Fran
cisco de Fontes, epela minha vinte
30 taóbem da esmola costumada =
Declaro que sou natural das minas
de Mato Grosso filho natural de Fran
cisco de Fontes já defunto, e de Anna
Maria da Silva preta forra moradora
35 nas ditas Minas e sou solteiro etenho
hum filho natural nas minas de
Mato Grosso que se chama Manoel
Francisco filho de Maria Banguella
a quem instituo por meuherdeiro de
40 pois depagas minhas d[ividas] e funeral
de remane[c]ente o insti[tuo] por[corroído]

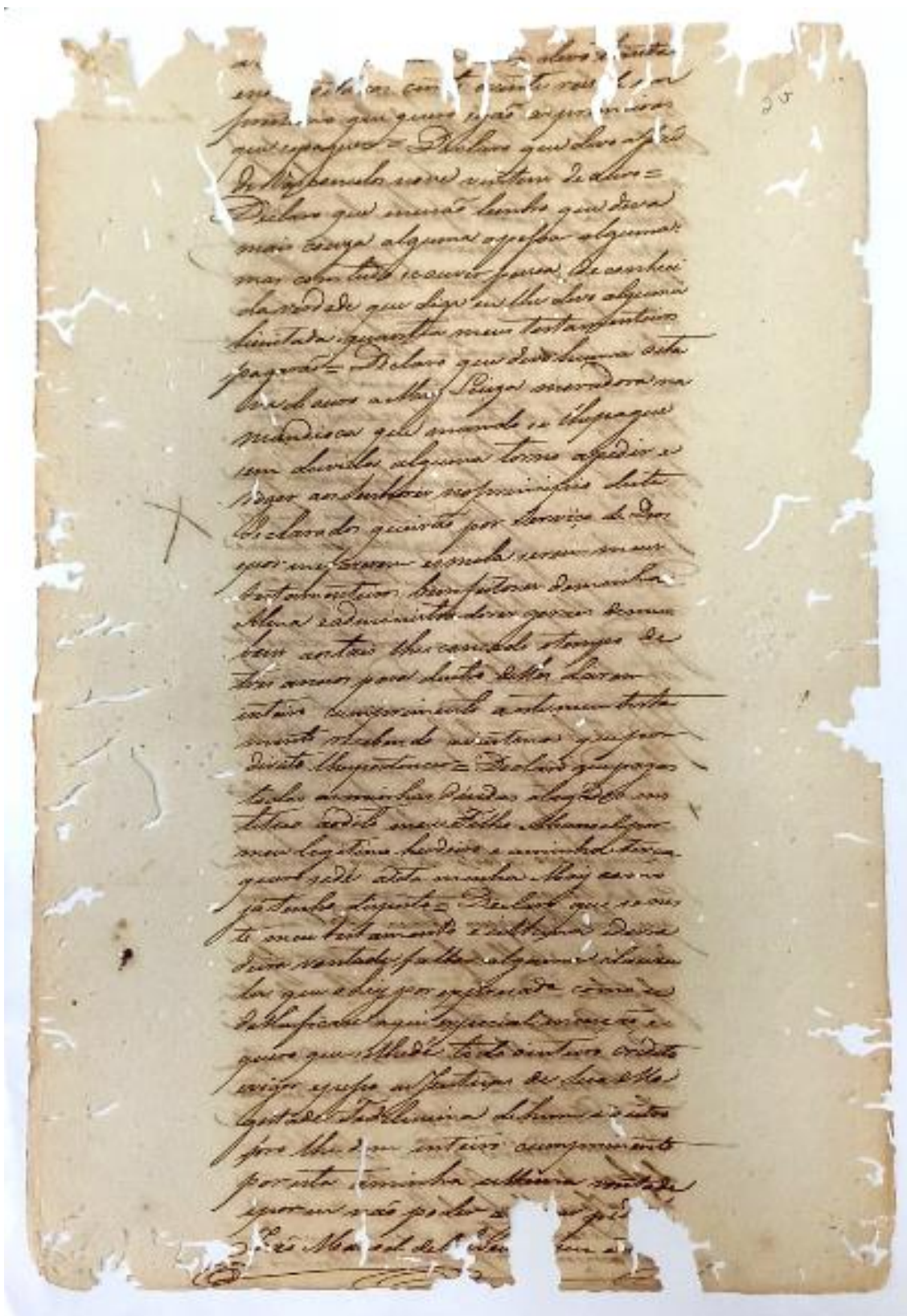
Fólio 77 r



Intervenção de terceiros na parte lateral superior direita do fólio [X]

Fólio 77 r

- herdeiro o dito [corroído]
 minha [corroído]quero [corroído][qu]ero
 seja remetido oseu produto a dita mi
 nha May = Declaro que tenho duas
- 5 moradas de cazas na paragem chamada
 Prainha pegadas a fonte ehuma xacara
 ao pé do Coxipó mirim que tem cazas
 devivenda de capim ehuma lavra
 de extrahir ouro naparagem chama
- 10 da as Lavadeiras = Declaro que esta
 dita lavra comseu tanque eserviço dei
 xo aopreto Antonio de nassão Ma
 gunbê quefoi dodefunto meu pay, e
 ordeno se lhe entregue logo para que
- 15 opossua como sua = Declaro quepos
 suo hum negro Banguelas por nome
 Domingos, ehuma mulatinha por
 nome Magdalena = Declaro que o ne
 gro Domingos assimascripto deixo for
- 20 ro elivre detoda a escravidão = Declaro que
 que possuo varios bens moveis de caza
 que são huma alavanca, huma roda
 de mandioca, dois taxos de cobre, hum
 meão eoutro maior, hum forno decobre
- 25 de torrar farrinha, duas mezas depaó,
 ehum moxo coberto de couro, e dous ban
 cos, e a roupa de meu uzo = Declaro
 que Jozé Rodrigues Correa Leal me
 deve o que elle disser e constar doseu
- 30 assento = Declaro que o Tenente Nor
 berto Cardozo de Figueiredo medeve de
 obras oque elle disser descontando algum
 milho que pela dita conta metemda
 do= Declaro que Apolinario da Costa
- 35 Vianna medeve oitava es[e]tenta seis
 de obra, demeu officio = Declaro que
 [corroído] a João [M]anoel Fernandes da Ro
 [cha] dezoito[to] [oi]tavas de ouro que meus
 [testa]men[teiros] p[a]garão = Declaro que



Intervenção de terceiros na parte lateral superior direita do fólio [2 a]

Intervenção de terceiros na parte lateral central do fólio [X]

[corroído] devo trinta
 e nove oitavas cento e vinte reis [corroído]
 [ilegível] que quero sejam os primeiros
 que sepaguem = Declaro que devo a Jozé
 5 de Vasconcelos nove vintens de ouro =
 Declaro que menão lembro que deva
 mais couza alguma a pessoa alguma:
 mas com tudo se ouver pessoa de conheci
 da verdade que diga eu lhe devo alguma
 10 limitada quantia meus testamenteiro
 pagaraõ = Declaro que devo huma oita
 vade de ouro a May Luiza moradora na
 Mandioca que mando se lhepague
 sem duvida alguma torno apedir e
 15 rogar aos Senhores noprincipio deste
 declarados queirão por Serviço de Deos
 e por me fazerem esmola serem meus
 testamenteiros benfeitores de minha
 Alma eadministradores geraes demeus
 20 bens aos tais lhes concedo otempo de
 tresannos para dentro delles darem
 inteiro cumprimento a este meu testa
 mento recebendo avintena quepor
 direito lhespertencer = Declaro que pagas
 25 todas as minhas dividas elegados ins
 tituo aodito meu Filho Manoelpor
 meu legitimo herdeiro e aminha terça
 quero se dé adita minha May como
 játenho disposto = Declaro que se nes
 30 te meu testamento e ultima ederra
 deira vontade faltar alguma clauzu
 la que a Ley por expresada como se
 dellaficase aqui expecial menção e
 quero quese lhedé todo o inteiro credito
 35 evigor epesso as Justiças de Sua Ma
 gestade Fidelissima dehum e outro
 for lhe dem inteiro cumprimento
 por esta aminha ultima vontade
 epor eu não poder [corroído] pe [corroído]
 João Manoel de [corroído].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância dos documentos cartoriais para as pesquisas históricas e filológicas é inegável, pois registram o testemunho escrito de fatos e práticas da vida civil de uma sociedade em determinado período. Por meio da interdisciplinaridade entre o fazer filológico e historiográfico, opera-se um diálogo profundo entre aquele que emite a mensagem e aquele que a interpreta – dele emergem incontáveis possibilidades de estudo, especialmente na interface com outras ciências.

Somente a correta abordagem interdisciplinar dos manuscritos, buscando sua fidedignidade, permite a preservação das fontes sócio-histórico-culturais de um povo em uma época determinada e concede voz a homens e mulheres que, durante longo tempo, foram contabilizados como meras mercadorias. Diferentemente, o documento transcrito e analisado neste artigo concebe esses sujeitos como agentes efetivos na transformação do espaço colonial brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Elias Alves de. Cotejo de manuscritos do século XIX. **Revista Caligrama**: revista de estudos românicos. Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 161-187, 2010.
- AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.
- BELLOTTTO, Heloisa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. rev. Brasília: Brinquet de Lemos/Livros, 2008.
- _____. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Ed. FGV, 2004.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CAMPOS, Maria Auxiliadora de Arruda. **Escravidão Urbana da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá**: limites e possibilidades (1778-1822). 2009. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.
- DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de linguística**. 17. ed. São Paulo: Cultrix; 2011.
- GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: História, retórica, prova. Tradução de Jonatas Batista Neto. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.
- PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias e resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 2009.
- SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica**: crítica textual. São Paulo, EDUSP, 1977.
- XIMENES, Expedito Eloísio. **Fraseologias jurídicas**: estudo filológico e linguístico do período colonial. Curitiba: Appris, 2013.



A SAÚDE PÚBLICA DOS POVOS INDÍGENAS NO GOVERNO DE EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI (1969-1974)

Joathan Alves Viana

Historiador da rede pública de ensino
Professor na Aldeia Indígena Baía dos Guatós, no município de Barão de Melgaço-MT
joathan.alves21@gmail.com

Loiva Canova

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná -FPR
Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT
loiva.canova@ufmt.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar informações gerais sobre as políticas de saúde pública para os povos indígenas durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, entre 1969 a 1974. Há conteúdo de parte dessas políticas direcionadas aos indígenas territorializados no Norte e no Centro-Oeste brasileiro, alvos da política econômica militar na Amazônia. Para desenvolver a problemática, foram lidos os Informativos da Fundação Nacional do Índio (Funai), que tinham o objetivo de divulgar a atuação dos agentes de saúde junto ao órgão. Serviu à análise o conceito de memória subterrânea de Michael Pollak, a fim de discutir o silenciamento do genocídio registrado no período, e que reverbera em políticas de exclusão das mesmas minorias em nossos tempos.

Palavras-chave: Ditadura militar. Política indigenista. Saúde Pública.

ABSTRACT

The aim of this article is to present general information about public health policies for indigenous peoples during the government of Emílio Garrastazu Médici, between 1969 and 1974. Part of these policies were aimed at indigenous people living in the North and Centre-West of Brazil, targets of the military's economic policy in the Amazon. In order to develop the problem, the Informatives of the National Indian Foundation (Funai) were read, which were intended to publicize the work of health agents with the agency. Michael Pollak's concept of underground memory was used in the analysis, in order to discuss the silencing of the genocide recorded during the period, which reverberates in policies of exclusion of the same minorities today.

Keywords: Military dictatorship. Indigenous policy. Public Health.

INTRODUÇÃO

O povo brasileiro viveu nesses últimos anos, e especialmente durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, a desinformação e os incessantes ataques à democracia em setores políticos de extrema direita, como o Partido Social Liberal (PSL) e o Movimento Brasil Livre (MBL), devido às concepções políticas de ultradireita.

Figuras como o ex-presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro (que tem como herói o maior e mais cruel torturador da ditadura civil militar do Brasil, Carlos Alberto Brilhante Ustra),

militar e filiado ao PSL e ao “filósofo” destruidor das pesquisas históricas, Olavo de Carvalho, já falecido, para a nossa sorte, um dos mais perversos representantes do conservadorismo no Brasil e do modelo político da agenda neoliberal, encontravam-se no centro da discussão conservadora de caráter neofascista e alimentaram o argumento da conquista do “milagre econômico” construído pelos agentes do regime civil militar (Fascismos no Brasil, 2021)¹. Conquistas essas questionáveis e outras moralmente condenáveis, que modificaram as estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas do país. Essas políticas, na época, reverberaram significativamente na saúde da população brasileira, sobretudo na diversificada população indígena. Recentemente, a necro política implementada pelos bolsonaristas provocou milhares de mortes. Basta ler os artigos científicos produzidos por pesquisadores e ouvir os cientistas que lutaram pela vida do povo brasileiro durante a pandemia da covid-19 (Erros, 2020; Gripezinha, 2020).

Nos últimos quatro anos, foram registradas centenas de mortes de crianças no território Yanomami decorrentes do descaso do governo, que desmontou políticas de defesa da Amazônia e dos povos indígenas. Recentemente assistimos atônitos ao enredo trágico e assustador das denúncias jornalísticas sobre os Yanomami em Roraima. Mais crimes contextualizados contra os povos indígenas enredados em governos de caráter fascista que nada fizeram para defender a Amazônia e os povos que nela habitam. Segundo o jornal *O Globo*, no dito governo de Jair Messias Bolsonaro, as mortes de Yanomami por desnutrição cresceram 331% entre os anos de 2019 e 2022 (Sob Bolsonaro, 2023).

Manuela Carneiro da Cunha afirma que a questão da Saúde tem um papel muito importante na história dos povos indígenas do Brasil, pois, desde os primeiros contatos com os invasores europeus, as doenças epidêmicas foram uma das principais causas da depopulação dos povos ancestrais na América (Cunha, 1992, p. 12-14; Conferência, 2020). Essa questão movimentou e ainda movimenta muitos debates nas políticas nacionais.

Do período analisado, entrecortado de 1969 a 1974, buscou-se refletir sobre os impactos à vida dos povos indígenas, após a instalação dos projetos de modernidade instalados na Amazônia, desenvolvidos no período do governo civil militar, sobretudo questões relacionadas à saúde dos povos indígenas, sob a supervisão dos agentes de Fundação Nacional do Índio, a Funai.

Em 1964, o Brasil entrou num período sombrio de sua história, que trouxe consequências vistas até hoje. Em março daquele ano, o então presidente João Belchior Marques Goulart sofreu um golpe militar que durou até 1985. O período entre 1969 a 1974, recorte da problemática aqui estabelecida, foi marcado pelo forte crescimento da economia do país, consequência das políticas implementadas pelos militares, que ficaram conhecidas como o “milagre

¹ Marcia Tiburi é professora de Filosofia e protagonista de uma diversidade de assuntos relacionados ao machismo, ao feminismo e ao fascismo. Vem denunciando narrativas do bolsonarismo e discursos afins. Foi, como outros intelectuais, procurar refúgio político no exterior por ter sido ameaçada de morte. Cf: Tiburi, 2015; Tiburi, 2020.

econômico brasileiro”. No governo do general Emílio Garrastazu Médici, esse projeto econômico foi marcado por um significativo crescimento, pois foi instituído pelos governantes o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) e o Plano de Integração Nacional (PIN), que trouxeram mudanças significativas à sociedade brasileira e tiveram em sua base a construção de rodovias, em especial a Transamazônica, além da construção de hidroelétricas e a execução de projetos de mineração.

No princípio da década de 1970, o governo brasileiro voltou a sua atenção para a integração da Amazônia e das regiões centrais do país onde se concentrava e se concentra grande parte dos territórios indígenas. Adotou-se a narrativa de vazio populacional e do atraso civilizacional a essas regiões, que seria superado pela nova política de desenvolvimento e da integração nacional, diretrizes essas implementadas pelo governo militar (Schwarcz; Starling, 2015a, p. 364-385).

Assim posto, o texto que se segue tem por objetivo apresentar a questão da saúde indígena relacionada aos povos que sofreram com as frentes de expansão desenvolvimentista no Norte e Centro-Oeste brasileiro, datada entre os anos de 1969 a 1974, período caracterizado por significativas reformulações relacionadas à política indigenista.

Para problematizar os assuntos aqui analisados, serão usados os conceitos de memória de Michael Pollak (1989). Observou-se que a temática necessita de mais divulgação, com o intuito de reforçar os critérios das políticas médicas e sanitárias voltadas aos povos indígenas. Há também respostas às seguintes questões: como foram executadas as políticas de saúde pública destinadas aos povos indígenas no período em discussão? Quais as estratégias construídas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), a fim de atender à demanda dessas comunidades? A investigação aborda essas questões, procurando compreender o impacto do desenvolvimento na saúde e na qualidade de vida dos indígenas.

Para o estudo do contexto histórico da política indigenista empregada pelos militares, foi necessário compreender as relações dos múltiplos agentes do poder estatal e do poder religioso construídas com os povos indígenas desde o início da invasão dos seus territórios da América do Sul. Nos artigos publicados na obra organizada pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, *História dos Índios no Brasil*, a política indigenista foi narrada e problematizada nos diferentes momentos da história do país, onde autores e autoras trataram sobre a questão em diversificadas perspectivas metodológicas e variados contextos políticos da história do Brasil (Cunha, 1992).

Foram lidas obras sobre a Ditadura civil militar e sobre a política indigenista voltadas à saúde indígena, como a pesquisa de Heck (1996), *Os índios e a caserna: políticas indigenistas dos governos militares – 1964-1985*; a obra *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil* (DAVIS, 1978) tratou sobre os crimes e as violências sofridos pelos povos indígenas e os

impactos socioambientais no decorrer do programa de desenvolvimento da Amazônia brasileira na década de 1970. Para a análise da política de atenção à saúde no recorte proposto, foram analisadas teses e dissertações de profissionais da saúde indígena. A exemplo, a pesquisa de Irânia Maria da Silva Ferreira Marques (2003), *A Política de Atenção à Saúde Indígena: implementação do Distrito Sanitário Especial Indígena de Cuiabá, Mato Grosso*.

As fontes que serviram às reflexões sobre os argumentos foram as do conjunto do *Boletim Informativo da Funai*. Trata-se de um periódico que foi produzido pela instituição durante os anos de 1971 a 1976 para informar os interessados sobre suas atividades. Dentre os 17 exemplares publicados, foram lidos os primeiros 12 volumes, que cobrem o recorte temporal aqui proposto. As fontes foram acessadas através do acervo arquivístico e bibliográfico disponibilizado pelo Museu do Índio no formato on-line.

O artigo foi dividido em três tópicos. No primeiro item, há informações gerais sobre o *Contexto da Ditadura Civil Militar no Brasil* e suas características, tratando do chamado “milagre econômico” entre os anos 1969 a 1974 e suas consequências. No segundo item, estão brevemente expostos os conteúdos informativos sobre *O Sistema de Proteção ao Índio (SPI) e a Fundação Nacional do Índio (Funai)*. No terceiro tópico, *Políticas indigenistas de saúde nos anos de 1969 a 1974* compõe os conteúdos das fontes, procurando entender as políticas de atenção à saúde do regime militar nos anos de chumbo. Por fim, apresenta-se a conclusão, que serve para refletir sobre os assuntos das memórias esquecidas, anunciadas por Michael Pollak.

CONTEXTO DA DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL

A Ditadura Civil Militar brasileira foi um regime autoritário que compreendeu o período de 1964 a 1985 e teve seu início com o golpe realizado no dia 31 de março de 1964, com a deposição do presidente da época, João Goulart – Jango, como ficou conhecido ao assumir a presidência em 1961. O então presidente era visto pela oposição como reformista e acabou ficando com uma imagem de “subversivo” e “comunista”, influência do seu programa de governo, cuja pauta eram as Reformas de base, sendo seu carro-chefe a Reforma Agrária. Seu governo foi marcado pela instabilidade e por crises provindas dos governos anteriores de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros. Nesse período, o Brasil enfrentou uma grave crise econômica em sua fase industrial. “Essa crise se manifesta através da queda da taxa de crescimento da renda brasileira, com acelerada taxa de inflação, que chegou a mais de 90% ao ano em 1964”. Em consequência disso, a frustração dos trabalhadores só crescia, com o aumento dos movimentos grevistas e outras reivindicações trabalhistas e da estrutura histórica profundamente desigual da sociedade brasileira (Oliveira, 2007, p. 3; Schwarcz, 2015b, p. 364).

Associações e movimentos de esquerda, como sedes de partidos políticos e sindicatos de diversas categorias, foram atacados pelos soldados. Consolidou-se o golpe militar e a queda da democracia. Muitos civis enxergaram o afastamento de João Goulart como uma forma de restaurar a ordem, para assim o poder consequentemente voltar aos civis, o que, no entanto, só aconteceu 21 anos depois. Ao todo, cinco generais governaram o Brasil ao longo da vigência da Ditadura Civil Militar brasileira: Castelo Branco (1964 a 1967), Arthur da Costa e Silva (1967 a 1969), Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974), Ernesto Geisel (1974 a 1979) e João Baptista Figueiredo (1979 a 1985).

Essa nova realidade do poder dos militares e do controle social foi materializada com as publicações dos Atos Institucionais, que foram gradativamente sendo publicados com o intuito de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos; colocar os partidos políticos na ilegalidade e definir o bipartidarismo; suspender o *habeas corpus* para determinados crimes; fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores; autorizar o Presidente da República a decretar estado de sítio por tempo indeterminado; suspender direitos políticos e cassar mandatos eletivos. A Ditadura Civil Militar trouxe para a burocracia governamental, um exemplo de modelo tecnocrata vinculado ao discurso de “Segurança nacional e Desenvolvimento”, responsável pelo “milagre econômico”, uma das marcas do governo de Emílio Garrastazu Médici (Schwarcz, 2015, p. 373-374).

No dia 30 de outubro de 1969, assumiu o poder o terceiro e mais cruel militar presidente brasileiro, Emílio Garrastazu Médici. Sua governança conquistou certa estabilidade política em decorrência do “milagre econômico brasileiro”, e não por acaso corresponde ao período de maior repressão política do regime. De acordo com Lilia Schwarz,

O “milagre econômico” teve seu apogeu entre 1970 e 1972, e o êxito na economia ajuda a entender, ao menos em parte, por que o general Médici conseguiu ser, ao mesmo tempo, o responsável por comandar o pior período de repressão e violência política na história brasileira e um presidente popular, pouco criticado e muito aplaudido. O grau de controle coercitivo sobre a sociedade que a ditadura adquiriu durante sua presidência foi imenso, mas por si só não garantia apoio (Schwarz, 2015a, p. 454).

Ao mesmo tempo que o Brasil avançou economicamente, a população brasileira vivenciou o período mais sombrio do regime, conhecido como os anos de chumbo. Nesse tempo, a onda de repressão aos opositores do governo foi agravada pela violência das instituições do Estado e seus aparatos de repressão aprimorados. Foram criados a Operação Bandeirantes (OBAN) e os DOI-CODI (Destacamentos de Operação e Informações – Centros de Operações de Defesa Interna), instituições governamentais que serviram como a máquina de repressão. A tortura se tornou instrumento do Estado, as perseguições, as prisões e o exílio foram intensificados pelos sistemas de vigilância e pelos sistemas de controles do Estado. A censura aos órgãos da imprensa também foi

intensificada, impossibilitando as denúncias dos casos de violência espalhados pelo país. Foi a década em que a Amazônia serviu aos empreendimentos dos militares, e os povos indígenas foram as principais vítimas desse processo. Sheldon H. Davis afirma que:

Em 1969, ocorreram três fatos que tiveram importantes implicações para o destino das tribos indígenas remanescentes [...]. O primeiro foi a morte do presidente Arthur da Costa e Silva e sua substituição pelo general Emílio Garrastazu Médici. O segundo foi o desaparecimento do general Albuquerque Lima da política brasileira, e sua substituição no Ministério do Interior pelo coronel José Costa Cavalcanti. E o terceiro foi o anúncio de que o novo Governo brasileiro planejava investir 500 milhões de dólares na construção de uma rodovia transcontinental na Bacia Amazônica (Davis, 1978, p. 36).

Em 16 de julho de 1970, o general assinou o Decreto-Lei 1.106, criando o Plano de Integração Nacional (PIN), que tinha como objetivo efetuar obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país. O discurso dos militares foi apresentar a Amazônia e as regiões do Centro-Oeste como “vazios demográficos”. Grandes somas do recurso do PIN foram destinadas à construção da estrada Transamazônica, com o objetivo de colonizar o vasto território tido como “desocupado”, o Decreto-Lei 1.106 determinou, em seu artigo 2º, que fosse reservada uma faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda das novas rodovias para executar o projeto de invasão dos territórios indígenas e exploração econômica (Matos, 2010, p. 56).

De acordo com Cleber Gesteira e Matos, “a rodovia Transamazônica cortou o território de duas dezenas de povos indígenas, abrangendo, pelo menos, 5.000 índios ‘integrados’”, 500 “em contato intermitente” e 3.500 “isolados” (Matos, 2010, p. 62). Médici executou os projetos das construções de estradas como a BR-319, ligando a cidade de Manaus a Porto Velho, e a BR-163, conhecida como Cuiabá-Santarém. O objetivo da abertura das rodovias visava à integração compulsiva dos povos indígenas ao sistema econômico capitalista.

Projetos de mineração também foram executados na Amazônia. Em 1971, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), junto a companhias internacionais, como a Geological Survey dos Estados Unidos da América, receberam financiamento do PIN para a realização do projeto Radar na Amazônia (RADAM), com o objetivo de fazer um levantamento aéreo da região, na tentativa de mapear os recursos minerais. Shelton Davis afirma que, no período analisado, cerca de 225 engenheiros e geólogos estavam espalhados pela região amazônica.

Os desdobramentos históricos desse processo às comunidades indígenas resultaram na intensificação de conflitos por terras, além das epidemias trazidas por não indígenas que chegavam para colonizar as novas áreas. Esses povos não se mantiveram passivos frente aos crimes cometidos. Um marco importante foi a 1ª Assembleia Indígena, realizada em Diamantino, MT, em abril de 1974. A partir daí elas se multiplicariam, chegando a mais de duas dezenas até o fim desta década, e

constituindo-se no instrumento mais importante de articulação e construção da autonomia dos povos indígenas no Brasil (Heck, 1996, p. 122).

Assim como colheu os frutos do “milagre econômico”, o governo Médici também viu o começo de seu fim. Ao contrário do que o regime dizia, não houve desenvolvimento econômico-social, mas sim uma retração na questão da distribuição de renda, e os brasileiros não receberam seu “pedaço do bolo” prometido pelo regime. Com uma economia tão dependente de empréstimos estrangeiros, o Brasil sofreu com a crise do petróleo internacional em 1973. O grande endividamento decorrente dos empréstimos internacionais levou ao desgaste do regime, e em 1974 chega ao fim o governo de Emílio Garrastazu Médici, sucedido pelo general Ernesto Beckmann Geisel, que assumiu a presidência no dia 15 de janeiro do mesmo ano (Oliveira, 2007).

O SISTEMA DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO (SPI) E A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI)

Para compreender os motivos pelos quais o Serviço de Proteção aos Índios foi criado, é necessário abdicar da ideia de que houve um desejo de ação humanitarista protetivo. Após denúncias de corrupção, o órgão SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1967. O sistema de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), parte integrante do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), tinha por objetivo a fixação dos indígenas no campo, por meio de treinamento forçado de mão de obra, ocorrendo, em determinadas situações, a perda das identidades culturais e de suas respectivas cosmologias (Cunha, 1992, p. 17; Lima, 1992, p. 155-172).

A falta de recursos necessários, a incapacidade de seus agentes para lidar com a multiplicidade linguística, com as diferenças socioculturais e cosmológicas dos povos ancestrais marcou a história do Serviço de Proteção aos Índios. Nos seus 57 anos de atividades, muitas etnias foram extintas. Houve também problemas com falta de pessoal para atender à demanda da tutela especial dos militares sobre os povos indígenas. “O SPI enfrentava grandes dificuldades para se fazer presente. Na época do golpe, o órgão contava com apenas oitocentos servidores públicos espalhados entre 105 e 126 postos indígenas, na sede central e nas representações do SPI nas capitais dos estados” (Valente, 2017, p. 8). Houve também uma grande depopulação dos povos sobreviventes e poucas etnias tiveram suas terras demarcadas e garantidas. Como destaca Shelton H. Davis, “em quase todas as áreas onde o SPI funcionava, os índios foram varridos pelas doenças ou tornaram-se populações marginalizadas” (Davis, 1977, p. 27; Martins, 1978, p. 71-109 e p. 159-299).

No princípio dos anos 1960, denúncias de corrupção dentro do SPI e casos de violência contra as populações indígenas passaram a ser vistas nos meios de comunicação nacional e

internacional. Em 1963, houve a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, que ficou conhecida como CPI dos Índios, com o intuito de investigar as denúncias nos postos de atendimento do SPI nos estados do Amazonas e de Mato Grosso. O processo acarretou demissões e suspensões de funcionários do órgão, além de denunciar as ações dos militares que governavam o Brasil. Em 1967, para aprofundar as investigações iniciadas com a CPI do Índio, por meio da Portaria nº 154 de julho de 1967, é criada a Comissão de Inquérito, que ficou conhecida posteriormente como Relatório Figueiredo. Os documentos resultantes do processo têm quase 7 mil folhas divididas em 20 volumes organizados e redigidos pelo procurador Jader de Figueiredo Correia (Canova; Silva, 2021, p. 7-22).

O Relatório trouxe à tona os crimes cometidos contra as populações indígenas, desde os anos 1950. O documento confirma que os funcionários foram coniventes com a violência provocada pelos latifundiários, pelos políticos e por empresários; além de serem responsáveis por assassinatos em massa, torturas, estupros, roubo de suas terras, escravidão, envenenamento e tantos outros crimes que resultaram num verdadeiro etnocídio das comunidades que mantiveram contato com o órgão.

Em resposta às descobertas da Comissão Figueiredo, Albuquerque Lima tomou três decisões. Primeiro, fechou o Serviço de Proteção aos Índios e conseguiu estabelecer um novo órgão do Governo, a Fundação Nacional do Índio (Funai). Em segundo lugar prometeu que todos os criminosos envolvidos no escândalo do SPI seriam punidos e que as terras vendidas ilegalmente ou tomadas dos índios seriam devolvidas. E por fim convidou várias organizações internacionais, como a Cruz Vermelha internacional, a enviar missões de investigação ao Brasil (Davis, 1978, p. 34).

Com a dissolução do SPI, foi criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, a Fundação Nacional do Índio (Funai). As reformas administrativas vistas no governo de Costa e Silva levaram à Criação do Ministério do Interior, órgão encarregado pelos planos desenvolvimentistas dos militares em que o general Albuquerque Lima, ministro do Interior da época, alocou a Funai, baseando-se nos mesmos fundamentos que o SPI: “respeito à pessoa do índio e às instituições e comunidades tribais” associado à “aculturação espontânea do índio e à promoção da educação de base apropriada do índio visando à sua progressiva integração na sociedade Nacional” (Oliveira; Rocha Freire, 2006, p. 131).

A presença da Funai no Ministério do Interior caracterizou sua atuação ao longo do governo militar. Ligada ao binômio de segurança e desenvolvimento, o órgão buscou a rápida aceleração da integração desses povos na comunhão nacional. Em 1969, o general Costa Cavalcanti assume o ministério do Interior e toma uma série de medidas, que “[...] mostram sua disposição de implantar uma nova política indigenista, de integração econômica do índio” (Heck, 1996, p. 81).

Na perspectiva da segurança e desenvolvimento, o ministro do Interior, juntamente com Themístocles Brandão Cavalcanti, jurista e magistrado brasileiro, elaborou em 1969 o Estatuto do Índio, que apresentou uma nova relação do Estado com os povos indígenas. O Estatuto foi aprovado somente em 1973 e seguiu a orientação da Doutrina de Segurança Nacional. É certo dizer que a política indigenista da Funai adquiriu um caráter empresarial em relação às políticas econômicas do regime – PIN e IPND.

Em meados dos anos 1970, a Funai passou por uma militarização administrativa. As mudanças ocorreram desde o presidente da República até a chefia do Posto Indígena. O general Oscar Jerônimo Bandeira de Mello presidiu a Funai, com diferentes estratégias administrativas, que consistiu em um modelo racional, pragmático, autoritário e repressor, a tecno burocracia. Os indígenas, os seus territórios e as suas riquezas estavam na contabilidade do Estado. Foi posto em marcha o “avanço” e o “progresso” em direção à Amazônia e na região Centro-Oeste do Brasil. (Davis, 1978; Heck, 1996, p. 84-86)

Egon Dionisio Heck caracterizou o período como o início da implantação de um novo modelo indigenista, consolidado nos anos seguintes do governo civil militar. Marcado pela reestruturação e ampliação dos serviços de assistência, como saúde e educação, com a finalidade de expandir a presença do Estado nas relações com os povos indígenas.

O Pôsto Indígena é a unidade básica da Funai e o verdadeiro executor da política indigenista do Governo. Lidando diretamente com as populações indígenas, cabe ao Pôsto não apenas a aplicação dos métodos de assistência ao índio, mas, também, recolher dados e informações que, em última análise, irão orientar e atualizar esses métodos (Boletim Informativo Funai n. 1, 1971, p. 28).

Foram feitos convênios com instituições públicas e privadas para as formações profissionais, para médicos, advogados, enfermeiras, assistentes sociais e técnicos agrícolas, com o intuito de atuar nos Postos indígenas e Delegacias regionais. Houve também a ampliação dos Postos indígenas, a fim de executar as políticas indigenistas do governo militar (Heck, 1996).

POLÍTICAS INDIGENISTAS DE SAÚDE DE 1969 A 1974

Somente no início do século XX, com a formulação de políticas nacionais, baseadas nos ideais positivistas, foi introduzida a questão da saúde indígena na agenda brasileira. Com o SPI, os cuidados da saúde indígena passaram a ser responsabilidade do órgão que, como afirma Rosiane Pinheiro Palheta, basicamente atendia situações de surtos epidêmicos. A inexistência de infraestrutura e de planejamento, além da falta de corpo médico próprio, não alterou o processo de degradação das populações originárias (Palheta, 2013; Valente, 2017).

No trato à saúde indígena, houve alterações nos anos 1950, com a criação do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA), proposto pelo médico Noel Nutels, vinculado ao Ministério da

Saúde. O objetivo era levar ações básicas de saúde às populações indígenas e rurais em áreas de difícil acesso. Essas ações estavam baseadas em atividades de controle da tuberculose, da política de vacinação e do atendimento odontológico. Novamente essas ações não resultaram em avanços sanitários e médicos, e os indígenas continuaram morrendo.

Com o golpe de 1964, as populações indígenas sofreram a intensificação nos processos de expropriação de seus territórios provocados pela expansão do desenvolvimento, caracterizado pelas grandes obras de infraestrutura. Com a extinção do SPI, houve a criação da Funai, responsável pela tutela desses povos no regime civil militar. A mudança política ocorrida vai levar à alteração do SUSA, que foi renomeado para Unidade de Atendimento Especial (UAE), e passa a trabalhar apenas para o controle da tuberculose, deixando assim as políticas de saúde a cargo da Funai.

Os anos finais da década de 1960 foram marcados pela reestruturação da política brasileira com o intuito de dar suporte aos novos projetos de desenvolvimento, e a Funai criada nesse período foi fortemente influenciada por essas novas políticas. O plano de desenvolvimento proposto pelos militares exigiu uma nova política indigenista, que visou à sua rápida integração econômica. Assim, os militares atuaram na ampliação dos serviços prestados pela Funai, inclusive na assistência à saúde.

O trabalho desenvolvido pela Funai em benefício da saúde das populações indígenas, durante o período compreendido entre julho de 1970 a julho de 1971, caracterizou-se pela ênfase dada a execução de um programa de ação sistemática, nesse campo, com base num Plano de Saúde que resultou de um diagnóstico preliminar da situação das comunidades indígenas em geral, relativamente aos três anos de existência da Funai (Boletim Informativo Funai, v. 1, 1971, p. 35).

Com um plano de saúde pautado na medicina preventiva, a Funai realizou a promoção de suas políticas de saúde no começo dos anos 1970. Conforme verificado nas fontes, o objetivo era a prestação de um serviço amplo que compreendia a imunização das populações indígenas; saneamento básico nos Postos Indígenas e Delegacias Regionais; Controle da tuberculose; prestação de assistência médico-hospitalar; criação de farmácias-padrão e um levantamento bioestatístico para registrar os índices de natalidade, de mortalidade e de nupcialidade das populações em contato.

Para realizar esse projeto, a Funai fez convênios com organizações missionárias que já atuavam nas comunidades indígenas, além de estabelecer convênios com instituições governamentais e instituições particulares de assistência médica. Em 1971, a Funai tinha 15 convênios em vigor, que prestavam assistência médica e sanitária aos povos indígenas. A exemplo, o convênio assinado pelo general Bandeira de Mello, que firmou parceria entre a 5ª Delegacia Regional e a Sociedade Cuiabana Hospitalar, que tinha o objetivo de atender aos povos indígenas no norte de Mato Grosso (Boletim Informativo Funai, v. 1, 1971, p. 42)

Para a execução desses serviços, a Funai estabeleceu a criação das Equipes Volantes de Saúde (EVS) em cada Delegacia Regional, constituídas de um médico, um dentista e um enfermeiro, que atuavam nos atendimentos a postos e aldeias indígenas em vários estados do país, a exceção do Piauí, Ceará, Sergipe, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Guanabara. Para a formação desses agentes, a Funai disponibilizou, em 1971, cursos de diferentes níveis, visando à capacitação desses profissionais. Mediante convênios com instituições, como a Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública e a UAE, esses cursos visavam à formação de agentes na questão indígena e possuíam disciplinas como política indigenista, saneamento básico e serviços odontológicos. Houve também a iniciativa de recuperação e ampliação do Hospital do Índio na ilha do Bananal, cujas obras foram finalizadas em 1973, além da manutenção dos outros hospitais e ambulatórios nos parques e postos indígenas do território brasileiro (Boletim Informativo Funai, v. 1, 1971).

A promoção da assistência à saúde da Funai estava muito distante da realidade das comunidades indígenas, que sofriam com as frentes de expansão. Ao analisar as fontes, percebe-se que ,ao longo de sua atuação, as EVS “não ofereciam uma atenção integral e preventiva, específica e de qualidade a todos os povos indígenas e que respeitassem sua medicina tradicional” (Marques, 2003, p. 26). Os agentes da Funai foram omissos quanto às principais causas dos problemas de saúde que afligiam os povos indígenas, por isso as políticas de permanência dos povos indígenas em seus territórios originais e as implementações de projetos sustentáveis à vida não foram executadas.

Com o aprofundamento das frentes de expansão nos territórios indígenas, as Equipes Volantes voltaram esforços ao controle de epidemias e a cuidados primários com a saúde. Esses agentes tinham como base as Delegacias Regionais. Delas saíam em direção aos postos indígenas, onde realizavam as consultas e os atendimentos necessários. Conforme o Boletim Informativo Funai v. 1, até o mês de outubro de 1971 foram aplicadas 15.752 vacinas em áreas indígenas, contra doenças como o sarampo, a tuberculose e a febre amarela.

À medida que o programa de integração avançava pela Amazônia e pelo Centro-Oeste, os casos de epidemia se alastravam e as comunidades indígenas antes isoladas começaram a sofrer com a chegada do “desenvolvimento”, por consequência do contato com microrganismos trazidos por agentes não indígenas (Valente, 2017).

É nesse período que etnias como os Parakanân, Kararaô, Assurini e Kreen-Akarôre começam a ter contato com pessoas fora de suas tribos. Mesmo que a Funai tenha afirmado que havia zelo no tratamento com os indígenas e que os agentes eram submetidos a exames médicos periodicamente, os povos que passaram a ter contato com os agentes sofreram com epidemias de sarampo, malária e tuberculose, e suas populações foram reduzidas drasticamente.

Os integrantes da frente de atração da Funai estão sendo submetidos, periodicamente a exames médicos, pois aqueles índios, que até agora viviam completamente isolados da civilização, são bastante vulneráveis às doenças mais comuns entre os brancos, como a gripe e o sarampo (Boletim Informativo Funai, v. 6, p. 43).

Em 1972, mais uma EVS foi criada para atender aos PIs da 2ª Delegacia Regional, que atuavam juntamente com as frentes de penetração na Transamazônica. Com a falta de recursos, as parcerias e os convênios continuam acontecendo, e em 1972 a Funai recebeu dois milhões, trezentos e dez mil e seiscentos e noventa francos suíços da Cruz Vermelha Internacional, com o intuito de apoiar os serviços de assistência nos estados do Amazonas, do Acre e de Roraima.

Verifica-se que as políticas para essas populações no período analisado baseavam-se em uma concepção de saúde que dava ênfase à cura de doenças em detrimento da prevenção. Ao ter essa concepção de saúde curativista, que nega o bem-estar coletivo em detrimento da cura individual do ser, o regime militar promoveu a degradação dos povos indígenas. Conforme afirma Bertolli Filho, as consequências dessa política em todos os setores da sociedade foram trágicas, pois houve “[...] o aumento de enfermidades como a dengue, a meningite e a malária. E quando tais doenças se tornavam epidemias, as autoridades da ditadura recorriam à censura, impedindo que os meios de comunicação alertassem o povo sobre a ameaça” (Bertolli, 1996, p. 52).

Rosiane Pinheiro Palheta defendeu que a promoção da saúde precisa ser “[...] produto de um amplo espectro de fatores relacionados com a qualidade de vida, incluindo um padrão adequado de alimentação e nutrição, de habitação e saneamento” (Palheta, 2013, p. 91). Ao promover esse modelo de política de desenvolvimento, atrelada à ideia da rápida integração juntamente com a destruição do meio ambiente e a redução de seus territórios, a Funai provocou mudanças sociais significativas no bem-estar das comunidades indígenas.

O regime militar desconsiderou elementos fundamentais para a saúde das populações indígenas: acesso à terra; estreitamento de contato com a sociedade nacional e respeito à sua singularidade cultural. O contato com não indígenas trouxe doenças para os indígenas, para as quais a medicina tradicional desses povos não tinha meios de cura, e foi preciso recorrer à medicina ocidental. Ao basear suas ações em EVS, que estavam centralizadas e basicamente realizavam campanhas de vacinação, sem preparo algum para lidar com as práticas e os conhecimentos culturais dos povos aos quais prestavam assistência, o governo ditatorial promoveu o genocídio das populações indígenas.

O Boletim Informativo traz um vislumbre desse despreparo ao relatar uma campanha das Equipes Volante no Parque Nacional do Xingu, em 1974: “[...] muitas vezes é necessário utilizar-se de improvisações. Montam-se laboratórios cobertos com lona e organizam-se filas para atendimento dos índios”, e que:

Fazer-se entender também era bastante difícil. Para explicar a um índio que ele devia tomar um comprimido de manhã, à tarde e à noite, o médico aponta para o comprimido e, em seguida para o céu, em direção ao nascente, sobre sua cabeça e para o poente, e assim os índios compreendiam o que deveriam fazer (Boletim Informativo Funai, v. 9/10, 1971, p. 48).

Esse sistema pautado em ações campistas e esporádicas aliadas por uma assistência médica individual em detrimento do coletivo não foi efetivo, e não logrou êxito, considerando as centenas de mortes registradas. A assistência médica-sanitária prestada pela Funai nos anos de chumbo foi uma política falida que contribuiu para a desestruturação demográfica e sociocultural de diversas etnias. A exemplo desse processo, o boletim acompanha o processo de integração da etnia Panará, também conhecida como Kreen-Akarôre, contatados oficialmente em 1973, na frente de expansão da estrada Cuiabá-Santarém.

A presença dos índios Kreen-Akarore, com frequência, na Rodovia Cuiabá-Santarém, atraídos pelos veículos que por lá trafegam, levou a Presidência da Funai a determinar estudos visando à remoção voluntária daquele grupo tribal para o interior do Parque do Xingu, onde estará a salvo de contatos inadequados e poderá receber melhor assistência do órgão, a exemplo de outros indígenas que ali vivem (Boletim Informativo Funai, v. 11/12, p. 60).

Com uma população estimada em 500 indivíduos em meados da década de 1960, os Panará estavam reduzidos a um número de 140 no início dos anos 1980. A rápida degradação causada pelas doenças, como gripe e diarreia, quase levou ao desaparecimento do grupo. A fonte afirma que os Kreen-Akarôre receberam vacinação e outros cuidados médicos, que se mostraram ineficientes. Em consequência, em 1975 a Funai forçou a remoção do grupo de seu território e o transferiu para o Parque Nacional do Xingu, onde passaram vinte e cinco anos, até reconquistarem o direito de voltar para o seu antigo território (Baruzzi *et al.*, 2001, p. 408).

Com a crise econômica em 1973, resultante do endividamento do país, a Funai passa a enfrentar problemas de ordem financeira para manter a organização de seus serviços de Saúde. A falta de planejamento, remuneração inadequada dos funcionários e falta de suprimentos levou à precarização da assistência médica-sanitária configuradas nas EVS. Maria das Graças Serafim escreveu que, com o passar do tempo:

[...] as EVS se fixaram nas sedes administrativas dos centros urbanos regionais da Instituição, deixando de realizar a assistência nas aldeias. Alguns profissionais, em geral menos qualificados, ficaram lotados em postos indígenas, executando ações de assistências curativas emergenciais, sem qualquer acompanhamento técnico. Outros profissionais, sem qualificação alguma na área da saúde, prestavam atendimentos de primeiros socorros e até de maior complexidade, face a situação de isolamento vivido no campo (Serafim, 2004, p. 24).

O modelo de Serviço de Saúde prestado aos indígenas no regime militar não se diferencia em quase nada dos antigos serviços prestados pelo antigo SPI ou das campanhas missionárias, pois ignorou a complexidade e a diversidade cultural dessas populações, bem como o bem-estar de que necessitavam. Logo, por não ter sido promovido um conjunto de políticas sociais ligadas ao direito à terra e ao respeito às múltiplas singularidades culturais, foram registradas pelo menos 8.350 mortes de indígenas no período analisado, causadas por doenças infectocontagiosas, por massacres, como consequência de remoções forçadas de seus territórios e por tortura física e mental empreendida pelos agentes da política indigenista (Memórias da Ditadura, 2023).

Ao buscar a história da saúde indígena no regime militar, deparamo-nos com a violência e a negligência do Estado brasileiro a essas populações, além do apagamento recente dessa memória. Logo, a História oficial do Brasil que congela a memória do indígena num passado distante e o apaga baseado na ideia de assimilação e mestiçagem é posta em negação. De acordo com Michael Pollak, memória é fruto de construção social e individual. Com base no conceito de “memória coletiva” de Maurice Halbwachs, o autor argumenta que esse tipo de memória é seletiva, por isso passível de alteração, tendo como propósito a coesão social de um grupo ou país (Pollak, 1989, p. 3)

Ao analisar os Boletins Informativos da Funai, é possível verificar que o propósito do documento no regime militar é uma construção de narrativa que tenta apagar as violências e os crimes cometidos contra os povos indígenas. Por exemplo: “Jamais o nosso índio recebeu uma assistência médica, como a que lhe é agora proporcionada, através de Equipes Volantes de Saúde, que vão até suas aldeias com o objetivo precípuo e humano de preservar a higidez do indivíduo e da comunidade indígena.” (Boletim Informativo Funai, v. 6, 1973, p. 33).

Ao contrapor o discurso do sucesso do desenvolvimento e da assimilação com a bibliografia referida, conclui-se que a Saúde do período não era melhor, nem estava em favor das populações indígenas. A Funai, responsável por essas políticas indigenistas, agiu em benefício dos interesses econômicos, dos projetos rodoviários e de mineração, violando os direitos resguardados pelo Estatuto do Índio de 1973.

Ao privilegiar as memórias desses “excluídos”, Michael Pollak as caracterizou como “memórias subterrâneas”, “[...] que têm o trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados a memória entra em disputa”. (Pollak, 1989, p. 3).

Vive-se hoje na sociedade brasileira um revisionismo e uma disputa de narrativa sobre a Ditadura Civil Militar, pois em certa perspectiva tivemos um governo fascista que promoveu atos para a comemoração do golpe militar e os que se colocam contra e denunciam as atrocidades ocorridas durante 21 anos de vigência do regime.

Novamente, as comunidades indígenas sofreram com retrocessos a seus direitos historicamente conquistados com muita resistência e com árduo ativismo político. O governo de Jair Messias Bolsonaro provou que a lógica neoliberal de exploração e desenvolvimento novamente se voltou contra os direitos constitucionais dos povos indígenas e da demarcação de suas terras, pois o objetivo final é, sobretudo, assegurar o lucro dos fazendeiros, dos banqueiros e dos grandes empresários.

A memória silenciada aqui exposta apresenta a desconstrução do indígena preso a um imaginário estereotipado e também expõe os crimes e as violências cometidos pelos gestores do governo militar. Não é diferente do que ouvimos de Jair Messias Bolsonaro: “Direitos humanos, esterco da vagabundagem”; “Conosco não haverá essa politicagem de direitos humanos”, “Ele devia ir comer um capim ali fora para manter as suas origens”. Bolsonaro na época era deputado e se referia ao indígena “Jacinaldo Barbosa, que lhe jogou um copo de água durante uma audiência pública na Câmara para discutir a demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol” (Carta Capital, 2018).

Ao inserir a questão indígena nessa disputa, percebe-se que houve muitas denúncias de assassinatos e torturas de presos políticos durante o período militar, porém também é preciso dar mais visibilidade quanto ao que se passou com os povos originários, pois eles sofreram no período tratado o reflexo de um genocídio que perdura até hoje.

Romper com o silenciamento dessa memória é essencial para fortalecer os processos de cidadania e para de certa forma reparar o que esses povos sofreram em um governo que claramente foi na contramão das denúncias e dos estudos já provados pelos pesquisadores do país.

REFERÊNCIAS

BARUZZI, Roberto Geraldo; BARROS, Vera Lúcia de; RODRIGUES, Douglas; SOUZA, Ana Lúcia Medeiros de; PAGLIARO, Heloisa. Saúde e doença em índios Panará (Kreen-Akarôre) após vinte e cinco anos de contato com o nosso mundo, com ênfase na ocorrência de tuberculose (Brasil Central). **Cadernos de Saúde Pública** (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 407-412, 2001.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **História da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996. (Coleção História em Movimento).

BOLETIM INFORMATIVO FUNAI. Brasília, DF: SERHAU Gráfica, v. 1, 1971.

BOLETIM INFORMATIVO FUNAI. Brasília, DF: SERFHAU Gráfica, v. 2, 1972.

BOLETIM INFORMATIVO FUNAI. Brasília, DF: Editora Gráfica Alvorada, v. 3, 1972.

BOLETIM INFORMATIVO FUNAI. Brasília, DF: Editora Gráfica Alvorada, v. 4, 1972.

BOLETIM INFORMATIVO FUNAI. Brasília, DF: Editora Gráfica Alvorada, v. 5, 1972.

BOLETIM INFORMATIVO FUNAI. Brasília, DF: Editora Gráfica Alvorada, v. 6, 1973.

BOLETIM INFORMATIVO FUNAI. Brasília, DF: Editora Gráfica Alvorada, v. 7, 1973.

BOLETIM INFORMATIVO FUNAI. Brasília, DF: Editora Gráfica Alvorada, v. 8, 1973.

BOLETIM INFORMATIVO FUNAI. Brasília, DF: Editora Gráfica Alvorada, v. 9/10, 1974.

BOLETIM INFORMATIVO FUNAI. Brasília, DF: Editora Gráfica Alvorada, v. 11/12, 1974.

BOLSONARO tem 25 frases polêmicas. **Carta Capital.** 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 19 set. 2023.

CANOVA, Loiva; SILVA, Gabriela Prates Paes da. Esbulho e vendas de terras indígenas em Mato Grosso: os casos denunciados por Hélio Jorge Bucker no Relatório Figueiredo (1964-1967). In: **Revista Eletrônica Documento Monumento**, v. 30, n. 1, p. 7-22, jul. 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras; FAPESP, 1992.

CONFERÊNCIA de encerramento, Prof. Dr. Ronaldo Vainfas: doenças e curas nos receituários portugueses da Época Moderna. 2020. Vídeo. (2 h54min4s). **Seminário Virtual Internacional de História Moderna.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qz0j3UEQc0I&t=1743s>. Acesso em: 20 set. 2023.

DAVIS, Shelton H. **Vítimas do milagre:** o desenvolvimento e os índios do Brasil. Tradução: Jorge Alexandre Faure Pontual. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ERROS cometidos pelo Brasil na pandemia vão entrar para a história, por Miguel Nicolelis. 2020. Vídeo (2min45s). **UOL.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OM2TGA-AF7w>. Acesso em: 18 set. 2023.

GRIPEZINHA, cloroquina e 2 milhões de infectados: veja as falas de Bolsonaro em 143 dias de pandemia. 2020. Vídeo (12min54s). **BBC News.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PQv_xbaNSjE. Acesso em: 19 set. 2023.

HECK, Egon Dionisio. **Os índios e a caserna:** políticas indigenistas dos governos militares, 1964-1985. 137f. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/São Paulo, 1996.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 29 mai. 1964.

LIMA, Antônio Carlos de Sousa. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MARQUES, Irânia Maria da Silva Ferreira. **A Política de Atenção à saúde indígena:** Implementação do Distrito Sanitário Especial Indígena de Cuiabá. 2003. Dissertação (Mestrado em Saúde) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

MARTINS, Edilson. **Nossos índios, nossos mortos.** Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

MATOS, Cleber Gesteira e. **Ordem e progresso na Amazônia:** o discurso militar indigenista. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **CNV e Indígenas.** Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/cnv-e-indigenas/> Acesso em: 20 set. 2023.

OLIVEIRA, João Pacheco de; ROCHA FREIRE, Carlos Augusto da. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Marly. **A política geral do regime militar para construção de suas políticas econômicas (1964-1985)**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PALHETA, Rosiane Pinheiro. **Participação e Política Indigenista de Saúde: o protagonismo indígena Em Manaus-AM/1999-2013**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015a. p. 437-466.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. No caminho da Democracia: a transição para o poder civil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015b. p. 467-498.

SERAFIM, Maria das Graças. Política nacional de atenção aos povos indígenas. In: **Manual de Atenção à Saúde da Criança Indígena Brasileira**. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2004, p. 23-32.

SOB BOLSONARO, mortes de yanomami por desnutrição cresceram 331%. **BBC News**, São Paulo, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/post/2023/02/17/sob-bolsonaro-mortes-de-yanomami-por-desnutricao-cresceram-331.ghtml>. Acesso em: 16 ago. 2023.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista: relações sobre o cotidiano autoritário brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TIBURI, Marcia. **Como derrotar o turbotecnomachonazifascismo**, ou seja lá o nome que se queira dar ao mal que devemos superar. Rio de Janeiro: Record, 2020.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Coleção arquivos da repressão no Brasil).



RESENHA COMENTADA DO LIVRO: *CUIABÁ AO LONGO DE 100 ANOS*

Nileide Souza Dourado

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT
Historiadora da área Técnica e Científica do NDIHR/IGHD/UFMT
nileide@terra.com.br

Renilson Rosa Ribeiro

Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágio pós doutoral em Educação pela Universidade de São Paulo(USP).
Professor Associado do Centro de Educação e Ciências Humanas na Universidade Federal de São Carlos(UFSCar).
rrenilson@yahoo.com

Cuiabá Ao Longo De 100 Anos é o título da obra de Maria de Arruda Muller e Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues), publicada pela Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIENT) - Cuiabá-MT, ano de 1994, em resenha comentada nessa publicação.

É um livro de crônicas, histórias, memórias, pessoas, coisas e eventos ocorridos na Cuiabá antiga, cujas autoras são possuidoras de grande talento, detentoras de invejável bagagem cultural, consideradas notáveis no meio cultural cuiabano, especialmente, por serem partícipes e testemunhas dos fatos narrados em suas crônicas e com os quais conviveram por longos anos.

Nas palavras de Lenine Campos Póvoas, apresentador da obra, à época, Presidente da Academia Matogrossense de Letras (1994), revela que *o livro escrito a “quatro mãos” pelas acadêmicas Maria Muller e Maria Benedicta Deschamps Rodrigues oferece-nos uma leitura amena, agradável e divertida, ao mesmo tempo em que constitui precioso repositório de nossa vida social*. E diz ainda, L.C. Póvoas em sua apresentação: *Sua edição é um fato que só aplausos merece!*

O texto se apresenta com uma boa descrição, aspectos relevantes, imagens, fatos e pistas novas, uma narrativa dinâmica, suave, harmoniosa e com personagens originais e interessantes. É um livro que merece ser indicado, especialmente para quem ainda não pegou o gosto pela leitura da história local, ou seja, o cotidiano da população cuiabana no período e, ainda, poderá verificar através dessa leitura, como essa obra pode se relacionar ao trabalho individual de cada um. Assim, aquilato o valor dessa publicação para a área da história social e cultural de Mato Grosso.

O livro de *Maria Muller e Dunga Rodrigues* têm como público-alvo, escritores, professores, pesquisadores, alunos e leitores de modo geral. Trata-se de uma obra considerada “rara”, muito valiosa, a qual revela a comunidade acadêmica e científica mato-grossense, aspectos importantíssimos do cotidiano da cidade de *Cuiabá ao longo de 100 anos*.

Maria e Dunga



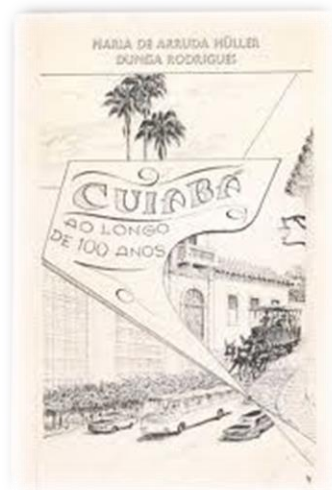
Figura 1 – Maria de Arruda Muller e Dunga Rodrigues

Maria de Arruda Muller - nascida na cidade de Cuiabá, em 9 de dezembro de 1898, filha de João Pedro de Arruda e Adelina Ponce de Arruda. Fez o seu currículo escolar nesta cidade, diplomando-se Normalista no de 1915 e foi professora durante 18 anos, exercendo no período funções de auxiliar de diretoria ou diretora no Grupo Escolar Senador Azeredo, professora de música e desenho na Escola Normal. No ano de 1915 participou com um grupo de normalistas e professoras que compunham o grupo de vanguarda da elite intelectual feminina da cidade, da fundação do Grêmio Literário “Júlia Lopes” e da revista “A Violeta” e tem seu nome conhecido em Mato Grosso e no Brasil como professora, jornalista e poetisa brasileira. Em 1919, *Maria de Arruda Muller* casou-se com o professor Julio Strubing Muller, tornando-se mãe de 7 filhos e possuidora de netos, bisnetos e tataranetos. Já em 1931 tomou posse na Academia Matogrossense de Letras (AML), ocupando a cadeira de número 7, instituição considerada uma das primeiras, no gênero, senão a primeira, no Brasil a admitir mulheres no seu quadro acadêmico. Com a eleição do seu marido, Júlio Muller para o governo do Estado de Mato Grosso, enquanto 1.^a Dama promoveu a fundação dos abrigos para idosos e crianças carentes, através de doações particulares, auxílio e festas beneficentes. Maria de Arruda Muller participou ativamente da história política e cultural de Cuiabá e do estado de Mato Grosso. Faleceu em 4 de dezembro de 2003, às vésperas de completar 105 anos.

Maria Benedita Deschamps Rodrigues, mais conhecida como **Dunga Rodrigues**, nasceu na cidade de Cuiabá, no dia 15 de julho de 1908, filha de Firmo José Rodrigues e de Maria Rita Deschamps Rodrigues. *Dunga Rodrigues* estudou as primeiras letras no tradicional Asilo Santa Rita das francesas de Notre Dame de Lourdes, como externa, e na Escola Modelo Barão de Melgaço, finalizando o ensino médio no Liceu Cuiabano. Diplomou-se contadora pela Escola Técnica de Comércio de Cuiabá. Dunga Rodrigues diplomou-se também em piano e harmonia pelo Conservatório Musical de Mato Grosso e pelo Conservatório Brasileiro de Música (RJ), com registro junto ao Instituto Villa Lobos. Estudou num período de cinco anos consecutivos, Linguística Portuguesa e Francesa com o professor Antonio Cesário Neto. Lecionou Frances no Colégio Estadual de Mato Grosso e no Ginásio Brasil. Lecionou piano no Conservatório Matogrossense de Música e no Conservatório Musical de Mato Grosso, desempenhando também função como pesquisadora na Universidade Federal de Mato Grosso, junto ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Publicou as seguintes obras: Uma aventura em Mato Grosso, Reminiscências de Cuiabá, em comemoração aos 250 anos de Cuiabá, Marphysa, romance folclórico cuiabano, Os Vizinhos, Cuiabá: roteiro de lendas, Memória musical da Cuiabania, Lendas de Mato Grosso, Colcha de retalhos e Movimento Musical em Cuiabá. Atuou como membro no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e integrou a Academia Matogrossense de Letras, tendo ocupado a cadeira de nº 39, que tem como patrono Antônio Tolentino de Almeida, e como primeiro ocupante o Prof. Antonio Cesário de Figueiredo Neto e Maria

Benedita Deschamps Rodrigues sua segunda ocupante. Além das letras, Dunga ligou-se à música, tendo participado ativamente de concertos musicais. Em seus escritos se impõe comprometida com os elementos da cultura popular mato-grossense, tendo sido várias as suas colaborações, na forma de crônicas, ensaios, na imprensa local. Dunga faleceu, em Santos-SP, seu corpo foi cremado e as cinzas trazidas para Cuiabá, tendo sido enterradas no cemitério do Porto, Capital.

Figura 2 – *Cuiabá Ao Longo De 100 Anos*



ROTEIROS, LUGARES E HISTÓRIA DE CUIABÁ

A capa do livro *Cuiabá Ao Longo De 100 Anos* é muito expressiva, rica em detalhes, recheada com imagens representativas do tema em estudo. A arte pictórica da capa é de autoria de Moacyr Freitas, arquiteto, professor, historiador, escritor e artista plástico, personalidade histórica de Cuiabá. M. Freitas é autor de várias obras, as quais contribuem com o acervo imagético do estado de Mato Grosso, onde registram cenas dos períodos históricos da quase tricentenária cidade de Cuiabá e do estado de Mato Grosso. Já a diagramação, qualidade material e gráfica da obra, conta com letras visualmente agradáveis para a leitura, apresenta boas ilustrações que ficaram a cargo da editora eletrônica, Selma Carvalho. A obra é constituída de 193p.

As autoras do livro cumprem sem artifícios a ideia de constituir um registro histórico de cem anos da Cuiabá heroica e legendária. A obra se constrói em uma apresentação, uma introdução, seguida de 64 textos temáticos, de escolha aleatória e não seguem nenhuma cronologia. Assim, a maneira natural e simples da estruturação da obra pelas autoras favorece a escrita e a realização desta resenha comentada.

A “Apresentação” da obra é de escrita breve, autoria do professor, historiador Lenine Campos Póvoas que descreve o período da pesquisa (1889-1991) e o contexto social da cidade de Cuiabá, bem como, a trajetória histórica, marcante das autoras, mulheres comprometidas com o desenvolvimento cultural de Cuiabá e Mato Grosso.

Na “Introdução”, a acadêmica *Maria Muller* descreve a caminhada, o passeio que fizeram as autênticas cuiabanas pelo “tempo” onde focalizam pessoas, eventos e acontecimentos ocorridos pela cidade, sendo alguns melancólicos, burlescos e também sérios. Argumenta que cada uma procurou trazer um olhar ingênuo, firme e realista sobre os acontecimentos, depoimentos sinceros das pessoas, pensando sempre em repassar para as gerações novas fatos e as vocações marcantes feitas por homens e mulheres dessa época. Conclui *Maria Muller* o texto introdutório afirmando que a recordação simplista desse período faz deste livro um despretenso depoimento e uma lembrança da Cuiabá que já se esfuma no tempo, relativamente curto para muito rápida transformação.

Portanto, a obra *Cuiabá Ao Longo De 100 Anos* está organizado por áreas temáticas, selecionadas e consideradas prioritárias pelas autoras para uma apresentação sobre Cuiabá ao longo de 100 anos, cuja publicação aconteceu no ano de 1994.

O livro apresenta – se com 64 textos temáticos (Quadro 01), sendo que desse total, 29 textos foram escritos pela professora, poetisa e jornalista *Maria de Arruda Muller* e os outros 35 são de autoria da professora, historiadora, cronista e musicista *Maria Benedicta Deschamps Rodrigues* (Dunga Rodrigues). Em cada temática, há um grande volume de dados, informações, análise e opinião das autoras, com referência a essa longa duração, cem anos, sobre a quase tricentenária Cuiabá.

Quadro 1 – 64 títulos temáticos do livro “Cuiabá Ao Longo De 100 Anos”.

MARIA DE ARRUDA MULLER	DUNGA RODRIGUES
Educação e Instrução em Mato Grosso	A Rua Grande
O Liceu Cuiabano: Comemoração do Centenário de sua instalação	A Rua Grande e as Praças
A Escola Normal “Pedro Celestino”	Rua Grande uma moradora especial
A Cultura Feminina em Mato Grosso	Vizinhança
O Linguajar Cuiabano	Ainda a Vizinha
O Jornalismo em Mato Grosso	Parede e Meia
Cozinha Cuiabana	Tipos da Quadra
Artes Plásticas	Empréstimos
Vida Social	Divertimento
Reminiscência: Festas Religiosas e Profanas	Folguedos Infantis
Teatros-Danças Populares Hábitos Ancestrais	
Teatro e Companhias Teatrais em Cuiabá	Baile do Palácio
Não sair ... Não Pagar! ... A Memória do CHAU	Festa de São João
Variações Climáticas	São João da Cidade
1889 – Proclamações da República	Artistas em Cuiabá
Primeira Década Republicana 1889-1899	O Carnaval Cuiabano
A Segunda Década Republicana 1889-1900	Horas Literárias
O Poder Legislativo em Mato Grosso – Suas Constituições	Dissabores e Lendas
Mato Grosso e sua primeira Constituição	Política e Assaltantes

Republicana	
Volta ao Cotidiano	Viagens A
Ciclo Desenvolvimentista	Viagens B
O Estado Novo em Mato Grosso 1937-194	Viagem Marítima
Do “Estado Novo” Aos Dias Atuais. Divisão De Mato Grosso	Viagens Aéreas
Rua de Baixo	Viagens – Singularidades
Beco do Candieiro	Encomendas
Hábitos – Lazer	Rua Treze de junho
A Legião Brasileira de Assistência em nosso Estado	O Grupo Escolar e os seus fantasmas
Dona Eunice Weaver. Campanha da Solidariedade	Casas Cuiabanas
O Envolver do Progresso de 1945 a 1990	Jardins (Uma Precursora)
Divisão de Mato Grosso	Quando Guilhermina virou estátua
	Quando eu virei praça
	O Humor cuiabano inserido no seu Folclore
	Mulheres de Fibra
	E Agora José?
	Experiência Jornalística

A descrição dos títulos temáticos considerados de maior destaque nessa resenha será feita de forma breve e concentrada, já que há variações entre as abordagens escolhidas pelas autoras e o volume de informações em cada um deles serem significativas e sendo assim, optou-se por agregar textos selecionados nas seguintes categorias: Educacional; Cultural; Social e Política.

EDUCACIONAL – As autoras com certa brevidade falam sobre a educação e a instrução em Mato Grosso e logo referenciam o cronista Joseph Barbosa de Sá que através da grafia oitocentista, fornece as primeiras notícias da formação, do núcleo incipiente, de vida organizada desta parcela da nação brasileira.

Abordam sobre a instalação da primeira Escola Normal “Pedro Celestino” e a contratação de educadores, professores normalistas de São Paulo para as Escolas Modelos em Cuiabá e logo em seguida em Corumbá, Cáceres, Rosário Oeste, Campo Grande, Aquidauana, Miranda e Três Lagoas. Narram que nesse mesmo “campo e tempo” instituições culturais foram criadas e instaladas na cidade, como o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em 1.º de janeiro de 1919, ocasião das comemorações do bicentenário de fundação de Cuiabá, tendo à frente da unidade, o Presidente do Estado e Arcebispo Metropolitano de Cuiabá, D. Francisco de Aquino Corrêa que, junto com 12 intelectuais, se responsabilizou pela instalação do IHGMT, aos 8 de abril do mesmo ano.

Já o Centro Mato-Grossense de Letras, fundado em 22 de maio de 1921, em 1926 evoluiu-se para a Academia Mato-Grossense de Letras (AML), com o doutor Jose de Mesquita na presidência. Ainda com relação à educação, as autoras focam o Liceu Cuiabano, as suas várias instalações, os professores, as primeiras turmas, as bachareladas e sobre as comemorações do centenário de sua instalação.

Em “Cultura Feminina em Mato Grosso” Maria Muller revela que em 1916, um grupo de moças recém-formadas pela Escola Normal, com o apoio do saudoso professor Estevão de Mendonça criam uma associação feminina, denominada depois de Grêmio “Julia Lopes”, o qual com a sua revista “A Violeta” sobreviveu por mais de 30 anos. Conclui esta temática afirmando que, com a implantação da Universidade Federal de Mato Grosso, a juventude deslanchou rapidamente ao desenvolvimento cultural e científico. E, à mulher a quem eram facultadas apenas as complementações ginásial e normal, abriram-se novos horizontes dos conhecimentos, tornando muitas advogadas, economistas, literatas, artistas, etc. concorrendo desassombradamente com o sexo oposto.

Ainda, no campo educacional, a narrativa sobre “O Grupo Escolar e os seus Fantasma” não poderia ficar fora de nossos comentários, especialmente por tratar de instituições educativas de Cuiabá, com grande representação no período, o Grupo Escolar, do bairro do Porto, pejorativamente, era chamado de “Peixe Frito”, cujo cognome vem desde à época da abundância de peixe com baixo preço. Conta à lenda que as crianças ribeirinhas que se alimentavam mais de peixe mantinham um acentuado cheiro que invadia a escola, por serem crianças e não lavarem as mãos convenientemente, o odor permanência. Por isso, a rivalidade entre o Grupo Escolar do bairro do Porto (ribeirinhos) e a do centro da cidade de Cuiabá, o Grupo Escolar, Escola Modelo Barão de Melgaço fez surgir o apelido “Peixe Frito”. E, quanto aos fantasmas que apreciavam periodicamente, de acordo com os boatos eram fantasmas de um velho idoso em busca de sangue para a cura de hanseníase, três jovens vestidos de branco que passeavam pela cidade no “almofadinha do Berilo” (tipo de ônibus sem capota), em silêncio, apontando apenas o itinerário, dava volta pela cidade, fazendo ponto final no Cemitério da Piedade. O Berilo, já habituado com o sobrenatural, cumpria calmamente o trajeto. Para Dunga Rodrigues o que realmente comprova que ambas eram escolas excelentes, com uma equipe de mestres de alto gabarito.

CULTURAL – Nesse campo, *Dunga Rodrigues* e *Maria Muller* faz um grande passeio sentimental pelo passado das pessoas e da cidade de Cuiabá, procurando ressignificar, repovoar e dar vida para alguns fatos históricos, onde procuram rememorar de um dado momento de suas existências, a começar pela “Rua Grande”, situada no Segundo Distrito, de acordo com a antiga divisão municipal do perímetro urbano, denominado também de Porto Geral, depois Distrito de S. Gonçalo de Pedro II e mais tarde transformado em “Bairro do Porto”.

Rua Grande ou simplesmente “Rua 15 de Novembro” e pela sua configuração ganhou também o apelido de “Rua Larga”... Revela as autoras ser essa rua a mais madrugadora da cidade de Cuiabá, nela ecoam-se os gritos de vendedores de “peixe”; “verdura”; “lenha”; “bucha” e “mocotó” e ao mesmo tempo pelas suas duas margens havia um trânsito grande de charretes de venda de leite, com latões de zinco, as carroças de transportes com mercadorias dos navios ancorados no porto. E, no período da tarde circulavam por essa mesma rua os turcos mascates com os seus baús mágicos, oferecendo “fitas, rendas e tecidos”. Revelam as autoras que nessa rua, funcionou o primeiro cinema do porto, o “Cine

Dorsa” cujos filmes eram repassados a pedido das famílias, como a comédia “Purgante de Lili” que era reprisada sempre e agradava e muito a garotada. Destacam que os irmãos italianos, “Dorsa”, família radicada na cidade de Cuiabá, eram proprietários tanto do cinema como da casa de um forte comercio, denominada “Casa Dorsa” a qual atendia não só o segundo distrito da capital, como abastecia várias cidades do interior. Na margem direita e esquerda da “Rua Grande” as autoras chamam atenção para os estilos arquitetônicos da época, das casas, casarões, sobrados, a igreja, praças e a descrição do cotidiano familiar dos seus notáveis e especiais moradores. Apontam ainda, as autoras à existência de pequenos negócios como as vendas, verdadeiros empórios em miniaturas, cujo forte desses estabelecimentos era o “fiado” à base de cadernetas. Entre os produtos, os mais apreciados eram os bolos caseiros, broinha de canela de “saudososa memória”, feitos com esmero pelas irmãs, senhoras Dona Relinda e Dona Alexandrina. Tais irmãs tornaram-se o porto seguro de muitos na região, consideradas repositórias de confidências, atribulações e esperanças dos vizinhos e adjacências. Essas sábias senhoras fundaram a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, da Igreja São Gonçalo. Ainda, nessa rua, destaca-se também, os serviços oferecidos no ramo de farmácia, armazéns, atelier de carpintaria, padaria entre outros. Sabe-se que a “Rua Grande” se estreitava e desembocava à beira d’água, com ladeira calçada a pedra cristal, lugar de comercio de canoeiros do rio abaixo, rio acima, com produtos da lavoura ribeirinha, peixes, cerâmicas, potes, telhas e panelas. No entanto, esclarece que não era este o porto onde atracavam as lanchas que faziam o percurso Cuiabá-Corumbá com embarque, desembarque e despedidas.

Vizinhança – É um dos temas do agrado de Dunga Rodrigues, especialmente por ser a “vizinhança” uma representação mais ampliada, alargada e profunda da família. Ela concebe “vizinhança” também, como um elo forte, alimentado por pequenos deveres e obrigações não explícitos ou especificados em código, mas tacitamente aceitos por pessoas que habitavam casas que comprimiam num quarteirão, pedaços de rua, podendo até encompridar por travessas e largos. Revela que na cidade de Cuiabá havia nesses longos anos, tres estágios de moradas/vizinhanças como: O período das casas ombro a ombro, germinadas, à beira da rua; o das casas se isolando entre muros, cercando imensos terrenos e a atual morada vertical, que se propaga rapidamente. Argumenta que um dos hábitos que contribuiu e muito para o estabelecimento da boa “vizinhança” foi o de “Sentar a Porta da Rua” formando uma roda de conversa antes de o sol se por. As conversas travadas eram diversificadas, cujas narrativas versavam sobre vivências de marinheiros, aspirante-cadete, bravatas de guerras, os hábitos da terra, hospitalidade cuiabana, culinária local, nascimento, casamento e mortes e, não ficava de fora do bate papo, a história dos “empréstimos” uso gerado pela incrementação da amizade e vizinhança. Vale reiterar que nesse modelo de habitação cuiabana, de casas geminadas, também chamadas de “Casas de parede e meia” traziam certas vantagens, por serem ajoujadas oportunizavam, especialmente as crianças construírem diferentes brincadeiras como a encenação de teatrinhos com representação de comédias, recitativas e cançonetas, conforme descreve a autora no texto.

O Linguajar Cuiabano – Não poderia deixar de ser um dos temas integrantes no contexto da obra “Cuiabá Ao Longo De 100 Anos” de *Maria Muller* e *Dunga Rodrigues*, especialmente, por ser os hábitos de linguagem singulares e costumes de um povo louvável, o “cuiabano”. O linguajar cuiabano se destaca pela pronúncia pitoresca, original, aprofundada entre os antigos habitantes e os que deles receberam tal herança linguística. Todavia, vem enfraquecendo diante da miscigenação, migração e com o aprimoramento da instrução na região. Essa peculiaridade arraigada ficou mais aprofundada no meio rural e regiões ribeirinhas, empregam eles, distorcidas formas sintaxe, ou seja, não empregando os pronomes, os substantivos e adjetivos nas adequadas formas verbais. É comum dizerem:

“Nós quer”; “Nós faz”; “Ocês paga”... ou até mesmo a supressão do objeto, onde dizem... “Eu fui no Dulce”. Maria Muller conclui essa parte dizendo que: *Essa nossa pronúncia é uma salada de linguagem; é o jargão do mameluco paulista, da algaravia do africano; do ibero, português-espanhol tudo ambientado na pátria nova, americanizada, tupinificada.*

Variações Climáticas - De acordo com Maria Muller trata ser um dos temas mais propalado na cidade de Cuiabá no período em estudo e na atualidade o “clima”. Segundo o Observatório Meteorológico D. Bosco, instalado nas dependências do Liceu Salesiano, vários fenômenos climáticos sucedem no fabuloso coração da América do Sul, Cuiabá, surpreendendo a todos como à angustiosa sensação de carência de ar, com temperatura de 40° e mais à sombra e, repentinamente é substituído por temperatura amena, ocorrendo, segundo a autora mutações mais sensíveis como a paralisação completa do ar, quando nem uma folha se move no arvoredo. Nessa perspectiva, recorda da noite mais fria que o cuiabano já enfrentou, em junho onde o dia amanheceu quente, continuando pelas primeiras horas da tarde. A declinar o sol, começou a soprar o vento do sul, o vento dos pampas. Em poucas horas o termômetro foi baixando, e chegou a marcar um pouco de um grau positivo.

Dissabores e Lendas permite a Dunga Rodrigues abrir caminhos para uma narração articulada entre o contratempo e as sagas da vida quando faz destaques sobre acontecimentos funestos, ocorridos nos anos de 1722 e 1725, na cidade Cuiabá como foi à falta de milho e outros cereais no lugar. Com a ausência desses alimentos, conta que a população cuiabana recorreu à caça e não faltando quem trocasse um escravo, por outros alqueires de milho. Em 1725, a sua narrativa reporta ao acontecido entre os índios Paiaguás e o trucidamento de 600 monçoeiros, ocasião em que reinou pela região à penúria. Revela que um frasco de sal foi adquirido por meia libra de ouro. Esclarece que o ouro em abundância permitia aos habitantes produzirem seus utensílios domésticos com tal metal. Castiçais, almofariz, panelas reluziam dourados ao sol. Esse episódio segundo Dunga Rodrigues acabou provocando uma grande dureza ao coração dos homens da região. Sem ter gêneros para alimentar acabaram esquecendo-se da caridade e obras pias, dos doentes e, o próprio escravo agia surripiando o patrão. Conclui dizendo que a deslealdade, a falta de honestidade e bom senso, acabaram provocando a justiça divina, tendo a falta de alimentos como castigo. Frente a esse acontecimento o povo começou a pensar em se mudar para outras terras mais abençoadas por Deus.

Em **Viagens-Singularidades**, Dunga Rodrigues relata que os deslocamentos de Cuiabá ao Rio de Janeiro aconteciam via o Vaporzinho, cujo percurso consumia trinta dias para ir e outro tanto para a volta. Conta que o pitoresco da viagem era o contato dos passageiros com as margens dos rios, povoadas de jacarés e pela bicharada do pantanal: capivaras, antas, pacas, onças, macacos e uma variedade enorme de pássaros aquáticos. No trajeto aconteciam às paradas para provisão de lenha consumida pela maquinaria do navio, o que propiciava periódicas descidas em fazendas e usinas ribeirinhas, compra de rapaduras de leite e queijo. Comenta a autora que apesar das delongas, as viagens eram muito divertidas e os passageiros acabavam se transformando em amigos. Lembra Dunga Rodrigues à chegada, ao navio aportar em Cuiabá, nesse tempo o bonde já havia desaparecido e não havia outra viatura, os passageiros alcançavam a pé o centro da cidade. Desfilavam as mulheres de salto alto, os homens de chapéu e trajes completos, indo atrás os jangadores ou changadores com as malas. E, as famílias, moradores da rua abriam suas portas, janelas e acompanhavam tal desfile para apreciar as últimas tendências da moda.

SOCIAL – Nessa etapa, segundo as autoras, a “Vida Social” na cidade de Cuiabá no período em estudo foi marcada por grandes eventos como bailes, festas religiosas, cívicas e populares, entre outros divertimentos como teatro, cinema e folguedos natalinos e folclóricos:

Na narrativa de Dunga Rodrigues fica evidenciado que a granfinagem urbana se expandia entre trejeitos e roupa de gala nos eventos palacianos, cujo arremate era para o **Baile do Palácio**, festas oficiais como posse dos governadores e na recepção de visitantes ilustres, dignos de serem recebidos com pompa. Descreve Dunga Rodrigues que no interior do antigo palácio havia uma decoração refinada com espelhos enormes de cristal, jarrões de porcelana de Limoges (França), mobília estofada, com bordados estilo Gobelin (tapeçaria francesa), apliques prateados nas paredes e consoles de mármore Carrara e tapetes Persas, enfim, tinha o antigo palácio uma enorme elegância *raffinée*, de características parisienses. Já Maria Muller conta que os mato-grossenses amam os bailes promovidos a qualquer pretexto e mesmo sem pretextos e apresenta **Reminiscência das festas religiosas unidas às profanas, teatros e danças de hábitos ancestrais**, consideradas tradicionais em Cuiabá como: as do Divino Espírito Santo; as da Semana Santa; as de São Benedito; as festas cívicas como a comemoração da data magna da nacionalidade, onde se apresentam com as devidas paradas, desfiles de colégios, corporações militares e outras entidades. As festas populares como **Congadas, Cavalhadas** e os **Bandos Carnavalescos Mascarados** que cobriam o rosto para não serem reconhecidos e todos falavam em voz de falsete, com voz feminina para ocultarem a identidade. Diz que contava o período com as “Touradas” por ocasião das festas do Espírito Santo. Relata que na antiga Avenida do Saladeiro, hoje Alameda Julio Muller, antigo terceiro distrito e hoje o município de Várzea Grande, se realizava um **São João Tradicional**, festa religiosa mantida há quase duzentos anos, nos moldes das antigas cerimônias juninas. Conta também sobre as grandes companhias teatrais que anualmente visitavam a cidade, especialmente à época em que o rio Cuiabá era navegável.

Diz Maria Muller que através dos registros dos cronistas da época e memórias de antepassados protagonistas que o cuiabano originário de paulistas e portugueses era aficionado pelos espetáculos teatrais, tanto que se representou em palcos improvisados, com arte e graça, dramas e comédias como: “Aspásia na Serra” e “Zaira” de Voltaire; ópera e entremeses isto, nos idos de 1790.

POLÍTICA – Os temas de ordem política, narrados pelas autoras Maria Muller e Dunga Rodrigues, selecionados e comentados nessa resenha reportam a:

1889 – Proclamação da República, cuja notícia chegou a Cuiabá na madrugada de 09 de dezembro, quase um mês após o advento da República. A correspondência da ex-corte, chegou ao Porto, via o vapor Coxipó, que fazia a rota Corumbá-Cuiabá, altas horas da noite. Nessa fatídica noite acontecia um imponente baile, nos salões da residência do capitão Generoso Ponce, já nesse tempo chefe político de grande prestígio. Conta Maria Muller que no meio da festa, que reunia elementos de escol e membros influentes do Partido Liberal, de âmbito nacional, cuja notícia divulgada, caiu qual um abalo sísmico sobre os circunstantes. Revela a autora que as Câmaras se reuniram e proclamaram a adesão deste que deixará de ser província para ser Estado, a República Federativa recém-implantada. E, no mesmo dia, foi aclamado Governador o general Antonio Maria Coelho, depois confirmado no cargo pelo governo republicano.

Na **Primeira Década Republicana 1889-1899**, Maria Muller faz os registros sociais e políticos que marcaram essa tumultuada fase de implantação do regime republicano no Brasil. Revela que após oitenta anos de monarquia, a abolição e a queda do trono trouxeram impactos variados, truncando a estrutura da sociedade e do governo. Em Mato Grosso o abalo foi enorme, grandes e prósperas fazendas, algumas contavam com quase centena de escravos foram despovoadas repentinamente, estancando fontes de produções agrícolas e pastoril. Nas cidades também foram ressentidos, famílias foram atingidas na sua estrutura econômica. A classe dominante também totalmente atingida pela mudança do regime. Os partidos monárquicos se desfizeram; os grupos sociais se aglutinaram em novas facções, sem ainda se inteirarem do papel da democracia, na nova ordem social.

Na **Segunda Década Republicana (1899-1909)**, a entrada de Mato Grosso no novo século, prenuncia-se com um horizonte carregado de nuvens negras. Porém, Maria Muller ameniza dizendo que houve algumas manifestações de progresso como a instalação da linha de bondes, ligando ao primeiro o segundo distrito da cidade; O Colégio Salesiano São Gonçalo celebra a solene colação de grau dos primeiros alunos bacharéis em Ciências e Letras; as escolas públicas e particulares proliferam-se. Inaugura-se a primeira Empresa Telefônica em Cuiabá e trafega pelas ruas principais o primeiro automóvel de propriedade do governo do Estado. Após novas dissensões políticas, é eleito presidente do Estado, por concessão das facções em luta, o Arcebispo, então bispo Dom Aquino Corrêa.

O Poder Legislativo em Mato Grosso – suas Constituições – Conta Maria Muller que Mato Grosso com pouco mais de um século e meio de vida institucional, foi blindado com quatro Constituições, uma reforma e uma emenda. A Primeira Carta Magna da Província de Mato Grosso foi elaborada a 3 de julho de 1835. No período republicano, o Estado teve promulgada a sua segunda Constituição a 28 de maio de 1891. Esta é a mais longa, teve duração de 42 anos, sendo substituída pela de 1934, instalada em 7 de setembro de 1935. Desse modo, doze anos depois, elaborou-se a nova carta constitucional e promulgada em 1947. A penúltima, vigente até 1989 foi promulgada pelo Legislativo, vinte anos após, em 1967, estando em 1990 em elaboração a última carta de Leis. Conclui Maria Muller que a constante mudança na carta magna do País e dos Estados demonstra a imaturidade dos nossos costumes políticos. País jovem, povo jovem. O Brasil vai crescendo como Nação Democrática, e será essa mesma juventude, o fator preponderante da valorização e conceituação do povo brasileiro, através da cultura política que fatalmente chegará.

Maria Muller ao narrar sobre **O Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)** revela a sua vivência e diz que foram oito anos consecutivos entre a instalação e a Permanência do regime denominado “Estado Novo” no país. Em Mato Grosso diz à autora que o regime permaneceu sob um só governo. A Administração de Julio Muller – João Ponce de Arruda, após uma série de seis interventores e um governador falecido em meio ao período, estabilizou a máquina administrativa e construção de prédios na Capital do Estado para melhor aparelhamento e instalação dos órgãos estaduais, edificando a ponte velha, sobre o Rio Cuiabá, o Centro de Saúde, o Grande Hotel, o Cine Teatro Cuiabá, residência dos governadores, o Palácio da Justiça e a Secretaria Geral na Avenida Getúlio Vargas, o Colégio Estadual e a Estação de Tratamento de Água, também, denominadas de “Obras Oficiais”. Além das obras enumeradas, os governantes do período melhoraram a receita estadual, obras essenciais para vários municípios do Estado como Corumbá, Três Lagoas, Dourados, criou 100 escolas de primeiro grau, abriu e concretou a Av. Getúlio Vargas, executou obras no Balneário de “Águas Quentes”, começou a abertura da rodovia Cuiabá-Campo Grande com o auxílio do Batalhão de sapadores da Polícia Militar do Estado. Maria Muller em seu relato faz menção ao artigo da escritora cuiabana, Nilza Pinto de Queiroz, publicado pelo Diário

de Cuiabá, junho de 1989, onde relata com fidelidade um ângulo desse admirável período administrativo que a política malsinou, mas o tempo – inexorável justiceiro – vai, pouco a pouco apontando à posterioridade incluindo-o no rol de um dos mais progressistas períodos desenvolvimentista.

Na temática **O Envolver do Progresso de 1945 a 1990**, ainda no campo político, Maria Muller prossegue com a sua narrativa, quando diz que quatro décadas e meia, quase meio século são envolvidos após o “Estado Novo”, à volta ao “estado de direito” não contentou aos políticos: a estes e nem ao povo. Com a marcha evolutiva dos acontecimentos acabaram entregando o poder as forças armadas, com duração de vinte anos, porém, não conseguiram erguer o país do marasmo econômico em que se afundara.

Conta Maria Muller que nesse período, para satisfazer os anseios do Sul do Estado, principalmente, Campo Grande, o nosso Mato Grosso sofreu a amputação de mais uma área de seu território. Em 1977, sob o governo do Presidente Ernesto Geisel cria-se o novo Estado, com o nome de Mato Grosso do Sul, tendo Campo Grande como capital.

Destaca por último o equívoco dos políticos do sul que ansiavam pela hegemonia administrativa e política, por acreditarem que a região estava sendo espoliada pelo “governo de Cuiabá”, veio desfazer-se com o desenrolar do tempo, mostrando que as dificuldades continuam cada vez mais prementes, tanto num como em outro Estado.

Antes de encerrarmos, vale a pena dizer que a obra merece nossa atenção por ser uma das boas iniciativas do período em estudo, além da inegável contribuição que as autoras, Maria Muller e Dunga Rodrigues nos dão em cada temática narrada em **Cuiabá Ao Longo De 100 Anos**, obra de especial valor para aqueles que interessam pela história local, história de Mato Grosso e pelas múltiplas maneiras de leitura da obra.



REDM
ISSN: 2176-5804

A COR PÚRPURA:

OPRESSÃO E VIOLÊNCIA NA VIDA DAS MULHERES NEGRAS

Léia de Souza Oliveira

Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT

Historiadora da área técnica e produção científica do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR-IGHD-UFMT
leiadesouzamt@yahoo.com.br

RESUMO

A Cor Púrpura, é uma obra premiada, que retrata as condições de vida das mulheres negras e pobres no início do século XX. É referência acadêmica para o estudo das condições de vida das mulheres negras e pobres no início do século XX. A história ocorre entre os anos 1900 e 1940 e a obra enquadra-se na categoria de *Romance epistolar*, devido a técnica literária utilizada embasada na escrita através de cartas. A linguagem simplória utilizada se passa em torno de mulheres fortes, relatada através de cartas, em sua maioria, escrita de forma peculiar por Celie para Deus e para sua irmã Netie. O envio dessas para Deus busca romper com sua solidão, pois é o único “SER” que a escuta, ou melhor que acredita que a escutaria. Nesses momentos de escrita “escapa” da realidade de sua vida sofrida e solitária, e, nessa relação com Deus não se percebe pedido de ajuda e sim apenas de “escuta”. De autoria de Alice Walker aborda o racismo histórico, religião e o papel das mulheres em uma sociedade com resquícios escravocratas, demarcada por comportamentos opressores e machistas. Transitando nesse debate de raça-gênero-classe, a protagonista principal da obra, é uma Mulher negra, sem valor social e humano, negado pelo poder opressor. Em vários trechos é tratada como um objeto e mercadoria, ambos descartáveis. A característica interseccional dessa obra, introduziu-a como referência em estudos multidisciplinares, nas mais diversas áreas das ciências humanas e sociais e contribuiu com a reflexão acerca dos movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos na análise das pautas das mulheres negras.

Palavras-Chave: Mulher. Violência. Preconceito.

ABSTRACT

The Purple Color, is an award-winning work, which portrays the living conditions of black and poor women at the beginning of the 20th century. It is an academic reference for the study of the living conditions of black and poor women in the early 20th century. The story takes place between the years 1900 and 1940 and the work falls into the category of epistolary romance, due to the literary technique used based on writing through letters. The simplistic language used is set around strong women, reported through letters, mostly written in a peculiar way by Celie for God and for her sister Netie. The sending of these to God seeks to break with his loneliness, as he is the only "BEING" who listens to him, or rather believes that he would listen to him. In these moments of writing, he “escapes” from the reality of his suffering and lonely life, and in this relationship with God, one does not perceive a request for help, but only “listening”. Authored by Alice Walker addresses historical racism, religion and the role of women in a society with traces of slavery, marked by oppressive and sexist behavior. Moving through this race-gender-class debate, the main protagonist of the work is a Black Woman, without social and human value, denied by the oppressive power. In several sections it is treated as an object and merchandise, both disposable. The intersectional characteristic of this work, introduced it as a reference in multidisciplinary studies, in the most diverse areas of the human and social sciences and contributed to the reflection about the anti-racist, feminist movements and protective instances of human rights in the analysis of the black women's guidelines.

Keywords: Woman. Violence. Preconception.

INTRODUÇÃO

*Ser mulher já uma desvantagem nessa sociedade machista.
Agora imaginem ser mulher e ser negra.*

Angela Davis¹

A obra Literária *A Cor Púrpura*, de autoria de Alice Walker, seguida de filme, com o mesmo título, dirigido por Steven Spielberg, continua despertando interesse, em função do “lugar” social ocupado contemporaneamente, pelas mulheres negras militantes e ativistas, na luta contra todas as formas de preconceitos, opressão e violência impostas historicamente às mulheres.

Dada a abrangência dos conteúdos abordados, utilizou-se como suporte analítico as correntes Estudos Pós-Coloniais e Estudos de Gênero, que possibilitaram aprofundar os estudos de categorias, antes marginalizadas na academia.

A introdução da teoria e crítica Pós-colonialistas inaugurou uma diferente metodologia analítica para interpretação textual. Esse método reforça a relação entre o discurso e o poder. É uma forma de pensar a organização dos países que foram colonizados, buscando, através da crítica literária, a integração, voz, visibilidade e empoderamento às populações subalternas. Nos textos da história dos povos colonizados, existem várias vertentes, e a maioria dos teóricos afirmam que a história não é *única, singular e verdadeira, com a figura do vencedor*. Através desses estudos, a tese da única história foi questionada, principalmente ao se considerar a existência de indivíduos singulares, independentemente de sua raça ou classe, ou condição histórica (colonizada ou não), contribuindo com a abertura de “espaços” e visibilidade para os sujeitos subalternos e excluídos. Os teóricos pós colonialistas vão trabalhar dando voz a esses sujeitos, combatendo o que não era ouvido no processo histórico eurocêntrico.

Os Estudos de Gêneros, seus conceitos e aplicações teóricas, demonstram que a ideologia de gênero sempre existiu na nossa cultura, e que, embora não utilizasse o termo gênero, foram demarcados lugares e papéis para Homens e Mulheres. Espaços pré-definidos e montados para

¹ Angela Yvonne Davis (Birmingham, 26 de janeiro de 1944) é professora e filósofa socialista estadunidense que alcançou notoriedade mundial na década de 1970. Foi integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos, dos Panteras Negras. Militou pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial nos Estados Unidos e foi personagem de um dos mais polêmicos e famosos julgamentos criminais da recente história dos Estados Unidos. Wikipédia, a enciclopédia livre.

afirmar uma ideologia de gênero. Assim a adoção do conceito de gênero proporcionou a visibilidade e voz a sujeitos invisíveis e amordaçados pelos papéis definidos culturalmente. Entretanto, ainda se faz necessária enfrentar a “negação” da misoginia do passado ocidental. Daí a importância da introdução dessa temática e conceitos no campo das ciências.

Nesse contexto, Alice Walker aborda o racismo histórico, religião e o papel das mulheres em uma sociedade com resquícios escravocratas, demarcada por comportamentos opressores e machistas. Transitando nesse debate de raça-gênero-classe, a protagonista principal da obra, é uma Mulher negra, sem valor social e humano, negado pelo poder opressor. Em vários trechos é tratada como um objeto e mercadoria, ambos descartáveis.

A partir da re(leitura) do Livro e do filme *A Cor Púrpura*, observa-se que os temas ali abordados (gênero, raça, machismo, classe social, opressão, religião, patriarcado, lesbianismo, misoginia), demandariam uma ampliação de nossa análise, inicialmente centrada nas duas correntes acima elencadas, daí a busca de apoio teórico no conceito de Interseccionalidade que:

[demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. (...)a interseccionalidade permite uma maior compreensão acerca das desigualdades raciais existentes (...)racismo, capitalismo e hétero-patriarcado devem ser tratados pela interseccionalidade, observando os contornos identitários da luta antirracista diaspórica].(Akotirene, 2018).

A característica interseccional dessa obra, introduziu-a como referência em estudos multidisciplinares, nas mais diversas áreas das ciências humanas e sociais. Mantendo o diálogo com os estudos de Akotirene (2018), a interseccionalidade, contribuiu com a reflexão acerca dos movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos na análise das pautas das mulheres negras.

A AUTORA

*Eu não sou escritora porque fiz faculdade.
Sou escritora porque tenho coração²
Alice Walker*

Alice Walker, nascida na Geórgia – EUA no ano de 1944, filha de agricultores, de origem humilde, sofreu as consequências do racismo desde cedo. Na Faculdade começou sua militância pelos direitos civis com destaque a problemática racial e feminista, ampliando para o movimento ambiental

² Palestra proferida na 1ª Bienal Brasil do Livro e da Leitura – Auditório Nelson Rodrigues. UnB – Brasília (DF). 2012.

e na defesa dos direitos dos povos indígenas. Nasceu em uma época demarcada pela opressão racial e de gênero. Através de esforço pessoal, superou a situação precária e pobre. Com bolsas de estudos se destacou como escritora, escrevendo esta obra sobre racismo e superação, que lhe proporcionou reconhecimento nacional e internacional.

Seu perfil se identifica com o narrador e o personagem afro-americano como elementos integrantes de sua consciência, perspectiva possível nos estudos literários, a partir da abertura proporcionada pelos estudos culturais, pós-coloniais, de gênero e interseccionais.

Produziu mais de 30 livros de ficção, poesias e ensaios. Como ativista em defesa dos direitos civis, foi presa em 2003. Esse patrimônio militante, político e intelectual, proporcionou o seu reconhecimento mundial. Portanto, *A Cor Púrpura* (seu romance mais conhecido), mesmo integrando a categoria de ficção, retrata o “seu lugar” no mundo, na medida em que demonstra a opressão sofrida pelas mulheres negras.

O LIVRO E O FILME

A história se passa em torno de mulheres fortes, relatada através de cartas, em sua maioria, escrita de forma peculiar por Celie para Deus e para sua irmã Netie. O envio dessas para Deus busca romper com sua solidão, pois é o único “SER” que a escuta, ou melhor que acredita que a escutaria. Nesses momentos de escrita “escapa” da realidade de sua vida sofrida e solitária, e, nessa relação com Deus não se percebe pedido de ajuda e sim apenas de “escuta”.

A história ocorre entre os anos 1900 e 1940 e a obra enquadra-se na categoria de *Romance epistolar* (Ferreira, 2016) devido a técnica literária utilizada embasada na escrita através de cartas. A linguagem simplória utilizada, dado sua profundidade emotiva, não possui uma narrativa convencional, e, no transcorrer da leitura, o leitor se coloca como expectador do “diálogo” estabelecido através de cartas.

Sobre o título da obra literária, há uma passagem onde se refere ao reconhecimento da *cor púrpura* num campo florido, como um processo de consciência sobre o estado da protagonista, a resiliência e a superação das dificuldades para um novo recomeço. A beleza do cenário relatado se vincula ao estado de espírito momentâneo da protagonista.

Através da narrativa do período histórico, o livro é rico em detalhes, expondo situações da cruel realidade de exclusão racial, de gênero, social e econômica, intercortada pelas relações entre as mulheres e as posições de cada protagonista diante da situação vivenciada. Retrata uma história de racismo, machismo, subserviência, violência, classicismo e outros preconceitos, que reforçam a submissão e a discriminação que permanecem atuais, demandando políticas públicas e tomada de consciência geral para superação desse status quo.

Várias polêmicas são trazidas, que embora não tenham sido aprofundadas, demonstram ao leitor um panorama do momento e espaço/lugar vivido por “Celie”, seu sofrimento e *passividade*, negação inicial de sua sexualidade, devido ao grau de violência sofrida e as posturas machistas e patriarcais. São tratadas ainda no livro trechos que relatam homossexualidade, drogas, racismo. A partir da narrativa de Nettie, irmã de Celie, é repassado fatos históricos ocorridos em regiões da África e do Oriente Médio, envolvendo colonização, expropriação, aculturação e religiosidade.

A obra foi premiada com o Pulitzer e o National Book Award em 1982, sendo em seguida adaptada por Steven Spielberg, em 1985, para o cinema. É referência acadêmica para o estudo das condições de vida das mulheres negras e pobres no início do século XX.

O Filme, caracterizado como uma obra-prima, obteve indicação ao Oscar. Deu um enfoque de esperança e beleza ao enredo, com paisagens e fotografias belíssimas. No entanto, foi secundarizado o triste relato de Celie, no tocante a sua homossexualidade. Além disso a banalização da opressão e da violência no filme, desconsiderando o rico conteúdo do livro, foi muito criticado pelos movimentos afro-americanos, feministas e homossexuais. O filme em seu *grand finale*, redime o maior vilão da Obra Literária, de forma secundária, vez que no livro ele tem um papel definidor, forte e impositivo.

Após assistir por 2 vezes, ousou afirmar que o filme, com as limitações necessárias à transposição do livro para cinema, busca ser fiel ao enredo de “resiliência e redenção” da história de Celie.

Na atualidade, temos ainda, uma produção acadêmica e cultural que resiste e luta pela afirmação e valorização de uma identidade historicamente marginalizada. Dessas produções culturais, o poema “Paradoxo”, de Cristiana Sobral (2011), retrata a inconformidade com a opressão e preconceito racial e o alerta ao “mito” da democracia racial no Brasil.

PARADOXO

Acho um absurdo ter que viver aqui
Em uma dimensão onde ser negro e negra
É motivo de piada
Acho um absurdo ter que viver
Sendo ofendida pela cor da pele
Pelo cabelo crespo
Sendo enganada pela largura dos quadris
Outro dia entrei em uma loja
A vendedora queria saber
Se eu gostaria de uma pele branca pra sair
Acho um absurdo
Em outra ocasião entrei em uma igreja
O padre queria saber
Se eu estaria disposta a sofrer aqui
Pra ganhar uma alma branca ali
Acho um absurdo
Os outros é que são brancos
Como posso ficar invisível com tanta cor?
O desprezo que sofro todos os dias
A ironia

Acho absurdo! (...)
 Eu queria mesmo ser estilista da humanidade
 Lançaria a coleção
 Vista a minha pele
 Vista a minha pele!
 Quem sabe...
 Talvez em um universo absurdo
 Pudéssemos compartilhar algo concreto
 E tudo começasse a fazer sentido?

É necessário assumir que no Brasil houve um processo de escravização diferenciado dos EUA e da África do Sul, mas nem por isso deixou de ser racista. Boaventura (2010) alerta ao perigo da indução à compreensão única sobre a forma do racismo nos países escravagistas. Afirma que o racismo ocorreu com características diferenciadas nesses países, mas os preconceitos e opressões existiram em todos.

Como bem afirmou Marx (1852), a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. Atualmente no Brasil, os papéis sociais mais inferiores continuam sendo destinados aos negros (as), reproduzindo uma prática racista. Segundo observa Grosfoguel (2013) o racismo se perpetua como um sistema hierárquico de superioridade/inferioridade que classifica os seres humanos.

CATEGORIAS TRABALHADAS

A obra de Alice Walker, possui uma qualidade inquestionável tanto na escrita quanto na versão cinematográfica, propiciando o envolvimento das pessoas, em seu espaço/lugar. A narrativa da história projeta o leitor para as situações/lugares relatados. Em algumas passagens a posição do leitor se confunde com a do narrador, através do sentimento mais natural do ser humano *s.m.j*, que é a empatia.

Dado os inúmeros conceitos trabalhados nesta obra, tentaremos sintetizar as informações da história contada, separando por categorias, abaixo destacados:

SUBMISSÃO OU TÁTICA DE SOBREVIVÊNCIA

Mas eu num sei como brigar. Tudo o que sei fazer é continuar viva.

Vários trechos do livro retratam a luta de Celie pela sobrevivência, sob o manto da submissão e passividade. Observamos, no transcorrer da história, que essa “passividade” em algumas situações de enfrentamento pode ser uma forma inconsciente para manter-se viva. Constata-se, em vários momentos, resquícios de reação e indignação, inclusive na relação com Deus, como no trecho do

diálogo com Shug: *Dona Celie, é melhor você falar baixo. Deus pode escutar você. (...) deixa ele escutar, eu falei. Se ele alguma vez escutasse uma pobre mulher negra o mundo seria um lugar bem diferente, eu posso garantir.*

NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Celie nasceu em um ambiente violento, sofrendo, desde criança, todas formas de agressão e opressão. Passa uma sensação de que essa situação foi naturalizada pela protagonista, em particular na parte do livro quando Harpo (seu enteado) pede conselhos para lidar com sua esposa, Sofia. A resposta de Celie surpreende o leitor: *Bata nela*. Aqui fica a sensação de reprodução da violência analisada por alguns autores como transmissão intergeracional da violência.

Acredita-se que pais que padecem de TEPT em consequência de suas experiências pessoais de maus-tratos durante a infância têm maior risco de tratar abusivamente seus próprios filhos. De fato, admite-se que maus-tratos sofridos durante a infância tendem a ser mais prejudiciais que os traumas ocorridos mais tardiamente, por conta das interações entre os sintomas de estresse pós-traumático e o processo de desenvolvimento psicológico. As experiências traumáticas infantis causariam déficits permanentes na regulação dos processos comportamentais, cognitivos e emocionais que contribuiriam para limitar as habilidades dos pais para cuidar de sua prole e, em consequência, aumentariam o risco de transmissão intergeracional de dependência de drogas, dificuldades de relacionamento e violência familiar. (Mendlowicz, 2007).

Até a metade da trama a violência está naturalizada, na submissão de Celie e com a atuação dos Homens, em especial o “Sinhô” que acredita na “agressão” como afirmação da autoridade perante as mulheres. Há uma relação dada como natural, entre homens e mulheres, demarcada pela violência, que é passada por gerações e “tolerado” pelas mulheres, salvo as exceções. É ensinado que *mulher é feito criança. Mostra quem é que manda. Nada melhor que uma boa surra*. (conselho do Sinhô para seu filho Harpo).

Celie desabafa na carta dirigida a Deus, num misto de arrependimento do conselho dado sofre o tratamento a ser destinado a Sofia:

Eu pequei contra o espírito de Sofia. Eu rezei pra ela num descobrir, mas ela descobriu. O Harpo contou. No minuto que ela ficou sabendo, ela veio marchando pelo quintal, puxando um saco. Um corte todo azul e vermelho bem dibaixo do olho dela. Ela falou, Só queria que você subesse que eu procurei você por ajuda. E eu num ajudei? Eu perguntei. Ela abriu o saco. Aqui tão suas cortina, ela falou. Aqui tá sua linha. Aqui toma um trocado por ter me deixado usar suas coisa. Elas são sua, eu falei, tentando colocar tudo no saco outra vez. Fico feliz em ajudar. Faço o que eu posso. Você falou pro Harpo bater em mim, ela falou. Não, e num falei, eu disse. Num mente, ela falou. Eu num quis dizer isso, eu falei. Então por que você disse? ela perguntou. Ela tava de pé olhando pra mim bem no olho. Ela parecia cansada e a buchecha cheia de ar. Eu falei porque sou idiota, eu disse. Eu falei porque tava com inveja de você. Eu falei porque você faz o que eu num dô conta de fazer. O que que eu faço? ela falou. Briga. Eu falei. Ela ficou lá parada um tempão, como se o que eu tinha dito tivesse tirado o ar da boca dela. Ela tava furiosa, antes. Triste, agora. Ela

falou. Toda minha vida eu tive que brigar. Eu tive que brigar com meu pai. Tive que brigar com meus irmãos. Tive que brigar com meus primo e meus tio. Uma criança mulher num tá sigura numa família de homem. Mas eu nunca pensei que ia ter que brigar na minha própria casa. Ela respirou fundo. Eu gosto do Harpo, ela falou. Deus sabe como eu gosto. Mas eu mataria ele antes de deixar ele me bater. Agora, se você quer um inteado morto então é só continuar dando pra ele o conselho que você deu. Ela botou a mão no quadril. Eu costumava caçar animal selvagem com arco e flecha, ela falou. (Walker, 1986).

Junta-se a violência física a violência psicológica, num processo permanente de discriminação, humilhação e diminuição da auto-estima da mulher. Em uma parte do livro, “Sinhô” (Alberto – marido de Celie), diz *Você é negra, pobre, mulher, você não é nada*. Aqui, além da violência, identificamos um alto grau de misoginia, dado o ódio expresso na manifestação.

VIOLÊNCIA E OPRESSÃO

A violência física, moral e psicológica demarcada na relação da protagonista com o pai, que a estuprou quando criança, é aprofundada quando seu pai a vende para Albert. O tratamento inicial exigido, de Sinhô, e a transação comercial de Celie, amplia sua humilhação e violência e marca sua vida. Contando com o apoio e exemplos, como de Sofia e a ação de Shug Avery (veremos a seguir), se liberta na idade “madura”.

A violência psicológica retratada nas cartas, é enfrentada cotidianamente, “... *o que você tem? Você é feia. Magricela. Você tem um jeito engraçado. Você é medrosa demais pra abrir a boca na frente das pessoas*”. (Carta para Nettie reproduzindo a fala de Sinhô)”

A opressão sofrida, reforça uma cultura secular, reproduzida historicamente na condição racial e social impingida as mulheres negras e pobres.

Como sabemos, mulheres são submetidas ao julgo patriarcal datando dos primórdios da humanidade. Desde eras longínquas, a hierarquia sexual na qual machos ocupam o topo e fêmeas instalam-se na base, moldou nossa percepção, cultura, religião e até mesmo, personalidade. Através da socialização (feminina e masculina), homens e mulheres são incumbidos a ocupar determinados espaços e realizar performances de acordo com o gênero imposto. Tais papéis sociais são estereotipados, sexistas e demasiado extirpadores, em especial aqueles atribuídos a nós, mulheres. (Revista QG Feminista)

A FORÇA DA MULHER – SORORIDADE

A trilha sonora do filme *A Cor Púrpura*, *Miss Celie's Blues*³, exprime o conceito de sororidade.

Miss Celie's Blues

Irmã, você tem estado na minha cabeça
 Irmã, nós somos dois do mesmo tipo
 Então, irmã,
 Estou mantendo meus olhos em você
 Aposto que você pensa
 Que eu não sei nada
 Além de cantar blues
 Oh, irmã, tenho novidades para você
 Sou algo
 Espero que você pense
 Que é algo também
 Oh, Lutando,
 Tenho estado naquela estrada solitária
 E tenho visto muitos sóis se pondo
 Oh, mas me acredite
 Nenhuma vida baixa vai me pôr para correr
 Então, deixe-me dizer algo, irmã
 Lembre-se do seu nome
 Sem reviravoltas,
Nada vai levar o que é seu
Minha irmã
Eu não tenho muito tempo
Então balance seus brilhos
Irmã,
Pois tenho certeza que meu doce
está se sentindo melhor

As mulheres na obra de Alice Walker, resgatam características da autora. São mulheres fortes e lutadoras, que resistem e não perdem a esperança, superando a violência e opressão com resiliência e determinação.

O destaque nesta obra literária é a união das mulheres, mesmo em momentos de conflitos pontuais e pessoais. Citações e exemplos maravilhosos e emocionantes de sororidade e resistência são descritos em vários trechos do livro, com maior destaque na relação de Celie com Sofia e Shug.

Essas manifestações abarcam a motivação, resistência e auto-estima. Há trechos que Shug mostra para Celie sua beleza interna e externa, cuidados e carinhos nunca experimentados por ela. Em outros trechos, Sofia demonstra com seu exemplo, que não é normal as mulheres aceitarem passivamente a violência e a opressão.

No primeiro contato entre Celie e Shug, se sente inferior diante da sua exuberância e autoconfiança. Mas, inconscientemente, deseja ser (ter) essa mulher e, mesmo humilhada proporciona para a cantora cuidados e um carinho que ela nunca teve.

³ Música do Filme *A Cor Púrpura* – *Miss Celie's Blues*.

RELIGIOSIDADE

As cartas dirigidas a Deus, não tem uma implicação direta da Celie com a Fé, mas de necessidade de “alguém para escutá-la”. Deus como ser onisciente, onipresente que tudo vê e tudo ouve, para Celi, é um confidente. Nas cartas nunca pede ajuda, nem salvação. Esses dois elementos demonstram que mesmo inconscientemente, Celie é uma mulher forte e esperançosa, sempre acreditando em um dia reencontrar sua irmã.

Logo na primeira página da Carta dirigida a Deus, relata o primeiro ato de violência sexual, onde se estabelece o papel do opressor e a demarcação da revolta da protagonista:

Querido Deus, Eu tenho quatorze ano. Eu sempre fui uma boa minina. Quem sabe o senhor pode dar um sinal preu saber o que tá acontecendo comigo. (...) Ela [a mãe] foi visitar a irmã dela que é doutora em Macon. Me deixou cuidando das crianças. Ele nunca teve uma palavra boa pra falar pra mim. Só falava você vai fazer o que sua mãe num quis. Primeiro ele botou a coisa dele na minha coxa e começou a mexer. Depois *ele agarrou meus peitinho. Depois ele impurrou a coisa dele pra dentro da minha xoxota. Quando aquilo dueu, eu gritei. Ele começou a me sufocar, dizendo É melhor você calar a boca e acostumar. Mas eu num acostumei, nunca.* (...) (Walker, 1986, p. 9-10)

No trecho do livro, onde Celie demonstra indignação com Deus, questionando-o, inicia sua re (descoberta) com relação aos seus conceitos e modo de vida. O trecho onde descobre a verdade sobre seu pai verdadeiro, muda todo seu passado e perspectiva de futuro e provoca a seguinte frase na carta dirigida a Deus: *você deve estar dormindo*. Uma frase, a princípio simples, que expressa uma gama diversa de sentimentos.

Ao expressar sua revolta, coloca-O na situação de igualdade com os Homens: “O Deus para quem eu rezo e pra que eu escrevo é homem. E age igualzinho aos outro homem queu conheço. Trapaceiro, esquecido e ordinário” (Walker, 1986, p.227).

Em Carta para Nettie, relata o diálogo com Shug, que, mesmo separada do pai, que é pastor e não aceita o seu “modo de vida”, defende Deus, alertando-a do quanto *Deus é fiel e justo*. É uma das poucas passagens do livro que se aborda a cor “púrpura”: “Acho que Deus deve ficar fora de si se você passa pela cor púrpura num campo qualquer e nem repara.” (Walker, 1986, p. 231).

MISOGENIA E PATRIACARDO

Olha só pra você. É negra, é pobre, é feia, é mulher. Você não é nada!

A falta de amor e o desprezo destinado a Celie, em diversos trechos da obra, demonstra a forma mais perversa e misogênica do machismo. Não bastando a violência física, o “Sinhô” também a

humilhava psicologicamente, reproduzindo uma prática preconceituosa relativa ao papel da mulher negra e o preconceito sofrido pelos negros. A “autoridade” naturalizada na figura do “Pai”, é imposta inúmeras vezes, na casa paterna e com o marido.

PAPÉIS SOCIAIS

O ambiente onde se desenrola a história tem predomínio da raça negra (homens e mulheres). O surgimento do branco na trama vem na personagem do Prefeito, num papel social que reforça a sociedade de classes e o racismo estrutural, definida pela estrutura colonialista opressora.

A obra de Alice Walker contribui com a discussão dos preconceitos raciais, bem explorados no texto, na sucessão de acontecimentos que ocorrem no Brasil e na África, articulando com as proximidades culturais de séculos de opressão vividos pelo povo negro, seja na sua origem, quando são vendidos (pelo seu próprio povo), como escravos, seja sob o jugo escravocrata na América.

A autora, em vários trechos da obra faz uma conexão do papel de opressor também entre os próprios negros, que contribuíram com a escravidão ao vender seu próprio povo:

(...)Ele tem também muitos homens negros, com jeito de branco, no seu gabinete (...) O Presidente falou um bocado sobre seus esforços para desenvolver o país e sobre seus problemas com os nativos, que não querem trabalhar para construir o país (...) Foi a primeira vez que eu ouvi um homem preto usar essa palavra (...) (Walker, 1986, p.168).

AS PERSONAGENS CELIE, NETTIE, SOFIA, SHUG

CELIE

Mulher negra, pobre e sem estudos, agredida, violentada e humilhada pelo pai e pelo marido. Na sua solidão, busca, através das cartas conversar com Deus, relatando seu cotidiano. Teve dois filhos do seu “pai”, que a estuprou, entregues, logo após o nascimento, a um casal de missionários que não podem ter filhos.

A relação com o marido, o qual foi obrigada a casar e que não a queria, é demarcada por episódios que reproduzem cenas escravocratas. O seu papel é servir ao marido, cuidar da casa e dos enteados. O tratamento nominal (Sinhô) dispensado ao marido por Celie, reproduz uma relação e poder e opressão.

A violência psicológica sofrida diariamente, faz com que Celie se veja como uma mulher descartável, não conseguindo ter consciência de sua própria força demarcada pela resiliência.

SHUG AVERY

Shug, rebelde por natureza, mesmo sendo amante do “Sinhô”, nutre uma empatia por Celie, não se conformando ao ambiente violento imposta por “Sinhô”. A convivência as torna grandes amigas, aliadas e amantes.

Alice Walker apresenta de forma ambígua os sentimentos que Shug desencadeia na “submissa” Celie. Diferentemente do ódio que seria natural no contexto de humilhação em que é submetida nesse triângulo – Sinhô – Celie – Shug, de forma surpreendente ela cultua, inicialmente uma admiração que se amplia para amor.

Paradoxalmente a personagem que a desestabiliza e a desafia no seu “lar”, torna-se um ponto de apoio e de conscientização para sua libertação. Celie, liberta, descobre sua sexualidade e se torna autossuficiente, costurando e comercializando calças, que chamava de “calças mágicas”.

Seus filhos são criados por missionários e pela Tia Nettie. A maior parte de suas vidas se desenvolve na África, lá constituem suas vidas, e no fim do livro se encontram com a mãe, estabilizada e feliz.

O ROMPIMENTO COM SINHÔ

As cartas escritas pela irmã Netie (escondidas durante anos pelo opressor), e os exemplos de Sofia e Shug, reforçam na protagonista o desejo de libertação. A descoberta é a gota d’água para o rompimento definitivo da relação matrimonial com o marido, saindo da casa com Shug, levando junto a esposa do enteado Mary Agnes, que deseja ser cantora.

A revelação da história do seu verdadeiro pai (morto enforcado), e que o “pai” que a estuprou na verdade é seu padrasto, não muda os sentimentos de Celie nem os desdobramentos da violência sofrida. Com a morte do “padrasto” as irmãs herdaram a casa, que na realidade era do seu pai biológico. É uma fase feliz para a protagonista que recupera sua autoestima e autonomia, e mantém a esperança do retorno de sua irmã e de seus filhos.

A história é rica em acontecimentos, envolvendo a relação de Celie com Shug e do cotidiano de sua irmã e filhos na África.

DESCOBERTA DA SEXUALIDADE

Após a estranheza do primeiro contato, Celie fica amiga de Shug, e, com ela conversa sobre seu sofrimento, os atos de violência sofrida e sobre sexualidade, até então limitada à violência e subjugação.

A relação entre as duas é demarcada por conflitos, ocorridos em função do perfil impetuoso e livre de Shug, que se recusa a assumir papéis tradicionais destinados a Mulher. Mesmo assim, é aceita com suas particularidades (tem outros parceiros Homens na trama). Celie fica a sua espera, para no final da trama assumirem como um casal homoafetivo, desconstruindo totalmente o perfil do personagem inicial de Celie, que se descobre, rompendo as amarras da opressão, da violência e da humilhação.

NETTIE

Nettie é a irmã mais nova de Celie, com natureza diversa da irmã. Sabe escrever e ensina a irmã. Não se curva a violência e a opressão do pai e do marido (Sinhô) de sua irmã. O amor e a preocupação entre as irmãs ocupam grande parte do livro. Parte do sacrifício da protagonista se dá em função de sua irmã, que após fugir da casa do pai é acolhida em sua na casa. Logo percebem que “Sinhô”, também tem interesse sexual em Nettie, não restando alternativa a não ser a separação das irmãs. O abrigo com um casal de missionário, dá outros rumos a sua vida.

A sua experiência como missionária na África contribui para sua formação acadêmica e religiosa e a aproxima dos filhos de Celie (Olívia e Alan). As cartas de Nettie relatam detalhes da religiosidade, tradição, organização política da cultura da Tribo (fictícia) Olinka na África e sobre o crescimento e relacionamento de seus filhos. Uma parte realista da obra é a entrada dos colonizadores no território africano, com a estrada e a plantação da borracha, rompendo com uma cultura secular daquele povo. A prática desse contato possui relação com a cultura colonizada do Brasil, sua multiculturalidade e a dominação vivida pelo povo nativo do Brasil.

Nas cartas a irmã relata que os brancos culpam os negros pela situação de exploração e opressão, ao afirmarem que “eles têm o desplante de querer fazer a gente pensar que a escravidão acabou por nossa culpa.” (Walker, 1986, p. 125).

E ainda apresenta uma visão estereotipada, a partir da Bíblia, de que o resto do mundo era de brancos:

Pense no que significa a Etiópia ser a África! Todos os etíopes da Bíblia eram pretos. (...) são os desenhos da Bíblia que enganam. Os desenhos ilustram as palavras. Neles todas as pessoas são brancas e por isso você pensa que todos os personagens da Bíblia também são brancos. (...) é por isso que a Bíblia fala que o cabelo de Jesus Cristo era que nem lã de cordeiro. (Walker, 1986, p. 161).

SOPHIA

Sinônimo da liberdade, destemida, não se curva ao “mando” do seu marido Harpo (filho do Sinhô), quebrando paradigmas familiares.

Ao se impor diante dos brancos, essa consciência livre lhe provoca vários sofrimentos, resultando em sua prisão, quando recusa emprego oferecido pela mulher do prefeito. A sua recusa “Diabos, não” (Walker, 1986, p. 101) é uma afronta para o poder constituído, e a partir daí Sofia sofre as consequências.

Esse trecho do livro relata o perfil de uma mulher forte que não se curva ao machismo e nem a opressão, e por isso passa maior parte de sua vida na cadeia e servindo aos seus opressores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra ficcional de Alice Walker discorre sobre o sofrimento e resistência da mulher negra ocasionado pela discriminação, opressão, violência física, verbal, psicológica e sexual. No transcorrer da trama esse conjunto de fatores reforçam a invisibilidade da Mulher negra como ser humano e como cidadã plena de direitos sociais.

As categorias interligadas, desnudadas e estudadas a partir dos conceitos da interseccionalidade demonstraram que os acontecimentos vividos por Celie, na primeira metade do século XX, ainda se reproduzem na atualidade. Essa comprovação assustadora demanda a necessidade da permanência dos estudos dessas temáticas, o aprofundamento no combate a todas formas de opressão e violência, bem como a cobrança do estado de manutenção, fortalecimento e construção de novas políticas públicas que reprimam essas práticas e que eduquem os futuros cidadãos homens e mulheres, brancos e negros, transformando essa realidade.

A interação desses elementos de opressão comprovam como as categorias discriminação racial, racismo, opressão, violência física e psicológica, machismo, patriarcado e misoginia, estão interligadas e, na obra *A Cor Púrpura* raça-classe-gênero-etnia estão conectadas e devem ser analisadas conjuntamente. A outra categoria que é bem trabalhada na obra, são os momentos de descoberta da personagem da sua sexualidade, do seu corpo.

Mesmo sendo uma obra ficcional, as situações relatadas fazem parte da vida real, e o leitor, a partir do seu lugar, se envolve com a narrativa, que possui interligação com acontecimentos atuais.

A obra é uma provocação ao debate sobre a violência sofrida pelas mulheres no passado e sua manutenção nos dias atuais, que instiga a seguinte questão: Por que tantas mulheres ainda sofrem de violência? A Lei Maria da Penha⁴, pesquisas, produções acadêmicas e culturais sobre o tema, já não seriam suficientes para virar essa página, com a instalação no país do respeito as mulheres e igualdades de oportunidades e de vida? Por que ainda se convive com agentes públicos incentivando a violência e o preconceito com relação ao papel da mulher na sociedade brasileira?

⁴ Lei no 11.340/06 – denominada Maria da Penha.

A obra traz uma contribuição importante ao provocar um choque de realidade ao leitor. É inaceitável a naturalização e banalização da violência, por ser uma afronta a qualquer cidadão (ã) consciente dos direitos humanos numa sociedade que se diz democrática e inclusiva socialmente falando.

No mesmo patamar do debate sobre o preconceito e a diversidade sexual que integra as pautas acadêmicas, pesquisas sociais e produções culturais, a homossexualidade, pela “ignorância”, ainda enfrenta discriminações e preconceitos.

Fica o questionamento: Como seria tratado na atualidade uma negra, semialfabetizada, sem atender ao estereótipo de beleza, que assume sua condição homossexual na maturidade (velhice)? Haveria alguma diferença? Ela seria aceita, sem preconceito ou discriminação? Nessas categorias tem outro tema que se intersecciona com os demais, que é a questão da “velhice”! A sociedade aceita os casais homoafetivos idosos da mesma forma em que aceita os jovens?

A velhice, é retratada em um trecho da última carta de Celie, que resume o sentimento de felicidade:

Eu me sinto meio estranha perto da criança. Por uma coisa, elas cresceram. E eu vejo que elas pensam que eu e a Nettie e a Docie e o Albert e o Samuel e o Harpo e a Sofia e o Jack e a Odessa somos muito velhos e num sabemos o que tá acontecendo. Mas eu num acho que nós támo velho de jeito nenhum. E a gente tá tão feliz. Pra falar a verdade, eu acho que a gente nunca se sentiu tão jovem assim. (Walker, 1986, p. 315).

O conceito interseccional nos proporciona entender a relação das categorias abordadas na obra de Alice Walker. Nessa seara, a obra de Davis⁵ contribui para o estudo das variadas formas de opressão. Se o Homem negro sofreu com a escravidão, a Mulher Negra sofreu inúmeras vezes mais. Ainda denuncia a falta de pensar um projeto de nação que considere a centralidade da questão racial. E também corrobora com a posição de que é necessária “a intersecção de raça, classe e gênero para possibilitar um novo modelo de sociedade.”

Dialogando com Akotirene⁶ temos que:

a interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas. Às vezes oprimimos, mas às vezes somos opressores (...) assume um papel central na luta do feminismo. Destaca ainda, que as mulheres negras precisavam de uma resposta metodológica que abarcasse múltiplos sistemas de opressão numa proposta metodológica engajada.

Resgatando o início desse trabalho e falando do nosso lugar, como mulher negra com ancestralidade indígena, comungo com a manifestação de Akotirene, pois ser mulher é único, diante dos desafios e da multiplicidade de nossas funções privadas e públicas.

⁵ Davis, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*.

⁶ Akotirene. Carla. *Pesquisadora e ativista*.

Todas questões apresentadas nesse trabalho reforçam a constatação que a sociedade contemporânea é demarcada por relações de poder e de submissão, onde as mulheres ainda são discriminadas, sem direitos a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e nos espaços de poder. O alto índice de violência e de feminicídio, aliado ao perfil e narrativa conservadora e machista do governo, na pessoa do seu presidente, reforça o preconceito, a violência e a misoginia. Essa constatação coloca como desafio o aprofundamento da análise interseccional dessas questões.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O Que é Interseccionalidade**. São Paulo: Letramento, 2018.

BONNICI, Thomas. Teoria e crítica pós-colonialistas. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Org.). **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3. ed. Maringá.

BRASIL. **Lei 11.340/06**, de 7 de agosto de 2006. Brasília, 7 ago. 2006.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

BONNICI, Thomas. Teoria e crítica pós-colonialistas. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Org.). **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3. ed. Maringá: Ed. UEM, 2019.

MARX, K.. **Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**, 1852.

MENDLOWICZ, Mauro V. Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental, Universidade Federal Fluminense (UFF). **Revista Brasileira Psiquiatria**, Niterói, 29(1), p. 86-95, Niterói, 2007.

REVISTA **QG Feminista**. 2018. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/tagged/revista-qg-feminista>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENSES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010, p. 31-83.

SOBRAL, Cristiana. **Poesia Paradoxo**. 2011. Disponível em: <https://cristianesobral.blogspot.com/2011/04/paradoxo-poesia-de-cristiane-sobral.html> Acesso em: 11 dez. 2023

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1995.

WALKER, Alice. **A Cor Púrpura**. 1986. Tradução: Peg Bodelson, Betúlia Machado e Maria José Silveira. 7ª ed. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986.



ALGUNS FATORES QUE ENVOLVEM A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

Marcio Antônio Alves da Rocha

Especialista em Gestão de Arquivos e Documentos e em Gestão Eletrônica de Documentos-
Administração Pública(Unyleya)
Técnico em Microfilmagem do Núcleo de Documentação e Informação
Histórica Regional – NDIHR-IGHD-UFMT
marcio.rocha@ufmt.br

RESUMO

Neste artigo é apresentado alguns dos fatores que envolvem a implantação de sistemas eletrônicos de gestão de documentos, enfocando sua importância para a gestão de documentos arquivísticos. Assim, aborda de forma simples e objetiva acerca do Diagnóstico Institucional; Sistema de Informação (SI); Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED; Digitalização; Certificação Digital; e-ARQ Brasil; Recursos e Ferramentas; Treinamento; Implantação; Manutenção e Acompanhamento.

Palavras-chave: Tecnologia da Informação. GED. Digitalização de Documentos.

ABSTRACT

This article presents some of the factors that involve the implementation of electronic document management systems, focusing on its importance for the management of archival documents. Thus, it approaches in a simple and objective way about the Institutional Diagnosis; Information System (IS); Electronic Document Management - EDM; Digitalization; Digital Certification; e-ARQ Brazil; Resources and Tools; Training; Implementation; Maintenance and Monitoring.

Keywords: Information Technology. EDM. Document Scanning.

INTRODUÇÃO

Diante do grande avanço tecnológico e a forte presença da Tecnologia da Informação (TI), vem sendo necessário as organizações se adaptarem as exigências impostas pelos efeitos da globalização. De acordo com Rezende (2003), a tecnologia da informação engloba um conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para a geração e o uso da informação, os sistemas de informação, o conjunto de partes que geram a informação (software e hardware), e os sistemas de conhecimentos, aqueles em que são geradas as informações com os conhecimentos agregados.

Neste contexto, com o crescente aumento de documentos produzidos pelas organizações, torna-se necessário a escolha e a implantação de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD). Este sistema deverá ter a capacidade de realizar as atividades e operações técnicas da gestão arquivística de documentos, desde a produção, tramitação, utilização e arquivamento

até a sua destinação final, processado eletronicamente e aplicável em ambientes eletrônicos digitais e ambientes híbridos, isto é, documentos convencionais e eletrônicos ao mesmo tempo de modo seguro bem como fornecendo suporte para a preservação e conservação da vida informacional da organização.

Assim, serão abordados de forma simples e objetiva alguns dos fatores que envolvem a implantação de sistemas eletrônicos de gestão de documentos.

DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

Segundo o CONARQ (2011), o programa de gestão arquivística de documentos deve ter como base a política arquivística e a designação de responsabilidades definidas, além do contexto jurídico-administrativo, de forma que esteja de acordo com a missão institucional e a legislação vigente. O planejamento envolve o levantamento e a análise da realidade institucional, o estabelecimento das diretrizes e procedimentos a serem cumpridos pelo órgão ou entidade, o desenho do sistema de gestão arquivística de documentos e a elaboração de instrumentos e manuais.

O diagnóstico da instituição é uma fase de extrema importância, pois ao ser realizado demonstra a realidade documental da organização, assim, é possível se obter o conhecimento da documentação que se encontra em suporte de papel e digital, para que se estabeleça o planejamento baseado no conjunto de conhecimentos da área arquivística e na realidade encontrada na organização,

Também é necessário ser realizada uma análise estratégica do ambiente interno da organização para que se possa identificar os pontos fortes/pontos fracos relacionados as habilidades dos colaboradores envolvidos no que tange aos conhecimentos básicos da área arquivística bem como da área de tecnologia da informação, pois um sistema eletrônico de gestão de documentos, promove a interação de pessoas, hardware, software, banco de dados e telecomunicações.

Acerca dos métodos utilizados para analisar os fatores que envolvem a implantação de um sistema eletrônico de gestão de documentos, algumas tarefas fundamentais devem ser cumpridas no planejamento, destacam-se as seguintes:

- Reuniões com o envolvimento da alta direção.
- Entrevistas com a alta direção, colaboradores e demais departamentos envolvidos.
- Relatórios dos departamentos da organização.
- Questionários com perguntas fechadas e abertas junto aos colaboradores da organização.
- Lista com critérios básicos do modelo de requisitos para o sistema eletrônico de gestão de documentos.

Com a aplicação das ferramentas metodológicas será possível indicar alguns dos resultados a serem alcançados com a implementação do sistema eletrônico de gestão de documentos na organização.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO (SI)

Segundo Laudon e Laudon (2014), um Sistema de Informação (SI) pode ser definido tecnicamente como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam (ou recuperam), processam, armazenam e distribuem informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle em uma organização. Três atividades em um sistema de informação, geram informações de que as organizações necessitam para tomar decisões, controlar operações, analisar problemas e criar novos produtos e serviços.

Tais atividades são:

- Entrada; captura ou coleta dados brutos de dentro da organização ou de seu ambiente externo.
- Processamento; converte dados brutos em uma forma mais significativa.
- Saída; transfere as informações processadas às pessoas que as utilizarão ou às atividades nas quais serão empregadas.

É importante destacar que os sistemas de informações também requerem um feedback, que é uma resposta a ação adotada a determinados membros da organização para ajudá-los a avaliar ou corrigir o estágio da entrada.

Portanto, fica evidenciado que sistemas de informação são muito mais do que computadores, a sua utilização com eficiência requer entendimento das dimensões organizacional, humana e tecnológica para que assim seja de fato capaz de oferecer soluções importantes aos problemas e desafios enfrentados pelas organizações.

Vale esclarecer sobre a diferença entre sistema de gerenciamento arquivístico de documentos e sistema de informação. Rondinelli (2005) apresenta esse entendimento de Berman (1993), a revelar que:

[...] Sistemas de gerenciamento arquivístico de documentos mantém e apoiam a recuperação de documentos arquivísticos, enquanto sistemas de informação armazenam e fornecem acesso à informação. Sistemas de gerenciamento arquivístico de documentos são diferenciados de sistemas de informação dentro das organizações, pelo papel que desempenham em fornecer às organizações prova de transações [...].

Posto isto, considera-se que o sistema aqui tratado seja capaz de realizar as atividades e operações técnicas da gestão arquivística de documentos, desde a produção, tramitação, utilização e arquivamento até a sua destinação final, processado eletronicamente e aplicável em ambientes eletrônicos digitais e ambientes híbridos, isto é, documentos convencionais e eletrônicos ao mesmo tempo, bem como fornecendo suporte para a preservação e conservação.

Um sistema eletrônico de gestão de documentos bem estruturado, alinhado com a organização documental, de acordo com as normas arquivísticas e desenvolvido em conformidade com um modelo de requisitos correto, trazem respostas satisfatórias para as organizações, bem como conferirá credibilidade a produção e a manutenção de documentos arquivísticos.

Os bancos de dados são utilizados nos sistemas de informação, são o método de armazenamento preferencial dos sistemas de informações e baseiam-se em tecnologias padronizadas de bancos de dados.

De acordo com Pinto e Santos (2009) um banco de dados é um conjunto de informações com uma estrutura regular que pode ser desde simples tabelas em um único arquivo até gigantescos bancos com milhões de registros armazenados de forma segura e inteligente em diversos discos rígidos. Os registros armazenados nestes mecanismos mantêm relacionamentos e chaves identificadoras para cada um dos registros, proporcionando o acesso direto.

GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS – GED

Segundo os autores Baldam; Valle; Cavalcanti (2002), o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) é considerado uma tecnologia estratégica que otimiza o processo de tomada de decisão nas organizações, pois o gerenciamento eletrônico de documentos tem se destacado em processos de otimização de informações atualmente. Trata-se de uma solução que propõe agilizar o fluxo de documentos, gerenciar as informações contidas nesses documentos, aumentar a velocidade na troca de informações, tornar os processos de negócios mais rápidos e garantir agilidade na recuperação de documentos.

O gerenciamento eletrônico de documentos é uma solução com um conceito que pode ser aplicado em todos os segmentos de negócios, seja qual for o tamanho da demanda documental do negócio, sendo um sistema que converte informações em voz, texto ou imagem para a forma digital, para isso é necessário o desenvolvimento de um projeto de gerenciamento que utilize um conjunto de tecnologias inerentes que tenha como resultante o aperfeiçoamento de recursos já existentes.

4.1. Tecnologias do gerenciamento eletrônico de documentos

São tecnologias do GED:

- Document Management (DM); é a tecnologia que permite gerenciar com mais eficácia a criação, revisão, aprovação e descarte de documentos eletrônicos.
- Document Imaging (DI); é a tecnologia de GED que propicia a conversão de documentos do meio físico para o digital.
- Workflow Management / BPM; controla e gerencia processos dentro de uma organização garantindo que as tarefas sejam executadas pelas pessoas corretas no tempo previamente definido, tem a finalidade de organizar tarefas, prazos, trâmites, documentos e sincronizar a ação das pessoas.
- COLD/ERM; tecnologia que trata páginas de relatórios, incluindo a captura, indexação, armazenamento, gerenciamento e recuperação de dados.
- Capture; acelera processos de negócio através da captação de documentos e formulários, transformando em informações confiáveis e recuperáveis, possíveis de serem integradas a todas as aplicações de negócios.
- Forms Processing; tecnologia que possibilita reconhecer as informações e relacioná-las com campos em bancos de dados, automatizando o processo de digitação. Neste sistema são utilizados o ICR (Intelligent Character Recognition) e o OCR (Optical Character Recognition) de modo a fazer o reconhecimento automático de caracteres.
- Records and Information Management (RIM); é o gerenciamento do ciclo de vida de um documento, independente da mídia em que se encontre armazenado.

4.2. Resultados

A implementação do gerenciamento eletrônico de documentos bem estruturado proporcionará diversos benefícios para a organização, entre tantos destacam-se alguns:

- Acesso on-line e descentralizado dos dados e informações.
- Maior domínio dos dados e informações.
- Múltiplos acessos a um mesmo documento de modo simultâneo.
- Economia de espaço de armazenamento.
- Agilidade na busca e recuperação de documentos.
- Acompanhamento de andamento dos documentos.

DIGITALIZAÇÃO

Segundo o dicionário brasileiro de terminologia arquivística (2005) do Arquivo Nacional (Brasil), digitalização é o processo de conversão de um documento para o formato digital por meio de dispositivo apropriado, como um escâner. O processo de escaneamento ou digitalização consiste em gerar um representante digital fiel ao documento original.

De acordo com o CONARQ (2011), para garantir uma cópia digital de qualidade é necessária uma estrutura mínima, equipamentos e conhecimento técnico. Estes dois fatores são de grande importância no processo de digitalização para que se possa alcançar e garantir a legibilidade necessária no representante digital.

Portanto, para a definição do tipo de equipamento de captura digital a ser utilizado, os profissionais envolvidos na área técnica devem listar as especificações dos equipamentos necessários objetivamente, de modo a atender minimamente às demandas identificadas junto ao projeto de digitalização, de tal forma a possibilitar a conversão em larga escala dos variados documentos contidos nos acervos bem como o quantitativo documental. Também é importante destacar que, no que se refere a digitalização de documentos arquivísticos, devem ser observadas todas as normas envolvidas, sendo leis, decretos, normativos e boas práticas recomendadas pelo Arquivo Nacional (CONARQ).

Antes do início do processo de digitalização, pressupõe-se que o tratamento arquivístico dos documentos e a avaliação e seleção dos conjuntos documentais a serem digitalizados, já tenham sido desenvolvidos, e que o acervo arquivístico selecionado tenha sido previamente higienizado, identificado e organizado (arranjo, descrição e indexação). É importante destacar que o processo de digitalização deverá ser realizado, preferencialmente, nas instalações das instituições detentoras do acervo documental, evitando seu transporte e manuseio inadequados, e a possibilidade de danos causados por questões ambientais, roubo ou extravio.

Acerca dos formatos de arquivos digitais mais comuns aplicados nos processos de digitalização, temos os seguintes:

- TIFF (Tagged Image File Format);
- JPEG (Joint Photographic Experts Group);
- PDF (Portable Document Format);
- BITMAP (Binary Mapping Photographic);
- GIF (Graphics Interchange Format);

Vale destacar que o formato PDF/A é recomendado pelo CONARQ e também por normas e legislações, sendo este o formato mais adequado para preservação de documentos digitais a longo prazo.

Figura 1 – Escaneamento ou digitalização, conversão dos documentos impressos em

imagem digital.



Fonte: O autor, 2022.

É importante ressaltar que após o processo de escaneamento ou digitalização dos documentos impressos já convertidos em imagem digital, é feito um processo de revisão e indexação das imagens geradas de modo a criar um arquivamento organizado, este arquivamento organizado se dá devido a indexação feita de forma a vincular ao documento dados apresentados no próprio documento como nomes, datas, títulos e outras identificações que serão utilizadas pelo sistema como palavras-chave no momento da consulta/pesquisa de busca para visualização ou recuperação do documento desejado de forma rápida e prática dentro da base de dados do sistema de gerenciamento eletrônico de documentos.

Figura 2 – Operação de indexação do documento com dados apresentados no próprio documento como nomes, datas, títulos e outras identificações em um sistema eletrônico de gestão de documentos.

[illegible]

Fonte: O autor, 2022.

Figura 3 – Consulta/pesquisa por palavra-chave em um sistema eletrônico de gestão de documentos.

MMA Contabilidade Ltda

Pesquisa Avançada

Tipo de Documento			
Código		Data de criação	de
Emissão Fiscal		Data de alteração	de
Documento Fiscal		Extensão do Anexo	
Série do Contrato		Emissor	Iguais *
Número Fiscal		Número	Iguais *
Fornecedor		Banco	de
Valor_PDF		CPF	Iguais *
		Valor	Iguais *
		Empresa	Contém *

Ordenar por:

Selecionar	ASC
Selecionar	ASC
Selecionar	ASC

Fonte: O autor, 2022.

Figura 4 – Visualização e recuperação do documento localizado em um sistema eletrônico de gestão de documentos.

The image shows a screenshot of a Brazilian tax form (Nota Fiscal Eletrônica) displayed on a computer screen. The form is titled "NOTA FISCAL ELETRÔNICA" and contains fields for taxpayer information, destination, and tax calculations. The destination is "MMA Contabilidade LTDA". The form is displayed in a web browser window with a sidebar on the left showing navigation options.

Fonte: O autor, 2022.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Conforme a Lei nº 12.682 de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos, traz em seu Art. 3º, o processo de digitalização deverá ser realizado de forma a manter a integridade, a autenticidade e, se necessário, a confidencialidade do documento digital, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

De acordo com o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, o Certificado Digital ICP-Brasil é um documento eletrônico que tem como principal função comprovar a identidade do cidadão ou empresa em meios eletrônicos e proporcionar uma forma legal e segura de assinar digitalmente documentos e transações realizadas nesses ambientes. É o documento eletrônico que possibilita a troca segura de informações entre duas partes, com a garantia da identidade do emissor, da integridade da mensagem e, opcionalmente, de sua confidencialidade.

Assinatura digital x Assinatura eletrônica

A Assinatura Digital é uma modalidade de assinatura eletrônica equivalente a assinatura de próprio punho, que comprova a autoria e a integridade de um documento digital. Gerada a partir do

uso do Certificado Digital ICP-Brasil, a assinatura digital possui pleno valor jurídico garantido pela legislação brasileira.

Já a Assinatura Eletrônica é um conjunto de dados, no formato eletrônico, que é anexado ou logicamente associado a um outro conjunto de dados (o conteúdo que se quer assinar), também no formato eletrônico, para lhe conferir autenticidade ou autoria e, dependendo do tipo de assinatura eletrônica aplicada.

Portanto, diante disso, podemos constatar que, a “assinatura digital” é muito mais do que um selo afixado a dados digitais, de tal forma que é possível garantir a validade jurídica, autenticidade, integridade e não repúdio às operações realizadas por meio dela, sendo possível realizar uma série de procedimentos virtualmente, sem a necessidade de se deslocar presencialmente à sede de órgãos governamentais e de empresas ou realizar a impressão de documentos.

A figura abaixo demonstra um exemplo básico de documento com assinatura digital gerada a partir do uso do Certificado Digital ICP-Brasil.

Figura 5 – Exemplo de documento com assinatura digital gerada a partir do uso do Certificado Digital ICP-Brasil.

Formulário de Declaração de Imposto de Renda (DIRF)

Informações do Contribuinte:

Nome: **MARCIO ROCHA**
 CPF: **000.000.000-00**
 RG: **000000000**
 Data de Nascimento: **00/00/00**

Informações do Trabalho:

Empregador: **MARCIO ROCHA**
 CNPJ: **000000000000000000**
 Endereço: **Rua 000, 000 - 00000-000**

Informações do Imposto:

Valor do Imposto: **R\$ 0,00**
 Valor do PIS: **R\$ 0,00**
 Valor do COFINS: **R\$ 0,00**

Assinatura:

Assinado digitalmente por: **MARCIO ROCHA**
 Assinatura: **000000000000000000**
 Data: **00/00/00**

Fonte: O autor, 2022.

e-ARQ BRASIL

De acordo com o CONARQ (2011) o e-ARQ Brasil é uma especificação de requisitos que estabelece um conjunto de condições a serem cumpridas pela organização produtora/recebedora de documentos, pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos a fim de garantir a sua confiabilidade e autenticidade, assim como seu acesso. Além disso, o e-ARQ Brasil pode ser usado para orientar a identificação de documentos arquivísticos digitais. O e-ARQ Brasil especifica todas as atividades e operações técnicas da gestão arquivística de documentos desde a produção, tramitação, utilização e arquivamento até a sua destinação final, sendo que todas essas atividades poderão ser desempenhadas pelo Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), no qual tendo sido desenvolvido em conformidade com o modelo de requisitos, conferirão credibilidade a produção e a manutenção de documentos arquivísticos digitais, bem como a preservação, uma vez que o sistema é pautado por uma política de gestão documental e tecnológica.

Vale ressaltar, que no que tange a confiabilidade, Rondinelli (2005) afirma que do ponto de vista legal e histórico, a confiabilidade de um documento tem que ser garantida para que a justiça seja feita e o passado, compreendido, ainda traz o entendimento de MacNeil (2000), de que essa confiabilidade possui “duas dimensões qualitativas: fidedignidade e autenticidade. Fidedignidade significa que o documento é capaz de representar os fatos que atesta, enquanto Autenticidade significa que o documento é o que diz ser”.

Destaca-se, que o e-ARQ Brasil estabelece requisitos mínimos para um SIGAD, independentemente da plataforma tecnológica em que for desenvolvido e/ou implantado.

RECURSOS E FERRAMENTAS

Este fator envolve os recursos e ferramentas desejáveis em um sistema eletrônico de gestão de documentos, também é condição importante que o sistema seja Open Source e de licenciamento livre, ou seja, sistema de código aberto e sem custos de licenciamento, de tal forma a contemplar os seguintes requisitos mínimos:

- Possuir interface em português.
- Permitir a qualquer usuário que tenha permissão, visualizar os documentos através da rede local.
- Captura de documentos.

- Visualização dos documentos em pastas e subpastas.
- Controle de acesso por usuário e grupos de usuários.
- Recurso de cadastramento, alteração e exclusão de usuários de grupos de acesso.
- Suporte a imagens coloridas, preto e branco e tons de cinza.
- Download dos documentos digitalizados.
- Busca por documento, permitindo pesquisar e localizar documentos por nome, data de criação ou qualquer outro campo definido na sua indexação. Inclusive por palavras-chave existentes no corpo do documento quando aplicado OCR.
- Capacidade de ampliação e redução de visualização (zoom-in e zoom-out) em todos os documentos digitalizados.
- Ajuste automático da imagem do documento ao tamanho da tela.
- Recursos de rotação e inversão de imagens visualizadas.
- Exibição de informações gerais sobre a estrutura dos documentos, como o seu tipo, o nível de acesso, usuários com acesso ao documento e sequência de pastas que o contém.
- Funcionalidade para manipular arquivos com extensão PDF bem como adicionar novos arquivos PDF em outros gerando um novo arquivo, exclusão de páginas de um documento PDF, extrair uma página específica de um documento PDF gerando outro arquivo PDF, girar páginas de um documento PDF, codificar/decodificar documentos PDF com senha, inserir marca d'água nos documentos a partir de um texto ou imagem.
- Capacidade de realizar backups.
- Trabalhar com gerenciador de bancos de dados do tipo Open Source, Freeware e ser compatível com o sistema operacional utilizado na organização.
- O acesso para utilização do software de gerenciamento eletrônico de documentos deverá ser realizado via browser.
- Prover meios para configurar o perfil de cada usuário para permitir ou evitar que usuários possam modificar as imagens e os dados de índice e demais informações referentes aos documentos digitalizados além de incluir as funções de gerenciamento do sistema.
- O sistema deverá prover meios para o usuário administrador visualizar resumo das atividades de todos os usuários discriminando visualizações, download e exclusões de documentos. Também deverá possuir nas propriedades do documento histórico de criação, modificação e comentários do mesmo com informações do usuário e data da atividade.
- Possuir controle de versionamento.
- Contemplar Workflow para controle dos processos, com revisão e aprovação de um ou mais documentos sendo possível apontar os revisores, a descrição dos processos e o

posicionamento do documento dentro deste processo.

TREINAMENTO

O treinamento é um fator de grande importância, pois deverá ser executado com todos os envolvidos na organização de modo abordar os conceitos básicos de gestão de documentos para que os colaboradores sejam capazes de alimentar o sistema eletrônico de gestão de documentos da forma determinada pela política de gestão de documentos previamente estabelecida, bem como contemplará a capacitação para o pleno uso dos recursos e ferramentas disponíveis no sistema, abordando ainda as normas que envolvam a segurança da informação que deverá ser seguida por todos. Outros treinamentos poderão ser realizados, como aperfeiçoamento e treinamentos para utilização de novos recursos implementados.

IMPLANTAÇÃO

Durante a implantação de um sistema eletrônico de gestão de documentos, é importante destacar que nenhuma fase deve ser desprezada, podendo destacar a alta relevância do plano de classificação e a tabela de temporalidade, torna-se essencial incluir:

- Regulamentação das políticas, diretrizes e procedimentos, por meio de normas e manuais.
- Material de treinamento.
- Documentação dos processos de conversão e migração dos sistemas.
- Testes.
- Relatórios sobre avaliação de desempenho do sistema eletrônico de documentos.

MANUTENÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A manutenção de um sistema eletrônico de gestão de documentos é altamente recomendada, pois os sistemas demandam atualizações constantes, com isso minimiza-se o grau de exposição a riscos ocasionados por falha de sistema, deve-se ainda ser estabelecido um plano de manutenção preventiva e corretiva.

O acompanhamento é de vital importância para se obter informação sobre o desempenho do sistema de gerenciamento eletrônico de documentos, pois neste fator é verificado se o sistema está de

fato atendendo as necessidades da organização de forma plena para o fim no qual foi planejado, nesta fase envolve:

- Entrevistas com a alta direção, equipe e demais envolvidos.
- Aplicação de questionários para medir o desempenho do sistema.
- Exame da documentação (manuais de procedimentos, material de treinamento) desenvolvido durante a implementação do sistema.
- Observação, análise e auditoria das informações e dos procedimentos implementados.

CONCLUSÃO

Os fatores que envolvem a escolha e a implantação de sistemas eletrônicos de gestão de documentos aqui apresentados, trazem uma compreensão básica da alta relevância do tema na criação de sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos arquivísticos confiáveis.

É fundamental que sejam considerados tanto os fatores aqui apresentados quanto outros não contemplados neste artigo, pois essas ações combinadas visam garantir que a informação digital permaneça acessível, interpretável e autêntica.

Constata-se que, ambientes arquivísticos que implementarem sistemas eletrônicos de gestão de documentos, podem se servir de diversos benefícios propiciados pelas tecnologias disponíveis, em especial a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), pois esses ambientes arquivísticos recebem uma grande massa documental que precisa ser organizada a fim de torná-la efetivamente uma fonte de informação de qualidade, para a organização e para a sociedade de modo geral.

Percebe-se que a utilização da tecnologia na área arquivística tem sido bem integrada, de modo que as atividades de uma organização e as atividades e operações de um sistema de gerenciamento eletrônico de documentos arquivísticos estão intimamente ligadas pelos sistemas computacionais.

Conclui-se que a digitalização de documentos realizada de forma assertiva melhora o acesso à informação e garante a preservação dos documentos originais.

Por fim, constata-se, que o modelo de requisitos “e-ARQ Brasil”, elaborado no âmbito da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos (Brasil), tem alta relevância na escolha e na implantação de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), considerando ainda que é uma das boas iniciativas das áreas da ciência da informação, da arquivologia e da tecnologia da informação, trazendo resultados satisfatórios para os questionamentos que se colocam sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- AVEDON, DON M. **GED de A a Z Tudo Sobre GED** – Gerenciamento Eletrônico de Documentos. São Paulo: Editora CENADEM, 1999.
- BALDAM, R; VALLE, R; CAVALCANTI, M. **GED Gerenciamento Eletrônico de Documentos**. São Paulo: Editora Érica, 2002.
- BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 05 de setembro de 2022.
- BRASIL. **Lei nº 12.682** de 09 de julho de 2012. Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12682.htm. Acesso em: 10 de setembro de 2022.
- CONARQ. e-ARQ Brasil: **Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos** / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 1.1. versão. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- FERREIRA, M. **Introdução à preservação digital**: conceitos, estratégias e actuais consensos. Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.
- Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – **Certificado Digital**, 2022. (internet) Disponível em: <https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/certificado-digital/certificado-digital> Acesso em: 24 de setembro de 2022.
- LAUDON, K.C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação gerenciais**. 11ª. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.
- PINTO, Gisele Lopes Batista; SANTOS, Luiz Fernando Lima dos. **Administração de Banco de Dados**. São Paulo: Editora Sol, 2012.
- REZENDE, D.A. & ABREU, A.F. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: editora. FGV, 2005.

MULHERES NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM OLHAR SOBRE O ESTADO DO CONHECIMENTO



Sandra Jung de Mattos

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT

Servidora Pedagoga da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT

sandrajmattos@gmail.com

RESUMO

O estado do conhecimento é uma revisão bibliográfica do que foi produzido em uma área de pesquisa durante um período específico. Permite aos pesquisadores identificarem lacunas na literatura e definir o escopo de suas pesquisas, contribuindo para o avanço do conhecimento na área. Este texto visa apresentar o estado do conhecimento das produções acadêmicas de dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação *stricto sensu* entre 1987 e 2023, início da publicação das produções pelas bases de dados consultadas, realizada no período de maio a agosto de 2023. A metodologia utilizada envolve procedimentos de estado do conhecimento utilizados em pesquisas na educação a partir de uma busca em duas bases de dados: o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CTD/CAPES e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. Por meio da realização do estado do conhecimento foi possível verificar a carência de produções nas áreas de Educação e História da Educação sobre mulheres na extensão universitária, evidenciando a necessidade para mais investigações que tragam análises e reflexões sobre a atuação das mulheres na extensão universitária na educação superior brasileira.

Palavras-chave: Estado do conhecimento. Extensão universitária. Mulheres na extensão universitária.

RESUMEN

El estado del conocimiento es una revisión bibliográfica de lo que se ha producido en un área de investigación durante un período específico. Permite a los investigadores identificar lagunas en la literatura y definir el alcance de sus investigaciones, contribuyendo al avance del conocimiento en el área. El objetivo de este texto es presentar el estado del conocimiento de las producciones académicas de disertaciones y tesis defendidas en programas de posgrado *stricto sensu* entre 1987 y 2023, inicio de la publicación de las producciones por las bases de datos consultadas, realizada en el período de mayo a agosto de 2023. La metodología utilizada involucra procedimientos de estado del conocimiento utilizados en investigaciones en educación a partir de una búsqueda en dos bases de datos: el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior - CTD/CAPES y la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones del Instituto Brasileño de Información en Ciencia y Tecnología – IBICT. A través de la realización del estado del conocimiento, fue posible verificar la escasez de producciones en las áreas de Educación e Historia de la Educación sobre mujeres en la extensión universitaria, lo que evidencia la necesidad de más investigaciones que aporten análisis y reflexiones sobre la actuación de las mujeres en la extensión universitaria en la educación superior brasileña.

Palabras clave: Estado del conocimiento. Extensión universitária. Mujeres en la extensión universitaria.

INTRODUÇÃO

Uma revisão sistemática e crítica da literatura sobre um tema específico é o que se denomina de estado de conhecimento. Esse tipo de pesquisa permite identificar as tendências, os avanços, as

lacunas e as contradições que existem na produção científica de uma determinada área do conhecimento (Morosini, Nascimento e Nez, 2016).

Segundo, Ferreira (2002, p. 258), a denominação de “estado do conhecimento” ou “estado da arte”, resultante de pesquisa bibliográfica, tem o desafio comum de “[...] mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos de conhecimento, tentando responder aspectos e dimensões que vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares [...]”. Além de reconhecer os formatos e circunstâncias em que as dissertações, teses, artigos em revistas, conferências, resumos de conferências, entre outros, têm sido gerados. Essas análises também visam criar um registro descritivo das criações acadêmicas, considerando as características individuais de cada obra.

Definimos para esta pesquisa “Estado do Conhecimento”, visto que delimitamos nosso foco para incluir apenas as dissertações e teses, excluindo outras formas de produção acadêmica. Romanowski e Ens (2006) esclarecem que os estudos no “estado da arte” visam a sistematizar a produção abrangendo uma área do conhecimento, gerados em diversos tipos de produções, não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódicos da área. “O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de ‘estado do conhecimento’” (Romanowski e Ens, 2006, p. 39-40).

Neste contexto, a pesquisa abordou a questão: como as pesquisadoras e os pesquisadores brasileiros têm contribuído para a produção de conhecimento sobre a participação das mulheres na extensão universitária?

Assim, este artigo visa pesquisar o estado do conhecimento nas produções acadêmicas, dissertações e teses oriundas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, que abordam a temática mulheres na extensão universitária.

A metodologia utilizada envolveu técnicas de busca do estado do conhecimento na área da educação a partir de um protocolo sistematizado de operação em duas bases de dados de registro e publicação de teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-graduação: o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.

O que nos move na busca de produções acadêmicas sobre mulheres e extensão universitária é o desconhecimento da totalidade de estudos e pesquisas históricas realizadas na área da Educação, particularmente as pesquisas realizadas em níveis de pós-graduação brasileira.

Portanto, dedicar-se à análise da produção acadêmica é parte do exercício preliminar imprescindível para a composição do corpus teórico e conceitual, e para levantar e compreender a circulação de conhecimento gerado sobre o objeto de investigação (Costa; Chaloba, 2020).

A partir desta introdução, este texto se encontra organizado em três seções. Na primeira seção, caracterizamos o tipo de pesquisa e descrevemos o percurso para realizá-la. Na segunda seção, apresentamos uma análise das pesquisas relacionadas à temática das mulheres na extensão universitária, utilizando uma combinação de diversos descritores. Por fim, nas considerações, realizou-se uma síntese desta investigação, revisitando a trajetória seguida para sua realização e enfatizando principais pontos de discussão abordados ao longo do texto.

PERCURSO DE PESQUISA DO ESTADO DO CONHECIMENTO

Por meio do estado do conhecimento foi possível “[...] revisitar o passado a fim de historiar a trajetória científica de determinado assunto, descritivo ou tema e suas possíveis combinações, categorias e subtemas” (Silva; Barros, 2021). E ainda, tem somado para a “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo [...]”, de verificar as contribuições daqueles que nos antecederam nas produções investigativas na temática proposta para esta investigação (Morosini, 2015, p. 23).

O estado do conhecimento, portanto, nos habilitou a assimilar as contribuições de pesquisadoras e pesquisadores, a adquirir diferentes perspectivas e a traçar a evolução das ideias na área em estudo. Além disso, incluiu uma avaliação crítica da qualidade dos estudos preexistentes, abordando suas metodologias, abordagens e conclusões.

Para realizar esta pesquisa empregamos as técnicas metodológicas de pesquisa do estado do conhecimento realizadas na área da educação, que se caracterizam, em uma de metodologia bibliográfica cada vez mais usada para “[...] analisar e estabelecer o estado corrente das pesquisas em uma determinada área do conhecimento”. Além disso, serve como um meio para descobrir perspectivas que ainda não foram exploradas, ângulos que ainda não foram contemplados e que podem trazer inovação para a condução da pesquisa (Kohls-Santos; Morosini, 2021).

Logo, o estado do conhecimento na composição desta pesquisa desempenha diversos propósitos. Além de compartilhar os resultados de estudos anteriores relacionados ao que está sendo realizado, tem em vista estabelecer um diálogo com as fontes bibliográficas pesquisadas para preencher lacunas, expandir investigações prévias e subsidiar o desenvolvimento metodológico e a construção textual do trabalho científico.

Para a elaboração do estado do conhecimento, na perspectiva de Morosini (2015) e (Kohls-Santos; Morosini, 2021), a pesquisadora e o pesquisador devem ter claro o objetivo e o percurso metodológico a ser percorrido, portanto, a metodologia usada para compor a busca sistemática deste estado do conhecimento, seguiu as seguintes etapas: a) escolha das fontes de produções científicas; b) seleção dos descritores de busca; c) organização, identificação e seleção das fontes; d) sistematização e análise das fontes bibliográficas (teses e dissertações).

Essas etapas traçadas envolveram uma sequência de passos previamente definidos, elaborado com base nos estudos das autoras Morosini (2015), (Morosini; Nascimento; Nez, 2016) e (Kohls-Santos; Morosini, 2021), conforme demonstrado na figura 01 a seguir.

Figura 01: Etapas de realização do Estado do Conhecimento



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Estas etapas nos orientaram no planejamento da busca. A pesquisa foi realizada no período entre maio e setembro de 2021, com atualização em agosto de 2023.

A partir disso, na primeira etapa, escolhemos a base de dados que continham produções acadêmicas de nível de mestrado e doutorado realizadas no Brasil. Os repositórios de publicações escolhidos incluíram o Banco de Teses e Dissertações – CTD da CAPES, vinculado a Plataforma Sucupira, uma ferramenta de coleta de dados como base de referência o Sistema Nacional de Pós-graduação – SNPG. A CTD/CAPES, foi desenvolvida para recuperar os resumos das teses e dissertações defendidas nos programas de mestrado e doutorado do Brasil desde 1987. Além disso, optamos, também, pelo uso da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, que faz parte do sistema de informação que abrange as dissertações e teses das instituições de ensino e pesquisa do Brasil, mantido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI (CAPES, 2023)¹.

Os catálogos de dissertações e teses representam um meio pelo qual as universidades compartilham sua produção com a comunidade científica e a sociedade em geral. Eles representam uma forma de disseminar e submeter as pesquisas à avaliação social, validando assim o conhecimento gerado pela instituição universitária. Além disso, esses catálogos possibilitam que pesquisadores tenham seu primeiro contato com estudos já realizados em sua área de conhecimento, para aprimorar seus próprios objetos de pesquisa, identificando lacunas, metodologias e fontes utilizadas (Ferreira, 2002).

Entretanto, foram enfrentadas algumas dificuldades durante o processo de busca nas bases de dados CTD/CAPES e BDTD/IBICT. A plataforma de busca CTD/CAPES passou por algumas mudanças no período de pesquisa, e as páginas nem sempre estavam disponíveis, frequentemente exibindo mensagens de erro. Por outro lado, a pesquisa na BDTD/IBICT foi consideravelmente mais desafiadora. Enquanto na CTD/CAPES conseguíamos refinar a busca por tipo (dissertação ou tese), quantidade por grande área de conhecimento, área de conhecimento e área de concentração, no BDTD/IBICT, só era possível realizar filtros por tipo de produção, assunto e área de conhecimento.

Além disso, as áreas de conhecimento no BDTD/IBICT estavam registradas de forma diferente em comparação com o CTD/CAPES. Enquanto no CTD/CAPES a busca era feita separadamente por área, no BDTD/IBICT era necessário adicionar os refinamentos individualmente por área de conhecimento e concentração. Como resultado, a base da BDTD/IBICT demandou uma busca mais cuidadosa e a leitura prévia de títulos e palavras-chave para identificar as referências bibliográficas relevantes para o nosso estudo. Essa complexidade se deve ao fato de não haver um

¹ Ambas as bases foram acessadas por meio do Portal de Periódicos da CAPES, que é um dos maiores acervos científicos virtuais do País, que reúne e disponibiliza publicações nacionais e internacionais de várias editoras. O Portal de Periódicos oferece acesso a 396 bases de dados distintas, englobando diversos tipos de conteúdo, como referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses dissertações, livros e obras de referência (CAPES, 2023).

padrão uniforme para o registro das produções acadêmicas entre as bases, bem como à responsabilidade de órgãos diferentes para cada base de dados.

Após a escolha da base de dados para a realização da pesquisa, o próximo passo envolveu a definição dos descritores. Esses descritores foram definidos com base na temática da pesquisa e nos objetivos deste estudo, visando facilitar a identificação de produções que, isoladamente ou em combinação, estivessem relacionados à temática da pesquisa. Foram definidos os seguintes descritores principais: mulheres e extensão universitária; juntamente com os subdescritores: educação superior e extensão universitária.

Além disso, foram incluídas expressões compostas como: educação superior em Mato Grosso, ensino superior em Mato Grosso, extensão universitária na UFMT, extensão universitária na Universidade Federal de Mato Grosso, história da UFMT, história da Universidade Federal de Mato Grosso, mulheres e extensão, mulheres na educação superior, mulheres no ensino superior, mulheres na extensão, mulheres na extensão universitária, participação das mulheres na extensão e participação das mulheres na extensão universitária. Os termos: educação superior e ensino superior foram considerados sinônimos na busca para esta pesquisa, sem distinção entre os conceitos entre um e outro.

A terceira etapa da pesquisa, para compor o estado do conhecimento deste estudo, envolveu a consulta, organização, identificação e separação das fontes bibliográficas. A consulta na base de dados ocorreu respeitando os padrões de consulta de cada plataforma, CTD/CAPES e BDTD/IBICT. A pesquisa foi realizada segundo os descritores, subdescritores e expressões compostas definidas, com o uso de aspas, o uso de aspas proporciona encontrar as expressões exatas na pesquisa.

A partir da consulta realizada com os descritores, as bibliografias foram organizadas com ajuda da ferramenta digital de organização de planilhas para a identificação e separação das bibliografias a partir dos critérios de inclusão e exclusão.

Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: a) dissertações e teses da grande área de conhecimento Ciências Humanas, Educação e História ou Historiografia da Educação; b) dissertações e teses de acesso aberto; c) dissertações e teses de contexto histórico da temática em estudo; d) dissertações e teses com títulos, palavras-chave e resumo incompatíveis ao objeto de estudo. Para os critérios de exclusão foram utilizados: a) supressão das dissertações e teses que não reflitam a temática em estudo; b) exclusão das produções que não tenham no título, nas palavras-chave e resumos os descritores selecionados; c) exclusão das teses e dissertações que não contemplem no resumo o objeto de investigação; e d) dissertações e teses sem contexto histórico da temática de estudo.

Na quarta e última etapa, realizamos análise e sistematização das fontes bibliográficas. Este passo compreendeu a leitura dos títulos e resumos das produções identificadas pelos descritores definidos, para refinar as escolhas, com base nos critérios relevantes para nossa pesquisa.

Com as produções em mãos, começamos a nos questionar sobre a viabilidade de compilar essa produção, ponderando sobre tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, enquanto relacionamos ou distinguimos os trabalhos entre si. Nesse estágio, nos empenhamos em abordar não apenas as questões de “quando”, “onde” e “quem” realiza pesquisas em um determinado período e local, mas também tivemos em vista explorar as indagações relativas ao “o quê” e “o como” dos trabalhos produzidos.

ESTADO DO CONHECIMENTO: MULHERES NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Para a realização do estado de conhecimento, buscou-se mapear e analisar a produção científica relacionada às mulheres na extensão universitária no período de 1987 a 2023. Utilizando critérios e levantamentos sistemáticos, foi possível obter uma amostra que possibilitou identificar a trajetória científica de produções relacionadas a essa temática. Dada a natureza histórica da pesquisa, priorizamos as dissertações e teses na área de concentração das Ciências Humanas, mais especificamente na Educação, com foco na história e historiografia da educação, dado que essa área é particularmente relevante e pertinente ao âmbito desta pesquisa.

Vale ressaltar que o acesso integral ao texto das teses e dissertações foi considerado uma condição indispensável, uma vez que as informações disponíveis no título e resumo não se mostraram suficientes para a realização plena deste estudo.

Com base na busca sistematizada que realizamos, apresentamos o resultado detalhado, da quantidade total de produções por descritores, dissertação e tese e por base de dados consultadas, CTD/CAPES e BDTD/IBICT.

Como já mencionado, foram estabelecidos descritores principais: “mulheres e extensão universitária”, acompanhados pelos subdescritores “educação superior” e “extensão universitária”, bem como suas combinações nos descritores. O quadro 01 apresenta a quantidade de produções por descritores e suas combinações. Nota-se que “educação superior” e suas combinações obtêm o maior número de produções, totalizando 27.666. Em seguida, o descritor “extensão universitária” registra 1.901 produções acadêmicas. Por sua vez, a combinação dos descritores “mulheres” e “educação superior” resulta em 122 produções, enquanto a combinação “mulheres” e “extensão universitária” apresenta 17 produções. Somando todas as produções, obtemos um total de 29.729 produções.

Os descritores relacionados a "mulheres e extensão universitária", quer em combinação ou isoladamente, demonstram um número baixo de produções. Ao somarmos todas as produções

abrangidas por esses descritores, constatamos que representam apenas 0,058% do total de produções. Esse número é consideravelmente reduzido e insignificante quando comparado ao volume total de produções acadêmicas. Tal fato sugere que o tema participação das mulheres na extensão universitária ainda é pouco explorado pela comunidade acadêmica. Essa constatação justifica, portanto, a relevância da nossa pesquisa sobre o assunto.

Quadro 01: Quantidade de dissertações e teses por descritores combinados

Descritores	CDT/CAPEs			BDTD/IBICT			Total geral
	Dissertação	Tese	Total	Dissertação	Tese	Total	
Educação superior	5271	1828	7099	536	208	744	7843
Educação superior em Mato Grosso	0	0	0	5	2	7	7
Ensino superior	15271	4073	19344	347	102	449	19793
Ensino superior em Mato Grosso	10	0	10	12	1	13	23
Extensão universitária	809	254	1063	624	212	836	1899
Extensão universitária na UFMT	1	0	1	0	0	0	1
Extensão universitária na Universidade Federal de Mato Grosso	1	0	1	0	0	0	1
Mulheres na educação superior	16	10	26	6	2	8	34
Mulheres na extensão	4	3	7	6	2	8	15
Mulheres na extensão universitária	1	0	1	1	0	1	2
Mulheres no ensino superior	54	13	67	15	6	21	88
Participação das mulheres na extensão	0	0	0	0	0	0	0
Participação das mulheres na extensão universitária	0	0	0	0	0	0	0
Total geral	21438	6181	27619	1552	535	2087	

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Refinamos as buscas utilizando descritores nas bases de dados consultadas. Os resultados estão apresentados no quadro 02, onde demonstramos a quantidade de produções acadêmicas nas seguintes áreas: Ciências Humanas, Educação e na área de concentração de nossa pesquisa, História da Educação e afins.

Foi percebido, portanto, que à medida que delimitamos as áreas de pesquisa, a escassez de estudos se torna evidente. Destacamos que, no contexto dos descritores “mulheres e educação superior”, encontramos 70 produções na área de Ciências Humanas, 54 na área de Educação e apenas 2 na área de concentração da História da Educação e campos afins.

No que diz respeito aos descritores “mulheres e extensão universitária”, a carência de produções é ainda mais notável, com apenas 3 na área de Ciências Humanas, 1 na área de Educação e nenhuma na área de concentração da História da Educação e campos relacionados. Isso ressalta a singularidade e caráter inovador da nossa pesquisa sobre a participação das mulheres nas áreas citadas, refletindo o terreno pouco explorado em que nos encontramos.

Quadro 02: Quantidade de produções por área de conhecimento

Descritores	CDT/CAPES			BDTD/IBICT		
	Ciências Humanas	Educação	História da Educação e afins	Ciências Humanas	Educação	História da Educação e afins
Educação superior	2838	2014	36	237	248	0
Educação superior em Mato Grosso	0	0	0	5	6	1
Ensino superior	4408	3152	37	104	98	2
Ensino superior em Mato Grosso	4	2	2	13	13	1
Extensão universitária	203	154	5	43	41	1
Extensão universitária na UFMT	1	1	1	0	1	0
Extensão universitária na Universidade Federal de Mato Grosso	1	1	1	0	1	0
Mulheres na educação superior	20	18	1	3	3	0
Mulheres na extensão	1	0	0	1	1	0
Mulheres na extensão universitária	1	0	0	0	0	0
Mulheres no ensino superior	42	31	1	5	2	0
Participação das mulheres na extensão	0	0	0	0	0	0
Participação das mulheres na extensão universitária	0	0	0	0	0	0
Total geral	7519	5373	84	411	414	5

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Assim, considerando todas as áreas, foram inicialmente identificadas 186 produções após a aplicação dos critérios de exclusão. Em seguida, realizamos uma leitura dos resumos e introduções desses trabalhos para identificar aqueles que estavam relacionados ao nosso estudo. Dentre essas produções, identificamos que 89 pertenciam à área de concentração da História da Educação e áreas afins, enquanto 97 eram provenientes de outras áreas relevantes para a pesquisa.

Após essa análise preliminar, aplicamos critérios de inclusão mais específicos, resultando na seleção de 5 pesquisas na área de concentração da História da Educação e afins, bem como 5 pesquisas de outras áreas pertinentes ao nosso estudo. Essas pesquisas consistem em 5 teses e 5 dissertações.

Para proporcionar uma identificação clara e uma síntese das informações relacionadas aos objetivos, fontes de pesquisa, metodologia e resultados dessas produções, apresentamos sucintamente as teses e dissertações que se aproximaram da temática em estudo. É importante ressaltar a relevância de compreender o contexto histórico da educação superior brasileira e da importância de relacionar os contextos da extensão universitária ao percurso da participação das mulheres.

Quadro 3 – Produções científicas – Dissertações (mestrado)

Título	Autora/autor/síntese
Extensão Universitária: concepções presentes na formalização e em propostas e práticas desenvolvidas na	Carina Silva Vieira (2014), mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná, com foco na Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação, conduziu uma pesquisa que examinou como a UFPR e sua comunidade acadêmica incorporaram as diretrizes da Lei 5.540/68 sobre extensão e o Plano de Trabalho de Extensão Universitária durante o período de 1968 a 1987, por meio de suas normativas, documentos internos e atividades

Universidade Federal do Paraná (1968-1987)	de extensão. A pesquisa foi conduzida por meio de análise documental, utilizando fontes como leis e decretos nacionais, normas e relatórios internos da UFPR, além de depoimentos de pessoas envolvidas em atividades de extensão durante esse período. Os resultados apontam que a UFPR, por meio de iniciativas como os Cursos de Verão e a Universidade Volante, estabeleceu uma conexão entre a função da universidade e os problemas regionais. Diferentes concepções sobre extensão coexistiram e se manifestaram ao longo do período analisado, porém, durante a ditadura, a concepção de serviço comunitário prevaleceu sobre as demais.
CRUTAC: a história da Extensão Universitária da UFMA no município de Codó no período de 1972 a 1979	José Augusto Medeiros Silva (2013), mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão, com foco na Linha de Pesquisa Instituições Escolares, Saberes e Práticas Educativas do Grupo de História e Memória da Educação Maranhense, realizou uma análise das atividades do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC/Codó, no período de 1972 a 1979. O objetivo principal foi identificar se essas atividades foram conduzidas interdisciplinarmente, integrando ensino e pesquisa, e se contribuíram para a formação profissional dos estudantes universitários, além de promover o desenvolvimento educacional do município. A pesquisa empregou uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e análise de documentos oficiais, como leis, decretos, resoluções, portarias, convênios, bem como outros materiais, incluindo jornais, dossiês e relatórios. Adicionalmente, foram realizadas entrevistas com indivíduos que participaram do programa na comunidade de Codó. Os resultados indicaram as ações em questão não demonstraram uma efetiva integração interdisciplinar entre o ensino e a pesquisa, como inicialmente planejado.
Políticas de Extensão Universitária Brasileira - 1975/1999	Maria das Dores Pimentel Nogueira Gonçalves (1999), obteve seu mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Sua pesquisa teve como objetivo analisar o surgimento das primeiras práticas de extensão universitária nas universidades brasileiras no período de 1975 a 1999. Ela baseou sua análise em documentos legais e em iniciativas de extensão realizadas por universidades, estudantes, o Ministério da Educação - MEC e organizações externas às universidades. A autora observou que a extensão universitária realizada atualmente nas universidades segue as diretrizes estabelecidas pelo Forproex, que visa atender às necessidades mais urgentes da maioria da população. Essas necessidades são identificadas por meio do contato com comunidades, organizações da sociedade civil e órgãos da administração pública, permitindo à universidade estar mais próxima da sociedade que a sustenta.
O acesso da mulher ao ensino superior na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Priscila Trarbach Costa (2016), mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, com ênfase em História, Memória e Educação, conduziu uma investigação sobre o acesso das mulheres nas oito grandes áreas do conhecimento nas quais os cursos de graduação são classificados. Além disso, seu estudo abordou as desigualdades de gênero identificadas nessas diversas áreas do ensino superior, bem como os possíveis fatores que limitam homens e mulheres a campos específicos do conhecimento, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, no período de 1970 a 2015. A pesquisa empírica envolveu a coleta, tabulação, representação gráfica e análise dos dados relativos aos estudantes da UFRGS, considerando o gênero. A análise revelou que o acesso das mulheres às diversas áreas de estudo na UFRGS não ocorreu de maneira uniforme, uma vez que elas ainda representam uma minoria em algumas áreas tradicionalmente dominadas por homens. Foi possível observar que a trajetória educacional diferenciada entre meninos e meninas, historicamente construída ao longo do tempo, continua a influenciar o acesso das mulheres ao ensino superior.
Extensão universitária: comunicação ou domesticação?	Roberto Mauro Gurgel Rocha (1984), mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Pará, conduziu uma pesquisa abordando a questão da extensão universitária no período de 1968 a 1976, um momento em que essa prática estava passando por uma significativa institucionalização ao nível nacional. O estudo teve como ponto de partida a dicotomia entre extensão e comunicação, que foi originalmente concebida por Paulo Freire. Para contextualizar a evolução da extensão universitária no Brasil, o autor considerou duas vertentes históricas: as universidades populares e as influências recebidas dos Estados Unidos em relação ao sistema de extensão universitária. A pesquisa analisou a trajetória do movimento de extensão nas instituições de ensino superior brasileiras a partir dessas vertentes históricas. A metodologia incluiu entrevistas com pessoas que participaram ativamente do movimento extensionista durante o período estudado, bem como a análise de documentos oficiais por meio de uma análise de conteúdo dos discursos e a

	reconstrução da memória da extensão universitária no país. Os resultados revelaram que a extensão, como uma função que busca a projeção da instituição de ensino superior em relação à sociedade, estava inserida em um contexto mais amplo que refletia as contradições globais da universidade. A extensão era vista como uma função política que, em alguns momentos, serviu para controlar e domesticar, enquanto em outros visou estabelecer comunicação com as camadas populares, embora com resultados limitados.
--	--

Fonte: elaborado pela autora (2023)

No quadro 3, foram apresentadas quatro dissertações com a temática de pesquisa definidos pelos descritores extensão universitária. Os autores Vieira (2014), Gonçalves (1999), Silva (2013), Rocha (1984) realizaram suas pesquisas e enfocaram a trajetória histórica da extensão universitária na educação superior brasileira. Essas pesquisas se aproximaram do objeto em estudo em questão e desempenharam um papel fundamental no aprofundamento do entendimento do percurso histórico e político da extensão universitária.

É relevante destacar que essas pesquisas históricas revelaram a existência de diferentes concepções ao longo do tempo em relação à extensão universitária. Os autores destacam que a extensão é considerada uma função que visa à projeção da instituição em relação à sociedade. No entanto, também mostram que em muitos momentos essa função foi usada para controlar a sociedade, enquanto em outros procurou estabelecer comunicação com as camadas populares, embora com resultados muitas vezes limitados.

A pesquisa de Priscila Trarbach Costa (2016) está relacionada ao descritor das mulheres na educação superior. A autora nos leva a refletir sobre as desigualdades de gênero presentes em várias áreas da educação superior, que restringem homens e mulheres a campos específicos do conhecimento. Ela destaca que o acesso a estas áreas ocorre de maneira desigual entre homens e mulheres, refletindo com a construção histórica de espaços distintos na educação para meninas e meninos. Este estudo tem contribuído para compreender as diferentes dinâmicas nos ambientes acadêmicos frequentados por homens e mulheres.

Quadro 4 – Produções científicas – Teses (doutorado)

Título	Autora/autor/síntese
Mulheres, Ensino Superior e Internacionalização na Universidade Federal de Mato Grosso (1970-2016)	Joíra Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins (2023), doutora em Educação pela UFMT, examinou o papel das mulheres na internacionalização da Universidade Federal de Mato Grosso entre 1970 e 2026. Utilizando pesquisa bibliográfica e documental, incluindo análise de documentos oficiais e entrevistas, a pesquisa revela que a participação das mulheres nesse processo começou discretamente e cresceu por meio de esforços individuais e institucionais, com mobilizações internas e externas. No entanto, a internacionalização na UFMT progrediu lentamente, já que a instituição estava em processo de consolidar uma política de internacionalização até 2016. O estudo enfatiza que, apesar dos movimentos femininos em prol da internacionalização, nem sempre houve apoio institucional para oportunidades de mobilidade internacional acessíveis às mulheres. Conclui-se que políticas de internacionalização institucional devem abordar a equidade de gênero de maneira mais efetiva.

Extensão Universitária no Brasil: a experiência formativa na área de educação da UFSCAR.	José Paulo Gatti (2019), doutor em Educação pela Universidade de São Carlos - UFSCar, vinculado ao grupo de pesquisa Teoria Crítica e Educação, conduziu uma pesquisa sobre a participação de estudantes de graduação em projetos de extensão universitária na área de educação da Universidade de São Carlos - UFSCar. A questão central abordada foi a análise do potencial formativo das atividades de extensão na graduação em relação à emancipação dos estudantes, considerando o contexto geral, frequentemente semiformativo, que abrange tudo e tende à reprodução social. O estudo incluiu uma pesquisa bibliográfica e documental, envolvendo a análise de legislação, relatórios e outros documentos institucionais. Além disso, foram realizadas análises documentais dos projetos de extensão na área da Educação da instituição em estudo, juntamente com entrevistas e questionários aplicados a estudantes e professores envolvidos em ações de extensão. Como conclusão, observou-se que a formação oferecida pela universidade tende a seguir princípios neoliberais, focando na capacitação técnica dos estudantes, muitas vezes sem espaço para a reflexão crítica sobre suas próprias práticas. No entanto, a extensão universitária se destaca por articular diferentes interesses e agentes em suas atividades, tornando-se um espaço repleto de contradições.
História do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras-Forproex (1987-2012)	Luciano da Silva Leonidio (2017), doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, com foco no Núcleo de Teoria e História, conduziu uma análise abrangente sobre a formação e evolução do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) no período de 1987 a 2012. A análise foi fundamentada em documentos publicados pelo FORPROEX, que foram compilados em uma base de dados da Rede Nacional de Extensão, bem como no acervo da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As conclusões destacaram o esforço do FORPROEX em buscar reconhecimento como uma vertente significativa no panorama acadêmico, com ênfase na promoção do fortalecimento institucional e na busca de fontes de financiamento para impulsionar a extensão universitária no Brasil.
A participação da extensão universitária no processo de descolonização do pensamento e valorização dos saberes na América Latina	Maria das Dores Pimentel Nogueira (2019), doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, teve como objetivo principal investigar como a extensão universitária pode se opor à influência colonial e desempenhar um papel na descolonização do pensamento latino-americano, valorizando os saberes locais e regionais. Para alcançar esse propósito, o estudo examinou o desenvolvimento da extensão universitária na América Latina ao longo do período de 1908 a 2018, com enfoque em duas experiências específicas: a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no Brasil e a Universidad Nacional de Córdoba (UNC) na Argentina. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e utilizou diversas técnicas, incluindo pesquisa e análise documental, juntamente com entrevistas semiestruturadas e aprofundadas com indivíduos-chave envolvidos na criação e reflexão crítica sobre a extensão universitária nessas duas instituições mencionadas. As conclusões da pesquisa ressaltam que a extensão universitária pode desempenhar um papel crucial na promoção da diversidade, no estímulo ao diálogo entre saberes tradicionais e acadêmicos, bem como na promoção da interculturalidade, sem estabelecer hierarquias culturais.
Extensão universitária em contextos emergentes na educação superior: um estudo de casos comparados entre Brasil (UFMS) e Argentina (UNC)	Simone da Rosa Messina Gomes (2022), doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, pesquisou as características da extensão universitária no Brasil (UFMS) e na Argentina (UNC) em contextos de mudanças na educação superior. A pesquisa envolveu estudo de casos comparados entre a Universidade Nacional de Córdoba (UNC) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), usando métodos qualitativos como revisão bibliográfica, análise de documentos, entrevistas com gestores de ambas as universidades e observação de eventos de extensão universitária em diversos níveis. Os resultados mostraram que a extensão universitária se adapta continuamente às transformações nas instituições de ensino superior, desde a Reforma de Córdoba em 1918 até hoje. Isso inclui mudanças na forma de pensar, na estrutura curricular e na revisão de políticas e práticas pedagógicas no Brasil e na Argentina, para criar uma universidade mais democrática e diversificada. Portanto, a extensão universitária não é um elemento fraco no sistema universitário, mas, pelo contrário, desempenhou um papel importante em todas as reformas universitárias na América Latina, com potencial para fortalecer tanto o aspecto acadêmico quanto o social nas instituições de ensino superior no Brasil e na Argentina.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

No quadro 4, foram expostas às teses de Martins (2023), definida pelo descritor de mulheres no ensino superior, nos ajudou a entender o papel das mulheres e o processo histórico de organização da UFMT.

Gatti (2019) ressalta que a formação universitária tende a seguir princípios neoliberais, enfocando principalmente o desenvolvimento de habilidades técnicas nos estudantes, muitas vezes negligenciando a reflexão crítica sobre suas próprias práticas. Por outro lado, a extensão universitária se destaca por sua capacidade de articular diferentes interesses e agentes em suas atividades, tornando-se um espaço rico em contradições.

Leonidio (2017) investiga o Fórum de Pró-Reitores como um ambiente onde ocorrem discussões e reivindicações relacionadas à formulação de diretrizes e iniciativas de Extensão Universitária, integrando-se às políticas públicas para o ensino superior no Brasil.

As pesquisas de Nogueira (2019) e Gomes (2022) contextualizam a história da América Latina em suas investigações. Elas destacam que a extensão universitária desempenhou um papel importante em todas as reformas universitárias na América Latina, com o potencial de fortalecer tanto o aspecto acadêmico quanto o social nas instituições de ensino superior.

Estas pesquisas nos ajudaram a compreender o contexto político e histórico da extensão universitária na América Latina, fornecendo pistas valiosas sobre como essa prática se desenvolveu ao longo do tempo e como ela desempenhou um papel significativo nas transformações acadêmicas e sociais da região.

CONSIDERAÇÕES

O objetivo central desta pesquisa foi mapear e identificar dissertações e teses que abordassem a participação das mulheres na extensão universitária no Brasil. Ao longo deste estado do conhecimento, empreendemos uma análise minuciosa que nos permitiu atingir esse propósito e, ao fazê-lo, compreender como os pesquisadores brasileiros têm contribuído para o desenvolvimento do conhecimento relacionado a essa temática.

A metodologia empregada neste estado do conhecimento se mostrou fundamental para mapear a produção acadêmica existente. A escolha das bases de dados, como o Banco de Teses e Dissertações da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT, possibilitou uma busca abrangente e atualizada. No entanto, enfrentamos desafios, como instabilidades nas plataformas e diferenças na forma de registro das produções, que demandaram esforço extra na busca e refinamento das fontes.

Os descritores “mulheres e extensão universitária”, acompanhados pelos subdescritores

“educação superior” e “extensão universitária”, foram essenciais para identificar as produções relacionadas ao nosso objeto de estudo. No entanto, constatamos que, mesmo com a combinação desses descritores, o número de produções encontradas foi diminuto em comparação com o volume total de produções acadêmicas. Essa constatação reforça a importância de nossa pesquisa ao demonstrar que a participação das mulheres na extensão universitária ainda carece de atenção acadêmica.

Ao delimitar as áreas de pesquisa, como Ciências Humanas, Educação e a área de concentração da História da Educação e campos afins, identificamos uma escassez ainda mais pronunciada de estudos. O número reduzido de produções encontradas nessas áreas ressalta a singularidade e o caráter inovador de nossa pesquisa.

A análise do estado do conhecimento sobre a participação das mulheres na extensão universitária no Brasil revelou uma realidade que merece atenção e aprofundamento. No período de 1987 a 2023, a pesquisa bibliográfica revelou que inicialmente foram identificadas 186 produções após a aplicação dos critérios de exclusão. Em seguida, realizamos uma leitura dos resumos e introduções desses trabalhos para identificar aqueles que estavam relacionados ao nosso estudo. Dentre essas produções, identificamos que 89 pertenciam à área de concentração da História da Educação e áreas afins, enquanto 97 eram provenientes de outras áreas relevantes para a pesquisa.

Após essa análise preliminar, aplicamos critérios de inclusão mais específicos, resultando na seleção de 5 pesquisas na área de concentração da História da Educação e afins, bem como 5 pesquisas de outras áreas pertinentes ao nosso estudo. Essas pesquisas consistem em 5 teses e 5 dissertações.

Esses números refletem a importância de nossa pesquisa em um contexto em que a participação das mulheres na extensão universitária ainda é pouco explorada e discutida no âmbito acadêmico. A metodologia empregada neste estado do conhecimento se mostrou fundamental para mapear a produção acadêmica existente e destacar a carência de estudos nessa área específica.

A análise das produções escolhidas permitiu uma compreensão mais completa do panorama atual do conhecimento sobre mulheres e extensão universitária. Identificamos que as pesquisas existentes abordam questões relacionadas à história da extensão universitária, às desigualdades de gênero na educação superior e ao papel das mulheres nesse contexto. No entanto, há espaço para a ampliação desses estudos, explorando diferentes abordagens metodológicas e teóricas.

Ao analisar essas pesquisas, pudemos constatar uma variedade de perspectivas e abordagens utilizadas pelos pesquisadores. Isso nos permitiu entender melhor como construir o conhecimento sobre a atuação feminina na extensão universitária, diferentes pesquisas contribuíram para essa compreensão. Além disso, aprofundamos nosso conhecimento sobre aspectos históricos, trajetórias institucionais na educação e outros temas frequentemente negligenciados.

Em última análise, este estado do conhecimento não apenas fornece uma visão abrangente das

pesquisas existentes, mas também destaca a importância da pesquisa acadêmica na construção de uma base sólida de conhecimento. Ele reforça a ideia de que investigações interdisciplinares são cruciais para explorar questões de caráter histórico sobre a temática em estudo. Por meio deste exercício, não apenas contribuimos para o campo da História da Educação e áreas afins, mas também fornecemos um modelo metodológico que pode orientar futuras investigações.

Em suma, este estado do conhecimento revelou que a participação das mulheres na extensão universitária é um tema relevante e ainda pouco explorado no cenário acadêmico brasileiro. Nossa pesquisa contribui para preencher essa lacuna, ampliando a compreensão sobre o papel das mulheres na extensão universitária e seu impacto na sociedade. Além disso, os passos metodológicos detalhados ao longo deste trabalho poderão servir como guia para futuras pesquisas que desejem explorar essa temática de forma mais abrangente e aprofundada.

REFERÊNCIAS

- CAPES.** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>. Acesso em: 01 set. 2023.
- COSTA, Odaléia Alves da; CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. A produção sobre formação e trabalho de professores rurais em dissertações e teses (2001-2018). In: CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. (org.) *et al.* **História e memória da educação rural no século XX**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. Disponível em: <https://www.culturaacademica.com.br/catalogo/historia-e-memoria-da-educacao-rural-no-seculo-xx/>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- COSTA, Priscila Trarbach. **O acesso da mulher ao ensino superior na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**. 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Biblioteca Depositária: Central da UFRGS. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/148559>. Acesso em: 01 set. 2023.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- GATTI, José Paulo. **Extensão universitária no Brasil: a experiência formativa na área de educação da UFSCar**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11267?show=full>. Acesso em: 01 sete. 2023.
- GONÇALVES, Maria das Dores Pimentel Nogueira. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira - 1975/1999**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/37970>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- GOMEZ, Simone da Rosa Messina. **Extensão universitária em contextos emergentes na educação superior: um estudo de casos comparados entre Brasil (UFSM) e Argentina (UNC)**.

2022. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/24093>. Acesso em: 01 set. 2023.

KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. **Revista Panorâmica online**, [S. l.], v. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>. Acesso em: 30 ago. 2023.

LEONIDIO, Luciano Flávio da Silva. **História do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – Forproex (1987-2012)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25316>. Acesso em: 01 set. 2023.

MARTINS, Joíra Aparecida Leite de Oliveira Amorim. **Mulheres, ensino superior e internacionalização na Universidade Federal de Mato Grosso (1970-2016)**. 2023. 172 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2023. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 101–116, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822/pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MOROSINI, Marília; NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine de. Estado de Conhecimento: A Metodologia na Prática. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 55, 2016. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4946>. Acesso em: 20 ago. 2023.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **A participação da extensão universitária no processo de descolonização do pensamento e valorização dos saberes na América Latina**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7813405. Acesso em: 20 ago. 2023.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116275004>. Acesso em: 26 ago. 2023.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** 1984. 128 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1984. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/12082?mode=full>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SILVA, José Augusto Medeiros. **CRUTAC: a história da Extensão Universitária da UFMA no município de Codó no período de 1972 a 1979**. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/253/1/Dissertacao%20Jose%20Augusto.pdf>. Acesso em:

23 ago. 2023.

SILVA, Wanessa Teixeira da.; BARROS, Josemir Almeida. Mapeamento da produção científica na área de educação do campo e movimentos sociais. In. BARROS, J. A. (org.) et al. **História da educação em trilhas e centelhas no Centro-Oeste e Norte Brasileiros**. Cáceres: Editora Unemat, 2021.

VIEIRA, Carina Silva. **Extensão Universitária**: concepções presentes na formalização e em propostas e práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná (1968-1987). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35683>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MEMÓRIA DA IMPRENSA DE MATO GROSSO: PERIÓDICOS DOS SÉCULOS XIX E XX

**Eliane Maria Oliveira Morgado**

Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
 Historiadora da área Técnica e Científica do NDIHR/IGHD/UFMT
 eliane.morgado@ufmt.br

RESUMO

A imprensa periódica como fonte para a pesquisa constitui-se em ferramenta subsidiária e complementar para os estudos interdisciplinares, fornece informações que após releitura crítica traz relevante contribuição para a compreensão da sociedade, em função do seu alcance e de sua influência no modo como as pessoas apreendem a realidade e lhe dão sentido. Nesta perspectiva o presente trabalho tem por objetivo descrever sobre a pioneira trajetória do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional na preservação dos Jornais, Revistas e Boletins de Mato Grosso através da microfilmagem. Trata-se de um acervo cujas informações vêm subsidiar as linhas de pesquisas, diversificada em várias áreas acadêmicas da Universidade Federal de Mato Grosso que utilizam a imprensa periódica como fonte ou como objeto de estudos, bem como os pesquisadores nacional e internacional que utilizam os acervos sob sua custódia.

Palavras-chave: Periódicos. Memória. História de Mato Grosso

ABSTRACT

The periodical press as a source for research constituted a subsidiary and complementary tool for interdisciplinary studies provides critical information that after rereading brings outstanding contribution to the understanding of society in terms of its scope and its influence on how people grasp reality and give it meaning. In this perspective the present work aims to describe about the pioneering history of the Center for Documentation and Information in the Regional Historic Preservation of Newspapers, Magazines and Newsletters Mato Grosso through microfilming. This is a collection whose information comes subsidize lines of research, diversified in several academic areas, Federal University of Mato Grosso using the periodical press as a source or subject of study as well as national and international researchers using the collections under their custody.

O propósito deste trabalho não é a análise da imprensa periódica como fonte documental ou como objeto de estudos, mas discorrer sobre a pioneira trajetória do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso na preservação da memória da imprensa periódica mato-grossense através da microfilmagem e a consequente constituição do acervo de jornais, revistas e boletins em microfilmes que se encontram sob sua custódia.

Trata-se de um acervo cujas informações vêm subsidiar as linhas de pesquisas, diversificada em várias áreas acadêmicas da Universidade Federal de Mato Grosso bem como aos pesquisadores que utilizam a imprensa periódica para a produção do conhecimento.

A imprensa periódica como fonte para a pesquisa constitui-se em ferramenta subsidiária e complementar para os estudos interdisciplinares, fornece informações que após releitura crítica traz relevante contribuição para a compreensão da sociedade, em função do seu alcance e de sua influência no modo como as pessoas apreendem a realidade e lhe dão sentido.

Na década de 30 a Escola dos Annales¹, já assumia uma posição que contrariava a concepção de que, os periódicos se constituíam em fontes de pesquisa pouco adequada para a escrita da história. Contudo, o potencial informacional registrado nos periódicos não era reconhecido de imediato e permanecia sem relevância como fonte para o campo historiográfico.

Contudo os desafios e inquietações teóricos metodológico da prática historiográfica vem sempre acompanhado de um processo de ampliação e diversificação das fontes. Neste sentido o estatuto da imprensa sofreu grandes deslocamentos ainda nos anos de 1970 e o próprio jornal, deixa de ocupar um lugar pouco relevante no cenário da pesquisa para passar a ser tomado como objeto e fonte de pesquisa nos estudos históricos e também como material didático de ensino.

Já nos finais do século XX assistiu-se uma revolução na prática historiográfica, com o surgimento da terceira geração dos Annales² que realiza grandes deslocamentos e geram novos problemas, novas abordagens, novos objetos, que remodelaram o campo epistemológico da história.

Portanto é no contexto da renovação dos estudos históricos que a própria concepção de documento e sua crítica são ampliadas. Se anteriormente somente as fontes escritas eram privilegiadas, agora uma infinidade documental passa a ter valor como fontes para a pesquisa.

Nesta perspectiva Lucien Febvre em sua obra *Combates pela Historia*, refere-se à diversificação das fontes documentais:

...A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta de flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a

¹ [...] Esta nova concepção de interpretação da História, que ficou conhecida como Escola dos Annales, põe em causa toda a historiografia tradicional, surgindo como reação às escolas metódica e positivista. Visava, sobretudo, substituir uma visão demasiadamente política e institucional da História, que caracterizava as correntes anteriores, por uma História mais vasta, que incluísse todas as atividades humanas; uma perspectiva da História menos ligada à narrativa dos acontecimentos e mais ligada à análise das estruturas. Entre os seus principais protagonistas destacam-se na primeira fase Lucien Febvre e Marc Bloch e, posteriormente, Fernand Braudel [...]

² [...] A 3ª geração dos *Annales* é conduzida por Jacques Le Goff. Ficou mais conhecida como a “Nova História”, segundo a qual, toda atividade humana é considerada história. Além de Le Goff, nesse período se destaca Pierre Nora.[...]

presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem... (Febvre, 1985, p.249)

O historiador Jacques Le Goff (1992, p 540) traz uma perspectiva de documento que submete a sua utilização a crítica radical do pesquisador, de forma a libertar o documento do lugar de cárcere da verdade, a sair do isolamento e da inocuidade, enquanto prova de objetividade. Esta nova tendência de interpretação da História vem acompanhada de uma nova concepção de documento:

O documento é, pois, monumento. É o resultado do esforço feito pelas sociedades históricas, para impor ao futuro – querendo-o ou não – determinada imagem de si mesma. Em definitivo não existe um documento-verdade. Todo ele é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (Le Goff, 1984, p. 95)

Depreende-se que as mudanças na forma de conceber o documento na prática historiográfica, contribuiu significativamente para diversificar as fontes e alterar o papel que a imprensa periódica ocupava para subsidiar a produção do conhecimento e não lograr mais o lugar de fonte não reconhecida e desprovida de valor.

Nestes termos, Morel (2003, p.8/9), argumenta que “a renovação das abordagens políticas e culturais redimensionou a importância da imprensa” que passou a ser considerada “fonte documental”, quando enuncia discursos e expressões de protagonistas e também como “agente histórico” que intervém nos processos e episódios [...].

Ana de Almeida Camargo quando analisa a imprensa periódica, como documento e como fonte documental, salienta sobre a necessidade de usar de prudência e também de ater-se aos desafios que vão deparar os pesquisadores quando utilizam este tipo de fonte. Assim, refere-se quando a problemática se traduz na busca da veracidade das informações contidas no jornal.

[...] o Jornal é um documento a ser usado com o máximo cuidado; os perigos de distorção (comuns, aliás, a todos os textos – onde geralmente se encontra aquilo que procuramos) são bem mais frequentes, principalmente quando se trata de jornais do século XIX, em sua maioria formativos, doutrinários, apaixonados. Corremos o grande risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, ou uma linha ou um texto inteiro de uma realidade maior. (1975, p. 226).

A mesma autora ainda destaca as implicações e a importância de usar de forma criteriosa os jornais como fonte para a pesquisa:

[...] alguns, talvez, limitem seu uso por escrúpulo, já que encontram, tão em evidência e abundância as “confirmações”, de suas hipóteses – e com a mesma facilidade, também argumentos contrários. A maioria, pelo desconhecimento, pela ausência de repertórios exaustivos, pela dispersão das coleções. Quando o fazem tendem a endossar totalmente o que encontram, aproximando-se de seu

objeto de conhecimento sem antes filtrá-los através de crítica mais rigorosa. (1975, p. 226).

BREVE PANORAMA SOBRE O USO DOS JORNAIS, REVISTAS E BOLETINS PARA A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE MATO GROSSO

Muitos são os qualificativos dados para o uso da imprensa periódica na pesquisa histórica. Vista por muitos, como “manancial fértil para o conhecimento do passado”, “fonte de informações sobre o cotidiano”, “material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos”.

As possibilidades ensejadas por este tipo de fonte têm sido amplamente utilizadas na pesquisa acadêmica e no ensino de história. Os enfoques de estudos são diversificados e vão desde as variedades históricas, nos jornais especializados, partidários e/ ou porta-voz de militantes, alternativos ou de humor; seja em suas diferentes partes e seções, como editoriais, noticiários, culturais, literárias, carta de leitores, seção comercial, artigos assinados; ou ainda, nos diversos gêneros e linguagens que se articulam nos veículos, como artigo de fundo ou editorial, a notícia e a reportagem, as crônicas, críticas e ensaios, as cartas e pequenos comentários, a fotografia, o desenho, a charge e a caricatura, o classificado e o anúncio comercial, etc.

Em abordagens diferentes a imprensa periódica tem sido tomada como fonte ou como objeto de estudo. Entre muitas possibilidades exploradas, podemos citar alguns estudos que se utilizaram dos periódicos do acervo organizado pelo NDIHR para subsidiar suas análises como fez , a historiadora Luiza Volpato³, que além de outras fontes, serve-se da imprensa periódica para estudar a vida cotidiana dos escravos em Cuiabá nos anos de 1850-1888 e através dela perceber nas relações próprias do dia a dia a sua luta e resistência diante da escravidão.

O estudo da historiadora Regina Beatriz⁴ sobre a colonização nas fronteiras não dispensou o jornal e [...] por intermédio de alguns textos dos órgãos de imprensa local, distingue-se, para análise, indícios de um discurso que propõe regras de civilidade, tanto no campo que versa sobre infra-estrutura e melhoramentos do ambiente citadino, quanto na ordem das posturas e condutas, orientando comportamentos das pessoas na vida social como na cidade [...].

Destaca-se na produção historiográfica educacional, o estudo da historiadora Elizabeth Madureira Siqueira⁵ que investiga o nascedouro e a realização da instrução pública em MT na segunda metade do século XIX. Para tal estudo utiliza-se também das fontes periódicas na

³ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do Sertão**: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888-São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993, p. 12.

⁴ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz, **Cidades da Mineração**: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX. Cuiabá, MT: Carlini & Cariato; Ed. UFMT, 2006, p. 166.

⁵ SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e Sombras**: modernidade e educação em Mato Grosso (1870-1889). Tese (Doutorado História da Educação) PIPGE-UFMT Cuiabá, 1999. p 13.

perspectiva de buscar contribuições dos estudos históricos educacionais , seja no âmbito da historiografia da educação mais geral, seja daquela produzida sobre Mato Grosso.

Compõe o repertório de fontes analisadas pela historiadora, Sibeles de Moraes⁶ os periódicos A Cruz, A Gazeta Oficial, A Província de Matto Grosso, A Reacção, A Situação, O Estado, O Liberal, O Pharol e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, para captação dos significados e jogos de interesses que se entrecruzam nas divergências e acordos entre a igreja e o Estado.

A historiadora Nileide Souza Dourado⁷ ensina em sua obra, estudar a história dos deslocamentos populacionais na primeira metade do século em Mato Grosso e faz um embricamento das fontes com as narrativas orais, a produção bibliográfica e os jornais.

O cineasta Luis Carlos de Oliveira Borges ⁸ se servindo fartamente da imprensa matogrossense dentre outras fontes, inicia a construção de um inventário da memória social do cinema Brasileiro e Matogrossense que resultou na coletânea Memória e Mito do Cinema. Teve como preocupação adicional descrever a forma como o cinema era apresentado na imprensa, que espaço ocupava, e, ainda, como era feita a paginação e impressão dos periódicos.

O jornal, como objeto de estudo foi a opção de análise da dissertação de mestrado de historiadora Leila de Souza Oliveira ⁹que privilegia o Jornal O estado de Mato Grosso para compreender como a imprensa difundiu a imagem do Estado Novo para legitimar projeto de Vargas em Mato Grosso.

Da mesma forma a escritora Yasmim Naf¹⁰, elege a Revista A Violeta para estudar o universo cultural feminino reinante em Mato Grosso na primeira metade do século XX.

Assim, é constante a presença de inúmeros pesquisadores que buscam no acervo do NDIHR o substrato informativo para a construção do conhecimento na graduação e pós - graduação e não excluem dos seus repertórios a análise de alguns órgãos da imprensa para a compreensão da totalidade histórica.

O SURGIMENTO DA IMPRENSA PERIÓDICA EM MATO GROSSO

⁶ MORAES, Sibeles de. **O Episcopado de D.Carlos Luiz D' Amour em Cuiabá**. 1878-1921. Cuiabá: EdUFMT, 2009, p.28.

⁷ DOURADO, Souza Nileide de. **Entre Caminhos e Memórias**: narrativa do cotidiano de itinerantes rumo a Poxoréu-MT: primeira metade do século XX. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2007. p. 21-22.

⁸ BORGES, Luis Carlos de Oliveira. **Memória e Mito do Cinema em Mato Grosso**. Cuiabá, M: Entrelinha, 2008 p. 21-22

⁹ OLIVEIRA, Souza Leila. **Tempo de Esperança**: A imagem do Estado Novo na Imprensa Matogrossense. 1995. Dissertação (Mestrado). PUC SP. São Paulo.

¹⁰ NADAF, Yasmim Jamil, **Sob o signo de uma flor**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.

A imprensa no Brasil existe há mais de duzentos anos, porém anterior ao seu aparecimento, a palavra impressa vive um longo período sujeito a vigilância e a repressão imposta pela Coroa Portuguesa e somente em 1808 com a transferência da família real para o Brasil que se instala no Rio de Janeiro a publicação oficial de jornais, editado pela Imprensa Régia em 13 de maio de 1808.

Os dois jornais a circular em território nacional inicialmente foram *O Correio Braziliens* editado e impresso em Londres pelo exilado Hipólito da Costa no dia 1 de junho de 1808, e a *Gazeta do Rio de Janeiro* publicado em 10 de setembro de 1808, ambos são tidos como os primeiros jornais brasileiros apesar do *Correio Brasiliense* ser editado fora do Brasil.

Não é tardio, portanto o surgimento da imprensa no ano de 1839 em Mato Grosso, se comparado a vinda da imprensa para o Brasil. Inicialmente em 1833 os atos Provinciais de Mato Grosso eram veiculados no jornal da Província de Goiás que teve seu primeiro periódico em circulação em 1830 no Arraial de Meia Ponte, a *Matutyna Meyapontense*, e circulou num período de quatro anos.

Contudo foi no governo do Dr Antonio Pimenta Bueno em 1838 que consolidou o funcionamento da primeira Imprensa Oficial do Centro-Oeste, por ocasião da instalação da tipografia adquirida através de uma subscrição popular que assegurou a circulação do primeiro órgão da imprensa de Mato Grosso em 14 de agosto de 1839, o jornal *Themis Mattogrossense*. (JUCÁ, 2009, p.29)

Assim a Província de Mato Grosso efetivamente teve o seu primeiro jornal com a instalação da tipografia provincial na cidade de Cuiabá e deixa de publicar os atos oficiais provinciais na *Matutyna Meyapontense* para anunciá-los no recente jornal.

De acordo com Pitaluga (2000 p.11) pode-se dizer que ambas nasceram juntas, pois mesmo antes da impressão do primeiro periódico em Mato Grosso, a imprensa provincial matogrossense já se fazia enunciar nas páginas da *Matutina Meyapontense*, através de um encarte denominado *Miscelânea Cuyabanense*, cujas características e identidade mais se assemelhavam a um jornal distinto da *Matutina Meyapontense* do que propriamente um encarte.

Sublinha ainda o autor que o primeiro jornal goiano incentivou particularmente o despertar da imprensa Mato-grossense, não apenas pela divulgação dos atos oficiais naquele jornal, como também pela criação de um encarte que possibilitava manter intensa correspondência com seus leitores cuiabanos, que nas páginas da *Miscelânea Cuyabanense*, relatavam os incidentes políticos e o cotidiano de Cuiabá.

A chegada da Tipografia contribuiu radicalmente com as mudanças da vida política, econômica, social e cultural da província e os impressos que por aqui circularam em quase dois

séculos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas é parte intrínseca que constitui e delinea identidades culturais e políticas.

A diversidade de títulos prolifera em tão pouco tempo na província de Mato Grosso, são jornais de caráter oficial, abolicionista, partidário, noticioso, literário, religioso, comercial, associativo, estudantil, operário, humorístico, cultural e educacional, além daqueles defensores de ideais revolucionários e outros que deixaram seus registros na história dos periódicos Mato-grossense.

Através da pesquisa bibliográfica e empírica foi identificada uma expressiva produção de jornais, revistas e boletins publicados no Estado de Mato Grosso, aproximadamente 360 periódicos nos séculos XIX e XX, dos quais 170 destes foram microfilmados e estão sob custódia do NDIHR.

ALGUNS DOS JORNAIS, REVISTAS E BOLETINS PUBLICADOS EM MATO GROSSO

ALTO

ARAGUAIA

- Correio do Oeste
- Folha do Araguaia
- O Araguaia
- O Baluarte
- O Monção
- O Sapeca
- Pau-tá-Comendo
- Rio das Garças

AQUID

AUANA

- A Razão
- Correio do Sudoeste
- Folha do Sul
- Gazeta do Sul
- Jornal do Povo
- Jornal do Sul
- Tribuna do Povo

BARRA BONITA

- A Cidade Bonita

CORUMBÁ

- A Cidade
- A Defesa
- A Federação
- A Marreta
- A Notícia
- A Opinião
- A Opinião Pública
- A Pátria
- A Ripa
- A Tribuna de Corumbá
- A Violeta
- A Voz do Povo
- Athleta
- Atualidade
- Autonomista
- Beija-Flor
- Boletim
- Calabrote
- Carijó
- Comércio
- Correio de Corumbá
- Correio do Estado
- Correio do Povo
- Corumbá-Jornal
- Diabinho
- Diário Corumbaense
- Diário da Manhã
- Diário da Tarde
- Diário de Corumbá
- Eco Diocesano
- Éco do Povo
- Faísca
- Falena
- Farol
- Folha da Tarde
- Fronteira Oriental para Bolívia
- Fronteira-Oeste
- Gazeta do Sul
- Gazeta Liberal
- Il Garibaldi
- Jornal de Corumbá
- Jornal do Povo
- Miosótis
- Município
- Nautilo
- O Imaculada
- O Argonauta
- O Bajulador
- O Brasil
- O Calabrote
- O Comércio
- O Correio do Estado
- O Corumbaense
- O Embrião
- O Escravo
- O Estudante
- O Garibaldi
- O Gráfico
- O Grande Industrial
- O Independente
- O Indicador
- O Iniciador
- O Lidador
- O Momento
- O Mosquito
- O Município de Corumbá
- O Nacionalista
- O Operário
- O Rugido Corumbaense
- O Secundarista
- O Sertanejo
- O Vinte de Agosto
- Oásis
- Ordem
- Para Todos
- Raio X
- Satélite
- Sátira
- Tesoura
- Tiradentes
- Tribuna
- União
- Vagalume
- Vergel

CÁCERES

- A Cidade de Cáceres
- A Fronteira
- A Razão
- Argos
- O Atalaia
- O Comércio
- O Progresso

CAMPO GRANDE

- A Campanha
- A Nota
- A República
- Civilização
- Correio do Estado
- Correio do Sul
- Correio do Sul
- Diário da Serra
- Diário do Sul
- Economia Mato-Grossense
- Écos Juvenis
- Folha da Serra
- Jornal do Comércio
- Jornal do Sul
- O Estado
- O Campograndense
- O Correio de Campo Grande
- O Debate
- O Democrata
- O Estado de Mato-Grosso
- O Imparcial
- O Matogrossense
- O Nove de Julho
- O Progressista
- O Sul
- Ruy Barbosa
- Tribuna do Povo
- Tribuna do Povo
- Vida Escolar

CUIABÁ

- A Arte
- A Aurora
- A Baioneta
- A Batalha
- A Boa Nova
- A Brisa
- A Capital
- A Chrysallida
- A Colligação
- A Cruz
- A Defesa
- A Distracção
- A Folha do Povo
- A Gazeta
- A Gazeta Cuyabana
- A Hora
- A Imprensa
- A Imprensa de Cuyabá
- A Independência
- A Juventude
- A Letra
- A Liça
- A Lida
- A Liga
- A Locomotiva
- O Bandolim
- O Cacete
- O Clarim
- O Colibri
- O Combate
- O Comércio
- O Crepúsculo
- O Cruzeiro
- O Cuyabá
- O Cuyabano
- O Cuyabano
- O Debate
- O Délio
- O Democrata
- O Diplomata
- O Duelo
- O Echo
- O Echo do Povo
- O Embrião
- O Esporte
- O Estado
- O Estado
- O Estado de Mato Grosso
- O Estudante
- O Evolucionista

- A Lucta
- A Luz
- A Matraca
- A Notícia
- A Nova Era
- A Opinião
- A Penna Evangélica
- A Pilhéria
- A Plebe
- A Província de Matto Grosso
- A Reacção
- A Reacção
- A Reacção
- A Rebate
- A Semana
- A Situação
- A Themis
- A Torcida
- A Tribuna
- A União
- A Verdade
- A Vespa
- A Violeta
- A Voz da Verdade
- A Voz do Aluno
- A Voz do Norte
- A Voz do Povo
- Alan Kardec
- Alliancista
- Anjo da Paz
- Athleta
- Boletim da Associação de Imprensa Matogrossense
- Carapuça
- Club Litterário
- Constitucional
- Correio Cuiabano
- Correio da Imprensa
- Correio da Semana
- Correio da manhã
- Correio do Estado
- Correio Mato-Grossense
- Cuiabá-Jornal
- Cuyabano Oficial
- Diário da Tarde
- Diário de Cuiabá
- Diário de Mato Grosso
- Dunda
- Echo Cuiabano
- Echo de Cuyabá
- Escola
- Folha do Norte
- O Expectador
- O Expectador
- O Ferrão
- O Fifó
- O Filho do Povo
- O Filhote
- O Futuro
- O Garganta
- O Gladiador
- O Guaycuru
- O Imparcial
- O Industrial
- O Jasmim
- O Jornal
- O Jornal
- O Lábaro
- O Liberal
- O Liceu
- O Lutador
- O Lycenista
- O Martello
- O Matto Grosso
- O Matto Grosso
- O Momento
- O Motorista
- O Mutualista
- O Neophito
- O Notador
- O Noticiador Cuiabano
- O Oito de Abril
- O Onze de Agosto
- O Operário
- O Parafuso
- O Pequeno Mensageiro
- O Pharol
- O Popular
- O Porvir
- O Povo
- O Propulsor
- O Rábula
- O Radical
- O Rebate
- O Republicano
- O Republicano
- O Revérbero
- O Semeador
- O Senador
- O Social Democrata
- O Tagarela
- O Tempo
- Orientação Trabalhista

- Folha Esportiva
- Folha Juvenil
- Folha Literária
- Folha Matogrossense
- Ganga
- Gazeta
- Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso
- Gazeta Oficial
- Jornal do Comércio
- Jornal do Esporte
- Luiz Murat
- O Abecê
- O Alfinete
- O Amiguinho
- O Apa
- O Archivo
- O Argos
- Pega Onça
- Primeiro de Março
- Pró-Família
- Pyrilampo
- Quinze de Novembro
- Rádio Postal
- Revista Anual do Grêmio Litterário “Dom Aquino Corrêa”
- Revista da Sociedade Literária “Rui Barbosa”
- Revista do Grêmio Litterário “Álvares de Azevedo”
- Saci
- Themis Matto-Grossense
- Três de Setembro
- Tribuna Acadêmica
- Tribuna Esportiva
- Tribuna Liberal
- Tributo às Letras

DOURADOS

- O Progresso

GUIRATINGA

- Novo Mundo
- O Araguaia
- O Garimpeiro
- Voz do Leste

MIRANDA

- Colombo

NIOAQUE

- A Voz do Sul
- Diário do Rio Grande

PONTA PORÃ

- A Folha do Povo
- A Gazeta do Povo
- A Razão
- Correio do Povo
- Fronteira
- O Independente
- O Progresso
- O Sul
- Ponta Porã

POCONÉ

- A Cidade de Poconé
- A Lida
- Jornal de Poconé
- O Município

POXORÉO

- A Razão
- O Correio de Poxoréo

ROSÁRIO OESTE

- A Centelha
- O Município

SANT'ANNA DO PARANAHYBA

- A Ordem

SANTO ANTONIO DO MADEIRA

- Extremo Norte

TRÊS LAGOAS

- | | |
|----------------------|-----------------------|
| ▪ A Época | ▪ O Democrata |
| ▪ A Evolução | ▪ O Dois de Julho |
| ▪ A Notícia | ▪ O Evangelista |
| ▪ Flit | ▪ O Liberal |
| ▪ Gazeta do Comércio | ▪ O Noroestino |
| ▪ Jornal do Comércio | ▪ O Picolé |
| ▪ Jornal do Povo | ▪ O Raio X |
| ▪ O Argos | ▪ O Três Lagoas |
| ▪ O Clarim | ▪ Três Lagoas Jornal |
| ▪ O Concórdia | ▪ Tribuna do Comércio |
| ▪ Caçula | |

O projeto Memória da Imprensa de Mato Grosso

A abundante produção hemerográfica mato-grossense e a necessidade de salvar este valioso patrimônio documental impresso que a época se encontrava disperso e perecível a ação do tempo, fez com que, este investimento se tornasse um dos maiores desafios do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, oportunizando desta forma garantir a integridade da informação contida nos periódicos originais e, por conseguinte preservar parte substancial da memória matogrossense e por extensão a memória nacional.

Nesta perspectiva, é implantado no NDIHR o Projeto Memória da Imprensa nos anos 80 com a finalidade de preservar e constituir o acervo da imprensa periódica¹¹ Mato-grossense. Contudo somente a partir da vinculação do projeto ao Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiro que teve início no Brasil em meados dos anos de 1970 com a finalidade de

¹¹ Por imprensa periódica entende-se a abrangente produção gráfica não só relativa a jornais como também, revistas, almanaques e polianteias.

recuperar através da microfilmagem a memória da imprensa brasileira, que foi possível o desenvolvimento efetivo deste investimento histórico-cultural.

No período de janeiro de 1979 a março de 1983, a execução do Plano ficou ao encargo do Instituto de Preservação e Microrreprodução da Hemerografia Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Com a criação da Fundação Nacional Pró Memória e a conseqüente integração da Biblioteca Nacional, o Plano passou a ser totalmente executado a partir de 1982, sob a Coordenação da Fundação Biblioteca Nacional com a tarefa essencial de viabilizar, através de uma rede de núcleos regionais a microfilmagem dos periódicos publicados no Brasil.

No âmbito do estado de Mato Grosso o NDIHR, foi parceiro da Biblioteca Nacional coordenando e executando os trabalhos de identificação, localização e recuperação dos periódicos publicados regionalmente, visando não somente constituir o acervo documental hemerográfico do Estado, como também contribuir para o enriquecimento do acervo nacional de periódicos brasileiros, junto à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Assim, o NDIHR buscou a colaboração de instituições congêneres e detentores de arquivos pessoais, a fim de estabelecer uma rede de parceria com a finalidade de formação de grandes coleções de periódicos para a microfilmagem.

Durante um longo período as coleções eram organizadas e posteriormente acondicionadas em grandes caixas de madeira que se deslocavam de Cuiabá por via aérea para aterrissarem no Rio de Janeiro e ali efetuar a microfilmagem. Após a implantação do Laboratório de Microfilmagem do NDIHR os acervos originais passam a ser microfilmados na UFMT

Vale ressaltar que Esther Caldas Bertholetti Coordenou o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, através da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Fundação Biblioteca Nacional e esteve à frente deste grande projeto nacional sistêmico de preservação das coleções de periódicos, desde as suas origens até 1990, envolvendo praticamente todas as instituições públicas e privadas que possuíam em seu acervo coleções de periódicos,

Em Mato Grosso, coube a Prof^a Terezinha de Jesus Arruda, uma das fundadoras e primeira coordenadora do NDIHR a responsabilidade da implantação deste arrojado projeto de preservação da memória da imprensa periódica regional que passou a ser coordenado e executado por uma equipe de pesquisadores, representado pelos professores da UFMT Neuza Bini Rosa do Depto de Historia, Ernani Pedroso Calhão do Depto de Economia, e as Historiadoras Eliane Maria Oliveira Morgado e Sibele de Moraes, ambas da área técnica científica do NDIHR/UFMT.

ITINERÁRIOS DE PESQUISA

O panorama da preservação da documentação hemerográfica em Mato Grosso era desafiador, amontoados de jornais e revistas, diluíam e esfarinhavam ao singelo toque dos dedos, marcas da ação do tempo, do cupim, da umidade e do calor, que deterioravam e consumia ricas coleções de jornais. Também se encontrava aqueles que resistiam as intempéries do tempo e contavam com a ação conservadora dos detentores de acervos.

Preliminarmente fez-se um diagnóstico dos acervos e realizaram-se minuciosa pesquisa bibliográfica para identificação dos títulos de periódicos e delimitação da área geográfica de publicação. De posse desses dados realizou-se o mapeamento das coleções e dos prováveis detentores de acervos originais.

Após diagnóstico do campo da produção hemerográfica no estado, foram estabelecidas as balizas temporais para definição dos acervos a serem microfilmados inicialmente. Teve como prioridade a microfilmagem dos periódicos publicados na época provincial, marco de implantação da tipografia até a primeira república, posteriormente os publicados da segunda república até a divisão do estado de Mato Grosso em 1977, com exceção dos periódicos cuja fundação foi anterior a esta data e ainda continuavam em circulação nos anos subsequentes.

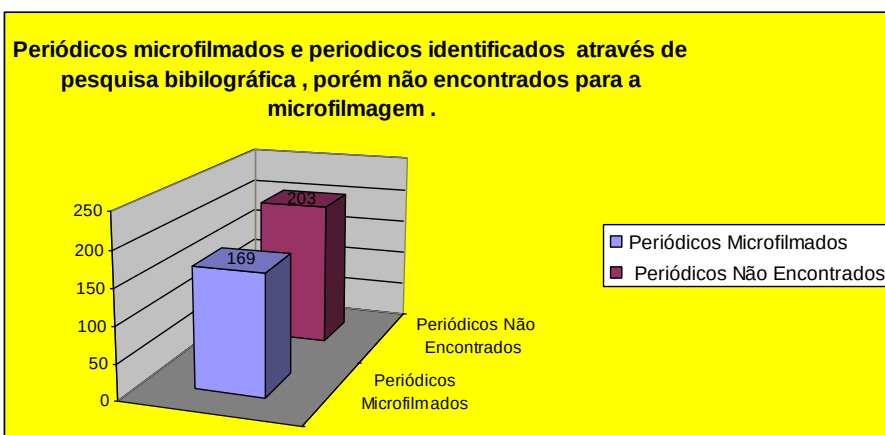
Assim, seguiram-se as etapas de vasculhar os acervos para higienizar, acondicionar e colocar a mão na colossal massa documental para organização e catalogação. A elaboração de um modelo de ficha para abordagem e levantamento de órgãos da imprensa do século XIX e XX do estado de Mato Grosso auxiliou para fazer a representação descritiva da informação. O modelo teve como referência a catalogação dos periódicos da Hemeroteca Julio de Mesquita, a partir da tese de doutorado da Prof^a Ana Maria de Almeida Camargo.¹²

As normas técnicas para o preparo da documentação para microfilmagem das coleções basearam-se nos procedimentos adotados pelo Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros.

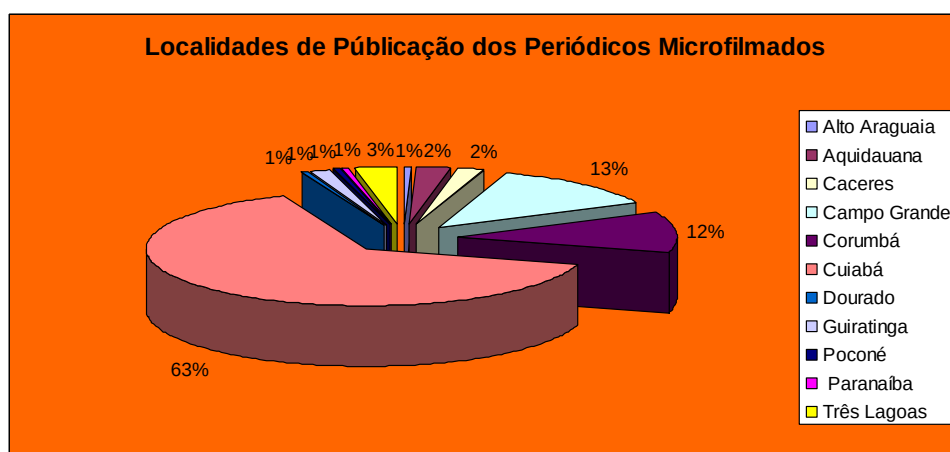
A ABUNDANTE PRODUÇÃO DE PERIÓDICOS EM MATO GROSSO

A riqueza da produção hemerográfica no estado é constatada pela intensidade de periódicos que são publicados em muitas localidades conforme dados extraídos da pesquisa empírica e bibliográfica que revela uma expressiva publicação de jornais, revistas e boletins no estado de Mato Grosso. Alguns não foram localizados, porém parcela significativa dos periódicos foram recuperados e preservados pelo NDIHR por meio da microfilmagem conforme representado no gráfico abaixo.

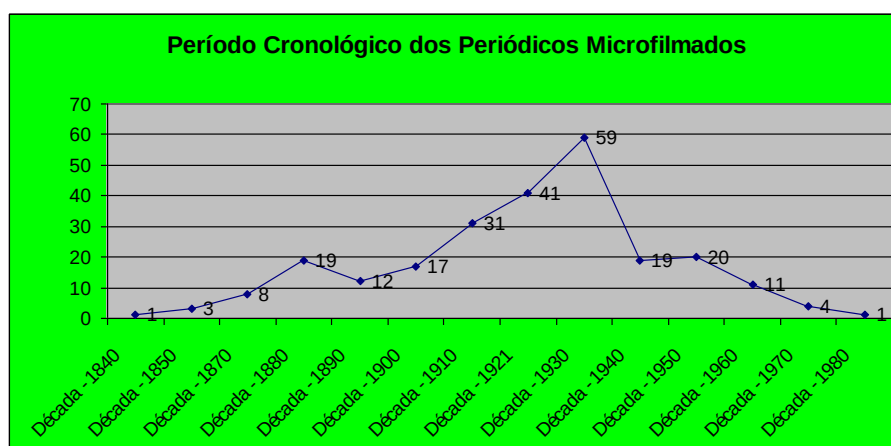
¹² Tese de Ana Maria de Almeida Camargo apresentada na Universidade de São Paulo. USP para obtenção do título de Doutorado. 1975



Dos periódicos recuperados através da microfilmagem a maior parcela é dos jornais e revistas publicados em Cuiabá e Campo Grande, e demais localidades. Todavia é também significativa a publicação de jornais no interior de Mato Grosso.



É possível também observar no referido acervo, que a década de 1930 constituiu-se em um período de maior publicação de periódicos conforme gráfico abaixo.



A abrangência geográfica da publicação dos periódicos microfilmados estende-se aos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (até 1977). Portanto, são periódicos publicados em Cuiabá, Alto Araguaia, Aquidauana, Cáceres, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Guiratinga, Ponta Porã, Poconé, Paranaíba e Três Lagoas.

A EXPANSÃO DO ACERVO DA IMPRENSA PERIÓDICA DO NDIHR

O NDIHR, frente aos arrojados projetos, tanto em nível nacional como o regional, através da sua equipe técnico-científica, prosseguiu com a busca, através da identificação, localização e recuperação dos periódicos para a microfilmagem, visando complementar as coleções existentes no acervo, bem como, a inclusão de novas coleções a partir de 1930 até 1985, e assim respaldar a continuidade deste ousado investimento histórico-cultural brasileiro em Mato Grosso. A estimativa inicial era de aproximadamente 11.00 números de edições, hoje o NDIHR supera esta expectativa com o acervo composto de 33.064 edições.

O resultado parcial deste investimento resultou na constituição do acervo de periódicos em microfilmes, o qual se consolidou com a publicação no ano de 1994 do instrumento de pesquisa *Imprensa Periódica Mato-grossense – 1847-1965*¹³.

Assim, com o prosseguimento da pesquisa, o acervo em microfilme foi ampliado e enriquecido com o acréscimo de mais 45 novos periódicos, 144 rolos de microfilmes, 15.964 edições, elevando a coleção para 170 títulos e 228 rolos de microfilme, que correspondem a, aproximadamente, 33.064 edições e cerca de 183.000 mil fotogramas.

A SOCIALIZAÇÃO DO ACERVO

A representação descritiva da totalidade do acervo é encontrada no *Catalogo de Jornais, Revistas e Boletins de Mato Grosso 1847 – 1985* que possibilita o acesso e divulgação do acervo de periódicos do NDIHR.

Optou-se pela elaboração de um instrumento de pesquisa que destaca os elementos constitutivos da chamada identificação de periódicos, que, segundo Ana Camargo (1975, p.18), é o tipo tradicional e mais comum de catalogação.

Camargo (1975, p.19-20), em sua análise, refere-se ao registro de identidade de um periódico como “[...] o conjunto de características que identificam ou distinguem uma publicação

¹³CALHÃO, Antonio Ernani P; MORGADO, Eliane M.O.; MORAES Sibele. **Imprensa Periódica Mato-Grossense: 1847-1985**. Cuiabá: EdUFMT,2009.

das demais” e acrescenta ainda que, em relação ao título “[...] deve-se atentar para possíveis alterações ou substituições, e frequentes casos de homonímia.”.

A mesma autora adverte quanto ao subtítulo ou indicações que acompanham o título, que “[...] são reveladoras muitas vezes da tendência da publicação ou das modificações dessa tendência ao longo do tempo”, além de outros elementos constitutivos da identidade, tais como: entidade responsável, periodicidade, data em que foi fundada, tiragem e outros. Ocasionalmente, ainda se pode complementar o título, divisas ou lemas que podem subsidiar o entendimento da linha programática do periódico.

Desse modo, no instrumento de pesquisa são destacados os subtítulos dos periódicos e também dados indicativos das mudanças do perfil editorial que vão ocorrendo no decorrer de sua circulação.

Predomina como entrada principal do *Catálogo de Jornais, Revistas e Boletins de Mato Grosso, 1847-1985*, a localidade de publicação em ordem alfabética e os títulos também relacionados em ordem alfabética. Constan cinco formas de recuperação da informação:

- Índice Toponímico;
- Índice de Títulos de Jornais;
- Índice Títulos de Revistas e Boletins;
- Índice Cronológico, organizado por década;
- Índice Remissivo que remete o pesquisador aos subtítulos e aos lemas que sugerem a identificação de elementos indicadores e reveladores da linha editorial da publicação.

Assim, todos os índices têm a função de remeter os pesquisadores ao *corpus* do catálogo, vez que terá uma visão geral qualitativa e quantitativa do acervo.

Contudo, no *Catálogo de Jornais, Revistas e Boletins de Mato Grosso, 1847-1985* consta, ainda, o código de localização que dá acesso aos periódicos em microfilme. Veja o exemplo abaixo:

O ARAGUAIA.

Órgão Quinzenal Noticioso e Defensor dos Interesses dos Garimpeiros. (1927)

Redação: O Matto Grosso

Propriedade e edição: Gazeta do Comércio

Acesso

Pr 122 (1r)*

Total de Edições: 1

Ano 1

1927 Maio

1

A abreviatura **Pr** refere-se ao periódico e o número 122 corresponde ao código de identificação que o periódico recebeu na catalogação após a microfilmagem. Do mesmo modo, o número entre parênteses **(1r)*** indica a quantidade de rolo em que o periódico foi microfilmado. Já o *asterisco* informa que outros periódicos foram microfilmados no mesmo rolo.

Portanto, de posse dos códigos, o pesquisador poderá solicitar o periódico de sua preferência ao técnico da unidade de pesquisa.

Ainda com relação ao acesso, os periódicos estão em suporte de microfilme de 35 mm. A recente aquisição do NDIHR de um equipamento, cuja função é a digitalização e conversão do suporte em microfilme para o formato digital, vão possibilitar a inclusão do acervo de periódicos no universo digital e o acesso mantido através do mesmo instrumento de pesquisa.

Consta também, no catálogo, a Coleção Avulsa da Revista “Brasil – Oeste”, publicada em São Paulo, especializada na difusão de técnicas agropastoris e conhecimentos gerais sobre a região Centro-Oeste do país. Esta revista foi encontrada junto à coleção de periódicos de Mato Grosso e incorporada ao acervo, por se tratar de uma revista que divulga questões relativa a agropecuária Mato-grossense.

Além de contribuir para expandir o universo das fontes, o Catálogo de Jornais, Revistas e Boletins de Mato Grosso 1847 – 1985 trazem também outras informações acerca da trajetória da produção e circulação dos periódicos, que certamente servirão como pistas estimuladoras para a produção do conhecimento.

Assim refere-se Camargo (1975 p.), quanto a importância dos instrumentos de pesquisa no contexto do uso das fontes “comumente, a organização de acervos documentais está associada à idéia de uma massa passiva, morta e inerte de documentos, e nesse particular os instrumentos de pesquisa são os responsáveis para transformar os documentos em informação potencialmente viva”.

Cumprasse assinalar que a utilização da Imprensa Periódica como fonte ou como objeto de estudo, em diversas áreas do conhecimento, vem cada vez mais apontando para a necessidade de se preservar os acervos hemerográficos e da criação de políticas pública de salvaguarda e acesso às coleções bem como incentivar a criação de hemerotecas. Assim como é importante sensibilizar os

atuais órgãos da Imprensa na perspectiva da preservação das publicações periódicas, parte integrante do patrimônio histórico.

O tratamento e manuseio das coleções de periódicos sempre representaram um grande desafio e em geral revelam grande dificuldade quanto à localização e acesso.

É na perspectiva de ultrapassar as barreiras que impedem e provocam desestímulo e restringe o interesse público à pesquisa em documentos históricos de difícil acesso, que o NDIHR coloca à disposição o potencial do acervo de periódicos aos pesquisadores que buscam utilizar os jornais, revistas e boletins como fonte ou como objeto de estudos.

REFERÊNCIAS

AYALA, S.Cardoso; SIMOM, F. **Ábum Gráfico do estado de Mato Grosso**. 1914.

BORGES, Luis Carlos de Oliveira. **Memória e Mito do Cinema em Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2008.

CALHÃO, Antonio Ernani P; MORGADO, Eliane M.O; MORAES Sibele. **Imprensa Periódica Mato-Grossense: 1847-1985**. Cuiabá: EdUFMT,2009.

CAMARGO, Ana Almeida. **A Imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho**: Catálogo da Hemeroteca Julio de Mesquita. 1975. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto EDUSP,1988.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

DOURADO, Souza Nileide . **Entre Caminhos e Memórias: narrativa do cotidiano de itinerantes rumo a Poxoréu-MT: primeira metade do século XX**. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT,2007.

ESCOLA DOS ANNALES. In: Wikipedia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipedia Foundation, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_dos_Anales Acesso em: 10 fev. 2011.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 2a. ed. Tradução de Leonardo Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1985.

GUIMARÃES, Neto Regina Beatriz, **Cidades da Mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX**. Cuiabá: Carlini & Cariato; EdUFMT, 2006.

JUCA, Pedro Rocha. **Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história**. Cuiabá: Aroe, 2009.

LE GOFF, Jacques. **Memória-História**. In Enciclopédia Einaudi. V.1. Verbetes “História”, “Memória”, “Documento/Monumento”. Lisboa:

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

MENDONÇA, Rubens. **História do Jornalismo em Mato Grosso**. Cuiabá: Oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1963.

MENDONÇA, Estevão. **Datas MatoGrossenses**. 2ª. Ed. 2 vols: Cuiabá: Editora Rio Bonito, 1973.

MADUREIRA Siqueira Elizabeth. **Luzes e Sombras: modernidade e educação em Mato Grosso (1870-1889)**. Tese (Doutorado História da Educação) PIPGE-UFMT Cuiabá, 1999.

MORAES, Sibebe de. **O Episcopado de D.Carlos Luiz D' Amour em Cuiabá. 1878-1921**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

MOREL, M.; BARROS, M. M. de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

OLIVEIRA, Souza Leia. **Tempo de Esperança: A imagem do Estado Novo na Imprensa Matogrossense**. 1995. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PORTO EDITORA. **Escola dos Annales na Infopédia** [em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$escola-dos-annales](https://www.infopedia.pt/$escola-dos-annales) Acesso em 10 fev. 2011.

NADAF, Yasmim Jamil, **Sob o signo de uma flor**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.

SILVA Paulo Pitaluga Costa. **Miscelânea Cuyabanense: o primeiro jornal de Mato Grosso**. Cuiabá: Buriti, 2000.

SHOW DO MEDO:

A BUSCA PELA AUDIÊNCIA A PARTIR DO ESPETÁCULO TRAVESTIDO DE NOTÍCIA

**Michel da Silva Coelho Lacombe**

Doutorando em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, na Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT
 Servidor técnico administrativo jornalista na Universidade Federal de Mato Grosso -UFMT
 michel.lacombe@ufmt.br

RESUMO

O artigo busca refletir sobre a motivação pelas quais os veículos de comunicação se utilizam de uma cultura de espetáculo, associada a uma de medo, na seleção e produção de notícias, valendo-se do pressuposto de seu dever de informar como uma máscara para conquistar a audiência. Tal fenômeno pode ser verificado nos veículos de comunicação de abrangência nacional, que, em uma visão teoricamente reducionista, alteram sua linha editorial para se ‘adaptar’ ao público, seja para ampliar sua participação no mercado publicitário. As narrativas contemporâneas e suas reverberações permitem verificar como essa realidade se materializa e como as explorações de determinados olhares são pautados exclusivamente pela busca de uma audiência quantitativa de modo a transformar o espetáculo em gatekeeper e, conseqüentemente, alterando o valor da notícia, que é, em seu sentido mais amplo e objetivo, de informar e promover a reflexão social.

Palavras-chave: Jornalismo. Comunicação. Mídia.

ABSTRACT

The article seeks to reflect on the motivation by which media outlets use a culture of spectacle, associated with a culture of fear, in the selection and production of news, using the assumption of their duty to inform as a mask to gain publicity. This phenomenon can be seen in nationwide media outlets, which, in a theoretically reductionist view, change their editorial line to ‘adapt’ to the public, or to expand their participation in the advertising market. Contemporary narratives and their reverberations allow us to verify how this reality materializes and how the explorations of certain perspectives are guided exclusively by the search for a quantitative audience in order to transform the spectacle into a gatekeeper and, consequently, changing the value of the news, which is, in its broadest and most objective sense, to inform and promote social reflection.

Keywords: Journalism. Communication. Media.

INTRODUÇÃO

Jornalismo, ou sua *práxis* contínua, busca, em sentido estreito, levar ao grande público, em formato de notícia, os acontecimentos da realidade, garantindo, como atribui o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o dever de “divulgar todos os fatos que sejam de interesse público” (FENAJ).

Já Rossi (1994, p. 8) assim o define:

Jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pelas conquistas das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de

aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens.

No entanto, apesar do conceito, há formas distintas de manifestação. O Grupo Globo, por exemplo, definiu em 6 de agosto de 2011 em seus princípios editoriais que jornalismo “é o conjunto de atividades que [...] produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas [...] com um grau aceitável de fidedignidade e correção [...] uma forma de apreensão da realidade.” (Organizações Globo, 2011).

Por sua vez, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), órgão estatal, define jornalismo como “espaço público por onde são transferidas informações relevantes, com potencial para alterar a realidade [...] mediadas por um processo ético, rigoroso, criterioso, isento, imparcial, sem preconceito e independente.” (EBC, 2013).

Seja “apreensão da realidade” ou espaço “com potencial de alterar a realidade”, o jornalismo, por definição e concepção, está voltado ao interesse público em seu sentido mais amplo, seja para a correção de rumos, seja para a recuperação da verdade. Exemplos existem aos montes e nas mais diversas plataformas. Uma delas é o filme “Todos os homens do presidente”, lançado em 1976. Na narrativa, baseada em fatos, dois jornalistas começam a investigar e chegam a um caso sem precedentes na história política norte-americana, que resultou na renúncia do presidente Richard Nixon.

Malavazi (2004, p. 28-29) aponta a sutil diferença entre o interesse público e o interesse do público:

Para melhor entendimento do caráter desse gênero de comunicação, é preciso estabelecer distinção entre os conceitos de interesse público e interesse do público. O interesse público encontra-se no domínio das questões permanentes do País, da sociedade brasileira, da cidadania.

O interesse do público relaciona-se, muitas vezes, a aspectos conjunturais dos vários setores de atividade, ao cotidiano, a assuntos passageiros que, por alguma razão, despertam as atenções e, não raro, paixões. Por exemplo, somente à luz das demandas populares por esse tipo de espetáculo se explica a existência de programas na TV comercial com baixo nível moral e estético. Nesse caso, o interesse público é absolutamente afrontado pelo interesse do público, já que o gosto pela exibição de aberrações conduz à deterioração dos valores morais e culturais que são a argamassa de coesão de qualquer grupo social.

No entanto, na era da internet e das redes sociais, algumas configurações foram alteradas. Se antes os veículos bastavam-se por si só, valendo-se das publicidades alcançadas pela qualidade do produto editado e vendido, hoje, por um mercado mais livre e com múltiplas possibilidades, houve uma redução das estruturas e dos orçamentos. Prova disso é a constante readequação que a Rede Globo faz no seu quadro de colaboradores. Jornalistas renomados foram demitidos; artistas que

possuíam exclusividade hoje são contratados por obra. Em maior ou menor grau, ele é vivido por outras empresas de comunicação, independentemente do tamanho.

O que permanece imutável, contudo, é a massificação da mídia. E isso pode, em muitos casos, significar outra coisa. O interesse do público passa a ser o interesse de público, sendo este segundo, o mais diverso possível.

Se os veículos de comunicação existiram para informar, entreter, dentre outros pontos, não é possível esquecer que também servem aos seus donos. Instrumentos de coação e coerção, os veículos fizeram com que adágios populares como “o jornalismo é a segunda mais antiga profissão do mundo”; e “o jornalismo é o quarto poder” soassem como verdades universais. Contudo, e mais uma vez, a era da internet e das redes sociais, alteraram essas configurações.

Neuveu (2010, p. 35-36) traz um panorama revelador:

Para evitar qualquer ambiguidade, tem que ficar claro que gerenciar redes ou produzir jornais nunca foi uma atividade filantrópica, e que as empresas de mídia e de imprensa, como qualquer outro tipo de negócio, têm que ganhar dinheiro. Tentar fazer lucro fabricando notícias não é nada de novo, nem algo moral ou politicamente chocante, mas pelo menos duas tendências maiores enfatizam estas mudanças. Muitos estudos, especialmente aqueles relacionados com os grupos da mídia nos EUA, vêm mostrando que um processo de concentração capitalista tem focalizado as empresas de imprensa. Enquanto que 80% dos títulos da imprensa nos EUA pertenciam a empresas familiares em 1950, 80% dos títulos e das redes são agora de propriedade de grupos enormes de mídia. A mesma tendência existe na França (Lagardère, Bolloré, EMAP) e no Brasil (Globo). As consequências destas mudanças são impressionantes. Muitos grupos esperam taxas de lucros de dois algarismos da mídia e da imprensa, e as conseguiram entre 1990 e 2010, com a margem de lucros chegando até mesmo aos 35% em algumas áreas da imprensa regional no Reino Unido (Engel, 2009). As estruturas organizacionais da elaboração das notícias mudaram, enfraquecendo a fronteira simbólica entre a Igreja e o Estado, a sala de redação, e os serviços comerciais e gerenciais. Os gerentes conquistaram poder sobre os redatores (Underwood, 1993). Vindo mais e mais frequentemente dos cursos de MBA ou de ramos de negócios sem qualquer relação com o mundo da elaboração das notícias, eles enxergam este último como um negócio. Definem o conteúdo editorial que maximizar a audiência e os lucros, e olham a atividade da sala de redação como custos a serem reduzidos e bombas de caixa com lugar para melhorias. Inimagináveis no passado, as reuniões de anunciantes com gerentes e jornalistas estão se tornando mais comuns. (Neveu, 2010, p. 35-36).

Como aponta Squarisi e Salvador (2004, p. 55) “a seleção e publicação das matérias, seguem os critérios definidos pelos mandachuvas.” Lacombe (2023, p. 35-36) explica que:

Por mandachuvas pode-se entender uma grande composição de pessoas que determinam o conteúdo que vai do proprietário da revista, passando por *publishers* e chegando, por fim, aos editores. Isso significa que por maior que seja o trabalho realizado, só é colocado ao público o material que por eles é considerado relevante ou – como é tão comum em empresas de comunicação de quaisquer mundos – que se direcionam aos seus interesses particulares ou econômicos. Objetivamente: quase nada é publicado por acaso. Desde um pequeno calhau, passando pelas matérias

principais, tudo está em consonância com o perfil ideológico dos responsáveis pela publicação, sejam eles os proprietários ou os editores, responsáveis pela manutenção desse eixo. Para (tentar) entender como é feito esse percurso, seria necessária uma pesquisa de cunho psicológico para apontar as incidências das determinantes do pensamento para se chegar a um denominador comum na seleção do conteúdo que vai ser explorado pela mídia.

Informação é poder e ela está na mão de todos. E sem o recurso financeiro de outrora, os veículos devem passar por algumas mudanças, abrindo mão, muitas vezes, da qualidade, para produzir algo efêmero e mutável. E o objetivo, ainda, é um só: alcançar o maior número de pessoas, de modo a conseguir, por meio de grandes audiências, competir com outros veículos e conseguir orçamento para reinvestimentos e, obviamente, lucro.

Como observa Lacombe (2023, p. 15):

Não se pode imaginar um veículo de alcance tão ilimitado fora da alçada maior causada pelo domínio de, em um primeiro momento, monarquias absolutas e, posteriormente, ditaduras e democracias que servem de disfarce para os regimes totalitaristas. A imprensa também serviu de alimento para formas de combate aos modelos de governo impostos, mas, esses, quando não alcançavam êxito, eram exterminados pelos líderes, seja em seu planejamento ou nos primeiros números. Nesse aspecto, do século XVIII ao XXI pouca coisa mudou. A imprensa, ressalte-se, livre (há quem concorde ou não com essa afirmação), continua sob o jugo do poder. As alterações estão ligadas às novas formas de obtenção de notícia. Televisão, rádio e, ultimamente, a internet, são ferramentas de produção e disseminação de informação. Entretanto, novas perspectivas foram criadas dentro de uma vertente comum que, de imprensa, passou-se a se chamar jornalismo. Há uma diferença fundamental entre os dois: enquanto a primeira remete ao processo técnico da produção e editoração de notícias, o outro é motivo de debate para se consolidar como ciência (ainda que aplicada), já que é baseado em processos cognitivos, mediados por uma técnica de apuração e escrita.

Neste contexto, considerar o que é notícia ou não chega a ser um exercício. O critério de relevância, em muitos casos, perde a importância e o que mais chama atenção é o espetáculo. O fato em si, quase sempre, nunca importa. Mas é no clique rápido e no número de interação e compartilhamento que os editores e empresas apostam cada vez mais - e conseguem algum retorno.

Vizeu (2014) aponta:

Sigal (1986, p. 9-37), num estudo sobre quem faz a notícia, afirma que saber o modo como as notícias são produzidas é a chave para compreender o que significam. Traquina (1988, p.38) defende que as notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento e os constrangimentos organizacionais que condicionam o processo de produção de notícias. (Vizeu, 2014, p. 52).

Já para Malavazi (2004, p. 59), a notícia:

Pode ser definida como o registro, em linguagem jornalística, de fato de interesse público. Trata-se de informação objetiva, sem comentários nem interpretações. O critério de aferição da importância da notícia é sua conexão com o interesse público: será tão relevante quanto maior for o número de cidadãos afetados por ela nos aspectos econômico, social, político, cultural.

As duas expressões apontam um caminho dúbio para o que é, afinal de contas, a notícia. Construída a partir de critérios técnicos e subjetivos, que contam, muitas vezes, com um usuário idealizado e imaginado pelo editor, abre um campo para um sem-fim de combinações que interferem no peso da mesma, na importância e como ela repercute entre a audiência. Isso permite que as distorções, para angariar maior repercussão e público, sejam ferramentas corriqueiras e, conseqüentemente, passem despercebidas pelo grande público. Assim, mais do que uma notícia nova ou velha, ela se torna recorrente e ganha ecos, construindo memórias no inconsciente coletivo.

UMA HISTÓRIA DE ANTIGAMENTE

Quem é contemporâneo dos anos 1980 e 1990, ao rememorar jornais impressos, radiofônicos e televisivos da época, possui algumas imagens e clichês cristalizados: Luiz Carlos Alborghetti, com um cacete em mãos, vociferando contra os bandidos; “Espreme que sai sangue”, chavão do extinto “Notícias Populares”; a narração compassada, detalhista e dramática de Gil Gomes, tanto na televisão quanto no rádio. Reminiscências de uma cultura pop que ainda encontram ecos na contemporaneidade: José Luiz Datena, com seu “Brasil Urgente”, o falecido Marcelo Rezende, substituído por Luiz Bacci, no Cidade Alerta; o jornal “Meia Hora”, do Rio de Janeiro, com manchetes ambíguas e dramas explícitos.

No entanto, apesar dos exemplos citados acima, a cultura de violência transpassou os programas e veículos específicos, ocupando espaços cujas linhas editoriais, anteriormente, não contemplavam o jornalismo policial - sobretudo com o viés do espetáculo. Deste modo, é mais possível verificar notícias com tons sensacionalistas e de espetáculo em outros programas jornalísticos, com perspectivas mais informativas e menos de espetáculo.

Do pressuposto construído a partir da constatação de que as notícias são fatos de espetáculo e não necessariamente uma informação relevante, nasce, uma nuance: de interesse público, o que temos, de fato, é um interesse de público, ou seja, aferições estatísticas as quais mostram que determinado veículo é mais acessado/visto que o concorrente, garantindo retorno ao anunciante. Como situa Noblat (2004, p. 20), “*o que interessa ao público nem sempre é de interesse público. [...] Estimular os baixos instintos do ser humano, por exemplo, interessa a uma expressiva fatia do público. Aumenta as vendas de um jornal. E amplia a audiência de uma emissora de televisão*”.

Nesta guerra fratricida entre os veículos de comunicação surgem as distorções entre o dever de (bem) informar e a briga pela audiência, que pode ser verificada na transposição da massificação de notícias policiais que eram publicadas em veículos específicos aos atuais produtos que não são inseridos neste contexto.

Debord (1997, p. 23) aponta que “o espetáculo [...] é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um suplemento ao mundo real, a sua decoração readicionada. É o coração da irrealidade da sociedade real”. E se “a alienação do espectador em proveito do objeto contemplado (que é o resultado da sua própria atividade inconsciente)” (DEBORD, 1997, p. 28), a questão da informação como mercadoria, uma vez que “o espetáculo é o dinheiro que se olha somente, pois nele é já a totalidade do uso que se trocou com a totalidade da representação abstrata. O espetáculo não é somente o servidor do pseudo-uso. É já, em si próprio, o pseudo-uso da vida.” (Debord, 1997, p. 33).

A observação da atual *práxis* jornalística permite considerar que o jornalismo, tal como praticado, não é mais regido pelos preceitos delineados pelos estudos dos teóricos da comunicação, mas, sobretudo, pelo que é estabelecido pelas normas de mercado. Em outras palavras, temos, hoje, o jornalismo (muito) mais como uma mercadoria para ser consumida vorazmente por uma massa que como ponto de convergência e mediação crítica dos fatos apresentados, sendo este um provável efeito da indústria cultural, uma vez que “a cultura é uma mercadoria paradoxal. É de tal modo sujeita à lei da troca que não é nem mesmo trocável; resolve-se tão cegamente no uso que não é mais possível utilizá-la.” (Adorno, 2009, p. 39).

Ainda segundo Adorno (2009), “quanto mais sólidas se tornam as posições da indústria cultural, tanto mais brutalmente esta pode agir sobre as necessidades dos consumidores, produzi-las, guiá-las e discipliná-las, retirar-lhes até o divertimento.” (p. 25).

Outra linha norteadora desta relação jornalismo/mercadoria/espetáculo em prol de uma relação social/econômica é exposta em Lipovetsky e Seroy (2008) que aponta o triunfo de uma cultura globalista, ou também, um mundo hipermoderno “não é outro senão uma sociedade universal de consumidores.” (2008, p. 32). Segundo os autores, “o mundo hipermoderno, tal como se apresenta hoje, organiza-se em torno de quatro polos estruturantes que desenham a fisionomia dos novos tempos.” (p. 32).

Por sua vez, Martín-Barbero (1997), citando Spengler, aponta que a morte da cultura ocidental, possui duas manifestações mais evidentes: a democracia “porque em sua forma moderna acaba com a verdadeira liberdade” (p. 56) e a técnica “enquanto ela realiza a dissolução da ciência e sua fragmentação, atomização em ciências.” (p. 56).

A título de exemplificação, o autor cita o jornal, que, em nosso contexto, pode ser utilizado em sites de notícia, pois “com a uniformização que impõe, acabando com a riqueza e variedade de ideias

[...]. O jornal pode assim ser ao mesmo tempo o maior expoente da civilização moderna e a expressão mais acabada da morte da cultura” (p. 56).

REFLEXOS E REFLEXÕES

É relevante observar qual é a busca da notícia enquanto produto ao grande público: se é um interesse público, um dos pilares que constituem a prática jornalística, que é mostrar ao maior número de pessoas tudo aquilo que lhes interessa saber para que, conseqüentemente, seja desenvolvido um pensamento crítico sobre os fatos cotidianos; ou se é um interesse de público, voltado único e exclusivamente pelos números de audiência, cliques em hiperlinks ou *views* em vídeos; ou, mais ainda, uma área em comum que una perspectivas tão próximas, porém tão distantes.

Neste sentido, não é fora de contexto afirmar que o jornalismo não é mais regido, na parte conceitual, por preceitos de estudos de comunicação, mas pelas normas de mercado. Temos, hoje, a comunicação mais como mercadoria para ser consumida por uma massa que como ponto de convergência e mediação crítica dos fatos.

No entanto, por se valer dos aspectos técnicos na formatação da notícia - como um lead, por exemplo – o tema ganha valor de notícia e reverbera como tal. Lage (2004) explica que o desenvolvimento de técnicas jornalísticas teve início nos Estados Unidos, quando Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst valiam-se de meios pouco republicanos obscuros para obter a melhor notícia e, para impor limite, ambos optaram pela instituição de cursos de formação profissional em âmbito universitário, que definissem os pontos a serem verificados e destruíssem a linguagem retórica.

A partir deste, digamos, verniz, as notícias ganham formato e perdem em profundidade. Segundo Romancini e Lago (2007. p. 12), “o jornalismo é uma prática social que não se resume às suas tecnologias e técnicas de produção”. Contudo é exatamente isso que os portais e canais de notícia não abordam: usam um critério técnico para formar a notícia, esquecendo o peso e a importância da mesma para a sociedade.

Como lembrado por Neveu, citando pesquisadores que se apoiaram em Foucault, o jornalismo é também uma ordem de discurso. Para o autor:

O jornalismo é uma maneira altamente codificada de escrever e falar, com gabaritos e gêneros de trabalhos, a organização retórica (a importância do primeiro parágrafo da matéria, a regra das cinco perguntas-chave). Estas regras da escrita/fala jornalística também organizam o jornalismo como uma linguagem específica, diferente da linguagem e retórica da política, propaganda ou literatura. Este discurso jornalístico pode ser bem diferente em Brasília, Roma e Boston; será identificado como jornalístico em todos estes lugares.

O jornalismo é também uma prática de colher, selecionar e processar fatos que transformaria os fatos em notícias. Uma variedade enorme de práticas pode ser associada a esta definição. Entretanto, é razoável argumentar que todas elas compartilham a reivindicação de que o jornalismo não é (ou não deveria ser) o eco dócil de mensagens e informações produzidas por fontes (empresas, soberanos, administrações). A distinção clássica teorizada por Tunstall (1971) entre “colhedores” e “processadores” frisa a existência destes dos polos da prática jornalística: colecionando, processando e classificando fatos para produzir matérias e relatórios. (Neveu, 2010, p. 32-33).

Para além do técnico, há também outros fatores que se materializam e são preponderantes no processo da formação da notícia, sobretudo com tons de espetáculo. As implicações, como a escolha do tema e do tom com o qual o mesmo será tratado é pautado de forma intuitiva para tentar chamar a atenção pelo conteúdo mais forte, uma vez que não se tem precisão do que é mais interessante à audiência, que, ainda que homogênea, possuirá heterogeneidade.

A relevância do conteúdo é estabelecida por princípios - ainda que seja um somatório infinito de probabilidades e encadeamentos. Warren (1979) *apud* Chaparro (2007), assim lista: atualidade, proximidade, proeminência, curiosidade, conflito, suspense, emoção e consequências. Esse processo é baseado em um leitor imaginário, que define o que é importante e merece destaque, e que, nos critérios atuais, quer ler uma notícia de forma rápida e sem profundidade. Neste sentido, então, torna-se mais importante criar o impacto inicial para chamar a atenção da audiência do que necessariamente informar.

Antigamente eram as capas de revistas que chamavam a atenção nas bancas de revistas. O jornal do dia tinha que ter a melhor manchete. Esses critérios ainda são obedecidos, uma vez que o clique é o que chama a atenção neste período no qual as notícias são perenes. A título de ilustração, vale a pena observar como eram os critérios para a produção da capa das revistas *Time* e *People*:

Para a primeira:
 Fotografia vende mais do que ilustração.
 Cartoons não vendem.
 Mulher vende mais do que homem.
 Cocaína vende mais do que Coca-Cola.
 Coisas que causam dor – nevrálgia – vendem mais do que coisas que angustiam – falta de dinheiro.
 Políticos vendem mal.
 Economia vende pior ainda.
 Cidades vendem mal.
 Cidades pequenas vendem pior ainda.
 Esporte não vende.
 Papas mortos vendem mais do que papas vivos, que vendem melhor do que papas feridos.
 Na dúvida, ponha Madonna na capa.
 Já a segunda:
 Jovem vende mais do que velho.
 Bonito vende mais do que feio.
 Rico vende mais do que pobre.

Artistas de TV vendem mais do que músicos.
 Músicos vendem mais do que atores de cinema.
 Cinema vende mais do que esporte.
 Qualquer coisa vende mais do que política.
 Nada vende mais do que uma celebridade que morreu.
 (Lacombe, 2023, p. 40-41).

Com o avanço das redes sociais e da internet, outro problema vem à tona. Como já dito anteriormente neste trabalho informação é poder e ela está nas mãos de todos. O que, de certo modo, contribui para a percepção de que o jornalismo, tal como sempre foi feito, com seus avanços e prejuízos, esteja em extinção. O debate, aliás, não é recente, mas traz reflexões pertinentes. Conforme Neveu (2010, pp 30-31) aponta:

A partir desta definição, outra parte deste artigo vai sugerir como várias tendências contemporâneas estão desafiando e redefinindo a prática jornalística. Três destas principais mudanças devem ser mencionadas, as quais pertencem a épocas diferentes. A primeira e mais antiga é a capacidade crescente das fontes para combinar a pressão direta em cima dos jornalistas com o poder mais indireto de suprimentos já prontos de notícias, que não precisam mais do que uma operação de cortar e colar para encher as páginas e o tempo nos ares da imprensa e da mídia. Uma segunda tendência estrutural está ligada à reorganização do capitalismo e da gestão corporativa no fim dos anos 1945-75, quando floresceram (o que os franceses chamam de “Trente Glorieuses”). A propriedade dos grupos de mídia e imprensa durante este período pertencendo a pequenos grupos familiares passou para megacorporações, assim aumentando a pressão para conseguir a rentabilidade, e desta maneira redefinindo as condições práticas de trabalho dos jornalistas. A última tendência é a mais recente e provém das mudanças no suprimento das informações, na velocidade da cobertura, e nos moldes produzidos pelo sucesso da Internet e dos seus sites. Entretanto, a Internet tem produzido uma reação em cadeia através do processo chamado convergência, fundindo e combinando a televisão, o rádio e a imprensa com os sites de notícias on-line.

A última parte desta contribuição vai considerar como o jornalismo e a sua identidade profissional ficam ameaçados e redefinidos. O objetivo não é prever um futuro sujeito às variações constantes - mesmo se sugerir que o desaparecimento de muitos jornais diários ou o seu novo posicionamento como mídia-nicho para leitores limitados e muitas vezes privilegiados possa parecer mais como o realismo frio do que a ficção científica. Se a tentativa de mapear a estrutura e a hierarquia futuras da mídia e dos usos da mídia ficar mais próxima à adivinhação feita com folhas de chá do que às ciências sociais, eu gostaria de defender a possibilidade de identificar alguns caminhos e algumas estratégias para evitar o pior, para salvaguardar - sem mistificá-la - a definição do jornalista como alguém que coleciona fatos que não estão numa tela no seu escritório, como alguém que fala para as audiências que não sejam apenas consumidores, mas também cidadãos, como alguém que mantém autonomia suficiente para praticar as aptidões de um verificador crítico das notícias, e não a tarefa ambígua de lavar e passar como “notícias” as mensagens e os discursos das autoridades e das instituições poderosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As notícias construídas a partir dos critérios jornalísticos estabelecidos pelos estudos da Comunicação são transformadas em um conteúdo de espetáculo e ultrapassam os limites do interesse público para se tornarem narrativas, além de superficiais, material de consumo rápido para uma massa. E o impacto, neste prisma, é evidente: o espetáculo, enquanto notícia jornalística, tem o estrito sentido de garantir uma audiência quantitativa a partir da cultura do espetáculo.

É possível comprovar a tese estabelecida de que o espetáculo - do medo - traz retorno de audiência e, conseqüentemente, pode possibilitar um retorno ao investimento feito pelo anunciante. Deste modo, os aspectos culturais e narrativos que perpassam a atual formação da sociedade conduzem à tragédia como fator midiático e, conseqüentemente, produto de consumo.

Conforme apontado por Pena (2013, p. 33):

As histórias dos veículos de comunicação nunca são isoladas ou autoexplicativas. Não há um herói ou santo altruísta alvejado pelo idealismo de aproximar os indivíduos ou melhorar o mundo por meio de uma invenção. O desenvolvimento dos canais de informação está sempre atrelado a interesses econômicos ou políticos. Na maioria das vezes, os dois juntos. Como quase tudo na sociedade ocidental.

Neveu (2010, pp.39-40), traz outro aspecto sob outro prisma:

Contudo, o efeito mais importante do suprimento crescente de notícias on-line é o de produzir um conjunto de sites e conteúdos que deixa nebulosas as fronteiras entre amador/profissional e notícias originais/recicladas, questionando a distinção entre o jornalismo, os comentários e as relações públicas (Ruellan e Thierry, 1998). A rede é também um enorme mosaico de sites administrados por empresas, ONGs e torcedores apaixonados, profetas ou lobbies escondidos em busca de audiências. Muitos destes sites são fáceis de usar, emocionantes, e também oferecem quantidades generosas de notícias. A explosão do suprimento de notícias também vem dos blogs. A maioria destes tem apenas parentes e amigos como audiência, e a enorme maioria não afirmam que ofereçam furos ou mesmo comentários sobre questões sociais. Mas entre os milhões de blogs, mesmo se uma pequena porcentagem produzir diversos tipos de para- ou metajornalismo, isto significa uma galáxia de suprimento de notícias. Poucos entre eles têm acesso à fama e aos fluxos de tráfego significativos (Huffington Post ou GregPalast nos EUA, Koztounjours ou Journal d'un Avocat na França). O novo mapa indecifrável do suprimento de notícias também resulta da oportunidade de postar e baixar vídeos, às vezes filmados de um telefone celular, em sites como YouTube. Resulta da conexão crescente entre as redes sociais (Twitter, Facebook) e a circulação e produção de notícias, ou a invenção de mídia alternativa, tais como o Coreano OhmyNews (Kim & Hamilton, 2008), onde cidadãos comuns trabalham com jornalistas profissionais. Para os usuários da rede, o resultado é um suprimento quase infinito de sites gratuitos de notícias, com esquemas de escrita codificada e moldes narrativos parecidos com os da imprensa e da mídia "oficial". Neste novo "mar de narradores", nem sempre é fácil conseguir a resposta para perguntas muito simples tais como Quem fala (uma mídia, uma empresa, um lobby?), Quem escreve (um jornalista, um relações públicas ou um torcedor ou um ativista?) e Para que (informar, pleitear, criticar?)? Pode se

interpretar estas mudanças que estamos presenciando como o triunfo do jornalismo? O uso da ordem jornalística de discurso, seu molde e suas aptidões é definitivamente a condição para falar na nova esfera pública. Todos os jornalistas: eis o triunfo da profissão! Tal interpretação não combina com muitos fatos. Muitos dos princípios básicos e regulamentos da profissão estão esquecidos. A simples regra de verificar os fatos não é mais central; o funcionamento básico de muitos sites se baseia em recortar e colar notícias produzidas por outros; o sequestro do trabalho dos verdadeiros jornalistas, ou lavando e passando como “notícias” o comunicado de fontes institucionais ou interesses organizados são alguns dos exemplos. Em suma, o efeito da Internet pode ser resumido em um paradoxo. Nunca na história tantos dados têm sido disponíveis às audiências de massa. Nunca a produção de notícias responsáveis e analíticas - o jornalismo - tem sido tão enfraquecida pelo desmoronamento dos seus recursos de financiamento. (Neveu, 2010, p. 39-40).

Assim, os aspectos culturais que perpassam a atual formação da sociedade e conduzem à tragédia como fator midiático e, conseqüentemente, produto de consumo são reproduzidos aos montes e aos tantos em quaisquer veículos refletindo não apenas uma lógica nos veículos de comunicação, mas também como a sociedade, dentro da perspectiva de uma busca quantitativa de audiência, cultiva o interesse por conteúdos que exploram o espetáculo, propagam o medo e banalizam não somente o senso crítico dos cidadãos, mas, sobretudo, a hediondez da existência humana.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- ANGRIMANI SOBRINHO, D. **Espreme que sai sangue**. Um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995 (Coleção Novas Buscas em Comunicação, v. 47).
- ARBEX JR., J. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. 2. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- BAUDRILLARD, J. **A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos**. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. **A sociedade do consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.
- _____. **A violência do mundo**. Rio de Janeiro: Anima, 1994.
- CHAPARRO, M. C. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria de ação jornalística**. São Paulo: Summus, 2007.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Somente a verdade: Manual de Jornalismo da EBC**. Disponível em http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf. Acesso em: 8 jul. 2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros-19852007/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

LACOMBE, M. S. C. **A veiculação da ciência nas capas de revistas: o caso da revista Galileu**. São Paulo: Paruna, 2023. Disponível em <https://paruna.com.br/wp-content/uploads/2023/01/e-book-michel-lacombe.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A cultura-mundo: Resposta a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MALAVAZI, A. **Manual de Redação** – Secom. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia: o jornalismo como produção social da segunda natureza**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MORAES, D. **Mídia e pânico: saturação da informação, violência e crise cultural na mídia**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2008.

MORIN, E. **Cultura de massa no século XX: neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

NEVEU, E. **As notícias sem jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror?** Brazilian Journalism Research, v. 6, n. 1, 2010.

NOBLAT, R. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2004.

ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Princípios editoriais das Organizações Globo**. Disponível em <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2023.

ROMANCINI, R.; LAGO, C. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SQUARISI, D.; SALVADOR A. **A arte de escrever bem**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VIZEU, A. **Decidindo o que é notícia**. Os bastidores do telejornalismo. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO OFICIAL E O DISCURSO DE AUTORIDADE SOBRE
O RECNEI (1998-2000)**Ana Keli Moletta**Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR
anakelimoletta@yahoo.com.br**RESUMO**

Este estudo investiga o discurso oficial relacionado à política de Educação Infantil no Brasil, no período de 1998 a 2000, focando no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Utilizando a metodologia de análise documental, buscou-se entender como a equipe encarregada do RCNEI procurava obter legitimidade. A pesquisa concentrou-se em diferentes canais oficiais de comunicação do Ministério da Educação (MEC), incluindo a “Revista Criança”, a “TV Escola” e a “TV Educativa”. O arcabouço teórico foi orientado pelos conceitos de campo e linguagem de autoridade de Pierre Bourdieu. O estudo conclui que o discurso de autoridade adotado pelo MEC atuou como uma estratégia significativa para conferir credibilidade e legitimidade às políticas voltadas para a Educação Infantil no Brasil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Discurso oficial. MEC-RCNEI.

ABSTRACT

This study investigates the official discourse related to Early Childhood Education policy in Brazil, in the period from 1998 to 2000, focusing on the National Curriculum Reference for Early Childhood Education (RCNEI). Using document analysis methodology, the study aimed to understand how the team responsible for the RCNEI sought to gain legitimacy. The research focused on various official communication channels of the Ministry of Education (MEC), including “Revista Criança”, “TV Escola”, and “TV Educativa”. The theoretical framework was guided by Pierre Bourdieu's concepts of field and authority language. The study concludes that the authority discourse adopted by the MEC served as a significant strategy to confer credibility and legitimacy to policies aimed at Early Childhood Education in Brazil.

Keywords: Early Childhood Education. Official Discourse. MEC-RCNEI.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é uma etapa crucial no desenvolvimento integral da criança, uma vez que estabelece as bases para aprendizados futuros e a formação cidadã. Nesse contexto, documentos oficiais como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)¹, desempenham um papel significativo ao definir diretrizes e objetivos que orientam a prática pedagógica em instituições voltadas para essa faixa etária.

¹ Doravante também será denominado RCNEI.

O intervalo compreendido entre 1998 e 2000 se destaca como um marco importante na evolução da Educação Infantil (EI)² no Brasil, marcando a introdução do RCNEI e suas primeiras implementações. Liderada pelo Ministério da Educação (MEC)³, essa iniciativa forneceu diretrizes educacionais abrangentes, que incluíram áreas como linguagem, matemática, ciências sociais e naturais, artes e movimento.

A complexidade e importância dessa política foram devidamente reconhecidas por pesquisadores do campo da Educação Infantil, uma vez que o impacto do RCNEI vai além da elaboração de um currículo; ele também influencia as identidades culturais, sociais e educacionais das crianças e, por extensão, da sociedade.

Partindo do exposto, o objetivo desta pesquisa é examinar os discursos oficiais divulgados pelo MEC no período de 1998 a 2000, nos seguintes veículos de comunicação: “Revista Criança”, “TV Escola” e “TV Educativa”. A pesquisa vai além de analisar o conteúdo explícito dos discursos, busca-se também revelar as implicações subentendidas, as estratégias e os contextos que os influenciaram.

“REVISTA CRIANÇA”: ESTRATÉGIA IMPRESSA DE DIVULGAÇÃO DO RCNEI

Publicada no Brasil entre 1982 e 2008, a “Revista Criança” (RC) adquiriu relevância considerável no campo educacional. O seu caráter pioneiro, sendo a primeira revista do país a se dedicar exclusivamente à Educação Infantil, a posiciona como uma fonte importante na história da educação brasileira. Segundo Jani Alves da Silva (2006, p. 134), este periódico é uma “publicação específica para a área da Educação Infantil, que foi criada e subvencionada pelo Estado sob a responsabilidade do MEC”. O acesso das instituições de Educação Infantil a este material ocorria por meio do encaminhamento do MEC às Secretarias de Educação dos municípios, que por sua vez, distribuíam os exemplares.

A “Revista Criança” foi lançada pelo Departamento Técnico Educacional e teve sua produção gráfica organizada pelo Departamento de Comunicação da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Sob a presidência de Claudio Moreira e supervisão de Sonia Castello Branco, as primeiras 25 edições eram conhecidas como “Revista Criança”. Nas edições 26, 27 e 28, foi adicionado o subtítulo “Revista do Professor de Educação Infantil”, e na 29ª edição, o título foi atualizado para “Revista Criança do Professor de Educação Infantil”, que perdurou até a última edição.

² Doravante também será denominado EI.

³ Doravante também será denominado MEC.

Essas transformações não só destacam o progresso evolutivo da revista, mas também indicam uma redefinição de rumos. Com o passar dos anos, a revista assumiu um papel de mediadora entre políticas públicas e práticas pedagógicas na Educação Infantil, com enfoque cada vez mais direcionado. Este reposicionamento ocorreu em paralelo com as mudanças na legislação sobre a Educação Infantil, sublinhando a necessidade de qualificar esse segmento educacional.

Durante as edições de número 24 a 29, Angela Maria Rabelo Ferreira Barreto⁴ ocupou a posição de diretora editorial da revista. A partir das edições 30 e 31, em 1998, a liderança editorial foi transferida para Gisela Wajskop⁵. Conforme explicitado na 29ª edição, essa alteração tinha como finalidade não somente revitalizar a revista, mas também torná-la mais eficaz em responder às necessidades e interesses dos profissionais atuantes na EI. Essa mudança se torna especialmente relevante quando inserida no contexto das transformações sociopolíticas e pedagógicas que estavam em curso naquele momento.

Na 30ª edição da revista, uma entrevista intitulada “Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil” ofereceu detalhes sobre os objetivos do RCNEI. Ana Amélia Inoue, Gisela Wajskop e Silvia Pereira de Carvalho, responsáveis pela elaboração do RCNEI, explicam que o documento tinha como finalidade fornecer diretrizes didáticas para os educadores, auxiliando-os na prática pedagógica.

Em relação à criação do RCNEI, as entrevistadas esclarecem que a versão inicial do documento foi submetida à avaliação de professores e especialistas de diversas regiões do Brasil. O intuito desse processo colaborativo era enriquecer a versão final do documento com contribuições diversificadas, sinalizando um comprometimento com a melhoria da EI no país.

A edição 31 da revista incluiu uma seção chamada “Carta ao Professor”, onde se faz nova menção ao RCNEI. Nesta seção, a revista anuncia que em breve os profissionais da Educação Infantil teriam acesso a um documento abrangente, dividido em três volumes, que serviria tanto como leitura informativa quanto como ferramenta de trabalho. O documento tinha o objetivo de fornecer orientações aos profissionais de Educação Infantil para a compreensão e aplicação prática dos conceitos delineados no RCNEI, os quais estavam previstos para serem integrados tanto em creches quanto em pré-escolas (Revista Criança, 1998, n. 30).

Para Bujes (2001), a revista, ao passar por essa transformação editorial, tornou-se um veículo para a divulgação e promoção do RCNEI. Ela considera que a “Revista Criança” assumiu o papel de articuladora na construção das identidades docentes no campo da Educação Infantil.

⁴ Responsável pela Coordenação de Educação Infantil do Ministério da Educação no período de 1994 a 1997.

⁵ Responsável pela Coordenação de Educação Infantil do Ministério da Educação no período de 1998 a 1999. Neste período ainda ela participou do Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, PNUD/Brasil.

Segundo Bujes (2001), a revista, ao passar por essa transformação editorial, se tornou essencialmente uma plataforma de divulgação e promoção do RCNEI. A autora expressa reservas quanto a essa mudança, argumentando que o foco da revista direcionou quase que exclusivamente para a disseminação das diretrizes e objetivos do RCNEI. Para ela, essa mudança pode ser interpretada como uma estratégia deliberada para alinhar as práticas pedagógicas dos profissionais de Educação Infantil com as diretrizes propostas pelo RCNEI, às custas da diversidade e da complexidade que a revista anteriormente abordava.

Compartilhando deste pensamento, Jani Alves da Silva (2006), argumenta que os textos da revista se tornaram meros informativos sobre as ações do MEC, funcionando como veículo de comunicação governamental dirigido aos professores, em detrimento de um espaço para debate contextualizado sobre mudanças na área da Educação Infantil.

Em síntese, a “Revista Criança” passou por diversas transformações editoriais, cada uma refletindo as intenções políticas e pedagógicas do momento. Essas mudanças não foram apenas estéticas ou temáticas, mas também funcionais, uma vez que a revista se tornou, especialmente após sua reestruturação, um veículo para a divulgação e endosso das políticas do Ministério da Educação. Deste modo, a revista não somente atuou como fonte de informações e diretrizes para os educadores, mas também como uma ferramenta estratégica para o MEC legitimar suas iniciativas na área da Educação Infantil.

“TV EDUCATIVA” E “TV ESCOLA”: ESTRATÉGIAS AUDIOVISUAIS PARA A DIVULGAÇÃO DO RCNEI

Paralelamente à “Revista Criança” (MEC), a “TV Educativa” e a “TV Escola” também funcionaram como importantes veículos para a divulgação e a legitimação das iniciativas do MEC em nosso país.

A “TV Educativa”, emissora pública fundada no Rio de Janeiro, iniciou suas atividades em 5 de novembro de 1975, transmitindo das 19h22 às 22h35. Seu conteúdo inaugural foi o curso “João da Silva”, uma combinação de telenovela e curso supletivo de 1º grau. Durante sua fase experimental, o curso foi veiculado aos domingos, em blocos de duas horas. Com o término desse período, em 4 de fevereiro de 1977, a emissora expandiu sua grade para transmitir seis horas diárias de programas educativos. Originalmente concebida como um centro de produção e difusão de conteúdo voltado para a educação a distância, a emissora foi descontinuada pelo Governo Federal em 2007, dando lugar à Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Por sua vez, a “TV Escola” foi lançada em caráter experimental em duas escolas do Piauí, Joca Vieira e João Amaro, em 4 de setembro de 1995. Seis meses mais tarde, em 4 de março de 1996, a emissora passou a transmitir sua programação educativa para todo o Brasil, 24 horas por dia. Além

de oferecer uma variedade de séries e programas educativos, a TV também desenvolveu programas específicos para educadores, como “Sala de Professor” e “Salto para o Futuro”.

Em 20 de abril de 2018, a “TV Escola” encerrou suas transmissões analógicas, passando a operar exclusivamente em sinal digital. Contudo, em 12 de dezembro de 2019, a emissora foi descontinuada por decisão do então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, que optou por não renovar o contrato com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP). Essa decisão foi revertida por meio de um mandado de segurança, permitindo à emissora continuar suas operações até encontrar um novo modelo de gestão. Nesse ínterim, surgiram dois novos canais: “Canal Educação” e “Canal Libras”, levando à extinção da “TV Escola”.

Em um vídeo produzido pela “TV Escola” no ano 2000, as pesquisadoras Gisela Wajskop, Ana Amélia Inoue e Sílvia Pereira de Carvalho, responsáveis pela elaboração do RCNEI, discutiram o documento. Junto a professores convidados, eles exploraram diversos tópicos categorizados da seguinte maneira: visão geral do RCNEI; articulação entre o RCNEI e o pensamento/prática pedagógicos; superação do assistencialismo pelo RCNEI e concretização de uma pedagogia infantil; relação entre brincar e aprender; função da Educação Infantil; e formação de professores para atuar nessa etapa de ensino.

Na primeira discussão, que trata de uma visão geral sobre o RCNEI, posicionaram-se as representantes do Ministério da Educação (MEC) Sílvia Pereira de Carvalho, Gisela Wajskop e Ana Amélia Inoue, bem como profissionais ligados a instituições de Educação Infantil, incluindo uma diretora e uma pedagoga. A primeira a se manifestar foi Sílvia Pereira de Carvalho, responsável pela coordenação do RCNEI.

Embora a gente esteja em um país onde não é obrigatório, é impossível o Governo Federal estabelecer um currículo obrigatório. O Governo Federal tem por obrigação estabelecer metas, estabelecer orientações gerais e tem muito peso essas orientações “né”, elas influenciam o mercado editorial, elas influenciam a formação de currículos, a formação de professores. (Informação Verbal, 2000).⁶

A segunda a comentar foi Gisela Wajskop, coordenadora da COEDI/MEC e responsável pela coordenação do RCNEI:

Eu acho que uma ideia básica que, de certa maneira, perpassa o Referencial, é que o professor, ele não é um profissional manual, um profissional das mãos, ele é um profissional intelectual. Tudo que acontece a partir da sua ação, acontece a partir da reflexão. (Informação Verbal, 2000).

Em seguida, pronunciou-se Ana Amélia Inoue, responsável pela coordenação do RCNEI:

A importância maior do Referencial foi ter colocado em discussão a questão do currículo para Educação Infantil, que esse era um assunto que não era muito tratado, não tinha muito debate em cima disso, não havia muita pesquisa, enfim, então acho que o fato do MEC lançar isso, é como se ele tivesse colocado uma cunha. (Informação Verbal, 2000).

⁶ As transcrições trazem os registros na íntegra da oralidade dos sujeitos, portanto, desconsidera-se os termos coloquiais.

Após as observações das representantes do MEC, a palavra foi aberta aos profissionais da EI. A primeira a fazer suas observações foi Roseliane Furlan, diretora de instituição de Educação Infantil:

Quando a gente começou a trabalhar o Referencial, ele veio assim, como se fosse uma luva pra aquilo que a gente acreditava que, até então, a gente acreditava, mas não tinha tanta fundamentação teórica anterior. (Informação Verbal, 2000).

Na sequência, Lucinha Magalhães, orientadora pedagógica, posicionou-se em relação ao RCNEI:

Eu acho que é um material muito importante na formação dos professores de Educação Infantil porque tá lá prevista a ação do professor, a concepção de aprendizagem e aquilo que é, importante de ser trabalhado em cada área do conhecimento e pensando um pouco do ponto de vista do desenvolvimento infantil, estão consideradas todas as formas de representação que na Educação Infantil precisam ser trabalhadas. (Informação Verbal, 2000).

A segunda discussão privilegiada pelo vídeo fez articulação do RCNEI ao pensamento educacional brasileiro, assim como à prática pedagógica da EI. Em relação à associação do RCNEI ao pensamento pedagógico, Silvia Pereira de Carvalho, responsável pela coordenação do RCNEI, observou que:

Ele, na verdade, representa um pensamento pedagógico, um pensamento educacional que circula no país, meio que uma condensação de uma Pré-Escola e de uma Educação Infantil mais avançadas, digamos assim. (Informação Verbal, 2000).

Por outro lado, para legitimar a hipótese da articulação entre RCNEI e experiências educativas, Sílvia Batalha, professora, pronunciou-se:

Quando ele veio, já estava dentro do que nós estávamos seguindo, uma visão mais construtivista, partindo da realidade da criança, aproveitando o que a criança já sabe, mas não estacionando nisso, usando e ampliando o conhecimento dela e, agora, nós estudamos o Referencial todo e continuamos estudando. (Informação Verbal, 2000).

O terceiro recorte temático refere-se à superação do assistencialismo e à constituição de uma pedagogia da Educação Infantil. Sobre essa relação, apenas as autoridades instituídas pelo MEC fizeram observações. Silvia Pereira de Carvalho, responsável pela coordenação do RCNEI, observou que:

A grande preocupação do Referencial é integrar as questões de cuidado e Educação, porque as crianças da Educação Infantil são muito pequenas “né”, as maiores têm 6 anos, elas têm muitas aprendizagens ligadas aos cuidados, aprender hábitos como se cuidar, elas têm que ser cuidadas porque muitas são bem pequenininhas, no berçário as de 3 anos, as de 4, precisam de alguém que diga: olha esfriou, vista um agasalho, tá quente, vamos tirar “né”. (Informação Verbal, 2000).

Em seguida, Ana Amélia Inoue, responsável pela coordenação do RCNEI, asseverou:

A preocupação que a gente tinha era que esse cuidado não fosse uma coisa assistencialista, não fosse um cuidado desvinculado de uma prática educativa e que ele fosse integrado dentro de um projeto que a escola tem, do que significa dar atendimento para essas crianças, dentro de uma escola. (Informação Verbal, 2000).

Em relação à discussão entre brincar e educar, Gisela Wajskop, coordenadora da COEDI/MEC e responsável pela coordenação do RCNEI, teceu seus comentários:

A gente propôs uma nova discussão que era de ampliar essa ideia e incluímos a ideia do brincar porque, porque o brincar, de certa maneira, por ser uma linguagem simbólica, por ser a linguagem constitutiva da criança, que é por meio dessa linguagem que ela aprende a ser gente, que ela aprende a significar as coisas, a representar, ela, por meio da imitação e da transformação dos significados dos objetos, ou mesmo do papel quando ela põe o quepe de guarda, ou quando ela põe o sapato de salto da mãe, o vestido e ela brinca de princesa. Essa dimensão do brincar trazia uma quebra e faria as pessoas pensarem que, na realidade, a Educação Infantil tá apoiada num tripé que se inter-relacionam, que diz respeito a atividades de cuidados, que diz respeito a atividades de ensino, ou seja, da Educação e de atividades mais espontâneas de brincar, de faz de conta, de mamãe e filhinha, de super-herói, de Pokémon, de seja lá o que for, que possa pra criança se transformar em um lugar de integração dessas atividades, ou outras que são atividades muito mais que estão na mão do aluno. (Informação Verbal, 2000).

No que diz respeito à função das instituições de Educação Infantil, Ana Amélia Inoue, responsável pela coordenação do RCNEI, afirmou que:

A escola, ela tem por obrigação criar o repertório das crianças, tem algumas coisas que se não for a escola que ofereça, pode ser que a criança não tenha. Essas são aquelas coisas que são essenciais. (Informação Verbal, 2000).

Em seguida, Ana Amélia Inoue, responsável pela coordenação do RCNEI, fez a seguinte observação:

O que a escola pode dar pra criança? Ela pode dar pra criança uma experiência e que aquilo é possível, “entendeu”, uma experiência onde a criança vivencie e possa ter isso pra ela “né”, de que a justiça funciona, de que o respeito ao outro funciona, não é unilateral, é de um pro outro, de outro pro outro, “entendeu”, quer dizer, onde o respeito por si próprio é valorizado “sabe”, que dizer, são coisas que eu acho que, assim, que muitas vezes isso é esquecido pela escola, então o que eu acho que é importante é a escola ser esse lugar, a escola tem que ser esse espaço, tem que ser o espaço onde afirma que sim, que isso é possível e que aqui a regra é essa. (Informação Verbal, 2000).

Por fim, Gisela Wajskop, coordenadora da COEDI/MEC e responsável pela coordenação do RCNEI, enfatizou que a efetivação das diretrizes do RCNEI tem implicação com a formação continuada dos professores:

A gente tem que fazer a formação em serviço, então, as escolas têm que criar estratégias de achar um tempo na rotina, seja uma vez por semana, uma vez a cada 15 dias, no período oposto ao que o professor trabalha, ou no mesmo período, pra que haja uma discussão constante da prática de sala de aula à luz de teóricos ou de leitura que, porventura, os professores forem fazendo. A questão da formação continuada, formação em serviço, ela é básica, fundamental, agora que a gente tem diretrizes que orientam pra um como, porque e pra onde educar as crianças pequenas, esse como, esse porquê e esse pra onde, tem que ser discutido incessantemente e a

gente tem que pensar em avaliar a prática docente da sala de aula, as atividades com as crianças, não é só avaliar o que tá errado “né”, porque a gente tem uma tendência, o professor especialmente acha que, assim, avaliação é pra avaliar o que dá errado “né”, pra mudar o que dá errado, não, é pra avaliar o que deu certo “né”, é pra repetir o que tá dando certo, é pra o colega poder fazer a mesma atividade que eu fiz e que deu certo, que foi um sucesso, com algumas alterações com algumas mudanças “né”. Durante um certo tempo, você ia fazer uma palestra e a primeira pergunta que as pessoas perguntavam era o seguinte, pode se alfabetizar na pré-escola? Hoje não se tem mais essa pergunta, que se sabe o seguinte: que o processo de alfabetização é um processo longo e começa desde que a criança é pequenininha, desde que ela tem contato com as coisas escritas. Tem coisas escritas e as crianças querem saber o que está escrito “né”, o que significa que, então, elas entendem que lá tem algum sistema que representa, que significa, que expressa, que elas não conseguem ler e, então, o professor tem que dar instrumentos pra ela fazer isso, quer dizer, então, na Educação Infantil, na creche, na pré-escola, como é que a gente faz isso, primeiro em meio a um ambiente que tem coisas escritas sim, falando para as crianças que lá tem coisas escritas e contando o que tá escrito, depois lendo um livro de história, contando muita história e valorizando o que elas escrevem, mas mostrar para as crianças que tem um jeito convencional de escrever e que, em geral, a gente começa apresentando pra própria criança escrever seu próprio nome. Porque se a escrita é uma unidade de significado e tá carregada de emoção, o nome é associado à minha própria pessoa, então, a coisa que eu quero saber escrever é meu nome. Então, depois brincando com as letras do nome, comparando seu nome com a do coleguinha, escrevendo um em baixo do outro, Mário, Maria, Mariela, Marcelo, eu vou compreendendo que existem unidades que compõe esse nome e que esse nome tá dentro de um texto e vou aprendendo a escrever. (Informação Verbal, 2000).

As opiniões sobre o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) apresentam divergências em aspectos específicos, mas convergem em tópicos fundamentais, sublinhando a função do documento como um orientador que influencia múltiplas facetas da Educação Infantil no Brasil. A análise das declarações dos diferentes atores envolvidos, revela o consenso sobre a importância estratégica do RCNEI. Este consenso se manifesta na capacidade do documento de estruturar diálogos sobre currículo, validar práticas pedagógicas existentes e promover a formação continuada dos educadores.

Além desses pontos, outros temas emergem com frequência nas discussões, como a tensão entre a centralização das diretrizes e a autonomia das instituições educacionais na sua implementação. Este aspecto é particularmente relevante, pois levanta questões sobre como o RCNEI pode ser adaptado ou modificado para atender às necessidades específicas de diferentes contextos educacionais, sem perder sua essência e objetivos.

O discurso da equipe do Ministério da Educação (MEC) em relação ao RCNEI não busca apenas a legitimação institucional, mas também a inclusão das perspectivas daqueles que estão na linha de frente da educação: diretores, pedagogos e professores. Esta inclusão é estratégica, pois, na visão da equipe liderada por Gisela Wajskop, existe um capital simbólico de reconhecimento que só pode ser ativado quando as vozes desses profissionais são incorporadas.

Segundo Bourdieu (1998, 2008), o sucesso de um enunciado performativo, neste caso, o discurso sobre o RCNEI, depende não apenas do conteúdo do discurso, mas também da posição social e da autoridade do locutor. Isso significa que a eficácia do discurso é condicionada pela interação entre o emissor e o receptor, bem como pelo contexto social e institucional em que é proferido.

Nesse cenário, quando diretores, pedagogos e professores reafirmam a importância do RCNEI, eles não apenas validam, mas também fortalecem o discurso do MEC. Este fortalecimento ocorre porque os profissionais da educação, ao reconhecerem a autoridade do MEC para emitir tal discurso, contribuem para sua eficácia e, por extensão, para a eficácia do próprio RCNEI como instrumento de política educacional.

Outro exemplo da eficácia simbólica das palavras é o programa da série “Parâmetros Curriculares Nacionais”, que incluiu o RCNEI e foi transmitido pela “TV Educativa” do MEC em 21 de maio de 1999. De acordo com Bourdieu (1998, 2008, 2010), a fala oficial é proferida por porta-vozes autorizados em contextos formais. Nesse sentido, esse programa e outros da mesma série representam esses contextos. Neles, os profissionais responsáveis pela elaboração dos documentos fazem declarações públicas, respaldadas por sua autoridade institucional, para legitimar suas proposições por meio da linguagem autorizada.

Nesse episódio, Gisela Wajskop, Silvia Pereira de Carvalho, Anamélia Bueno Bouro e Teca de Alencar Brito, responsáveis pela elaboração do RCNEI, responderam a perguntas de auditório durante uma teleconferência. A primeira questão foi apresentada por Eduiles Rosalia Ferreira, da Secretaria de Estado da Educação/COEDI, no auditório da Embratel no Rio de Janeiro:

Vendo o trabalho hoje aqui, que o MEC empreende, de estar vinculando o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, eu percebi que as inúmeras reflexões que eu tinha feito e as inúmeras perguntas que tinham vindo à minha mente pra estar trazendo aqui, foram respondidas e comentadas durante a fala de vocês. Mas eu gostaria de me reportar ao que eu vi no volume introdutório do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, mais especificamente a página 41, na fala a respeito do perfil profissional do educador infantil. Observa-se ali a polivalência exigida do professor e propõem que esse deva ser uma pessoa em constante reflexão sobre sua prática. Indica ainda como instrumento para tal reflexão a observação, o registro, o planejamento e a avaliação. Considerando esses tópicos: a observação, o registro, o planejamento e a avaliação, de primordial importância, e acreditando que poucos professores sobre eles debruçam seus estudos, eu pergunto: O MEC pretende oferecer uma formação continuada a respeito desses assuntos, aos professores de todo território e há uma proposta de feitura de programas específicos e atualizados a serem veiculados pelos meios de comunicação? (Informação Verbal, 1999).

Silvia Pereira de Carvalho, responsável pela coordenação do RCNEI, fez as seguintes observações para contemplar a indagação acima:

Eu acho que o MEC já vem envidando esforços “né”, nesses fóruns que a professora Gisela colocou e nós temos participado. O MEC também tem uma revista que chama Criança, onde a questão do registro é absolutamente fundamental e isso tá sendo entregue em mais de 100 mil exemplares, entregues a nível nacional e eu acho que é

um esforço coletivo, melhorar a qualidade do trabalho do professor, são os municípios, são as Secretarias de Educação, é um esforço de todos nós, observar, registrar, planejar e avaliar, é absolutamente fundamental na prática pedagógica. (Informação Verbal, 1999).

Além de Silvia Pereira de Carvalho, Gisela Wajskop ressaltou que:

Rapidamente, o MEC pretende subsidiar e contribuir com a formação continuada dos professores em nível municipal e estadual, em primeiro lugar produzindo essa revista Criança do Professor de Educação Infantil, que já está em uma publicação de 120 mil exemplares e que se pretende mais um material de complementação a formação continuada nas localidades. A outra questão que é o recurso que existe no FNDE para financiamento de processos de formação nos municípios, cuja solicitação pode ser feita por meio de projetos elaborados pelos municípios e apresentados ao FNDE, na sistemática da Secretaria de Educação. (Informação Verbal, 1999)⁷.

A segunda indagação foi sistematizada por Maria Ilza, pedagoga da Secretaria Municipal de Educação de Salvador-Bahia, auditório de Salvador-Bahia:

A nossa questão é a seguinte: Sabe-se que a autoestima da criança é de fundamental importância para o seu desenvolvimento, entretanto, muitos professores tem dificuldade de criar situações que estimulem o processo de construção da autoconfiança da criança. Diante disso, que situações educativas poderão ser utilizadas para fortalecer a autoestima da criança? Obrigada por essa enriquecedora oportunidade. (Informação Verbal, 1999).

Em relação ao questionamento da pedagoga Maria Ilza, Ana Amélia Inoue considerou:

Olha, eu acho que dentro da instituição, essa questão que se levantou, ela é importante, mesmo porque, eu trabalho com a criança nessa faixa etária e a questão da autoestima, do autorrespeito “né”, é fundamental, não só nessa faixa etária, mas para o ser humano em todo o seu desenvolvimento. Eu acho que assim, você oferecer situações e atividades onde a criança possa “tá” avançando no seu processo, conhecendo coisas novas, percebendo que ela pode aprender, que ela é competente naquilo, que ela tem condições de fazer conquistas, essa é a principal atuação que a instituição pode fazer. Agora, além disso, tem uma série de outras ações que permeia todo o conteúdo escolar, que estão relacionadas “daí”, com a forma como essa criança é tratada entendeu, na relação com o professor, na relação com seus pares, qual o espaço que ela tem dentro do convívio escolar “né”, quer dizer, a gente fala de respeito, mais essa criança é respeitada nas suas intervenções, nas curiosidades que ela tem, quer dizer, o professor ouve essa criança com real interesse pelas questões que ela tá colocando ou não, trata daí das curiosidades dela, as contribuições que ela traz, todo o arsenal de conhecimentos que ela já possui são considerados importantes e que trazem alguma contribuição, então acho que são muitas as situações que vão “tá” contribuindo e que o professor tem que “tá” refletindo sobre isso. (Informação Verbal, 1999).

Em relação ao debate da pergunta anterior, a apresentadora da “TV Educativa” fez a seguinte indagação: “Você poderia dar pra gente um exemplo de como isso aconteceria?” (Informação verbal, 1999). Ana Amélia Inoue observou que:

Dentro da escola, então (pausa), eu acho que é criando situações concretas “né”, onde a criança vai tá fazendo, por exemplo, você pega e monta uma atividade de artes,

⁷ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

onde o que ela fala, a atividade de artes, o produto dela é valorizado de alguma forma, você faz uma exposição, você coloca para as outras crianças verem, das outras classes, os professores estarem vindo ver, você mostra o que eles conseguiram avançar. (Informação Verbal, 1999).

Novamente, emendou a apresentadora: “Até mesmo um painel em uma parede?” (Informação verbal). Em seguida, pronunciou-se Ana Amélia Inoue:

Pois é, essa é uma atividade que você pode fazer, agora você vai (pausa) em algumas instituições, onde você chega lá e as paredes estão recheadas de fotos de crianças lindas, maravilhosas, de olho azul e tal, que não tem nada a ver com aquela realidade, isso também tá trabalhado contra, na verdade, a construção de uma autoestima delas, porque elas “tão” se vendo no espelho, elas sabem como que elas são, então, de repente, se você fala: olha o bonito é isso, também tem que ser pensado, não só as atividades, mais como você constrói esse ambiente. (Informação Verbal, 1999).

A terceira e última pergunta foi elaborada por Maria Aparecida Costa, educadora do Departamento de Educação Infantil da Superintendência de Ensino Fundamental, auditório de Goiânia – Goiás:

Para garantir a qualidade da Educação Infantil, o referencial Curricular Nacional propõe que sejam asseguradas condições quanto à formação do educador, ao espaço físico adequado e material pedagógico suficiente e diversificado. Como o MEC pretende viabilizar, considerando que, atualmente, não existe nenhuma fonte de financiamento e muitos municípios não estão assumindo a Educação Infantil pela ausência de recursos? (Informação Verbal, 1999).

Na avaliação de Gisela Wajskop:

Eu já havia, de certa forma, introduzido essa resposta, mais o auxílio do MEC com relação a essa questão de administração dos recursos nos municípios, em primeiro lugar, o MEC, junto com os Conselhos Nacionais, lança o documento Subsídios para Credenciamento e Funcionamento das Instituições de Educação Infantil, no qual as legislações estão detalhadas, com relação às competências de cada esfera, em segundo lugar, eu já coloquei, há um programa de financiamento especificamente voltado para os profissionais de Educação Infantil, que podem ser solicitados por meio de projetos enviados ao FNDE até o final do mês de junho, que fazem as sistemáticas dos municípios, essa é uma das fontes de financiamento. (Informação Verbal, 1999).

Como se pôde observar pelas diversas intervenções, o programa da série “Parâmetros Curriculares Nacionais” proporcionou uma visão abrangente das diretrizes educacionais para a Educação Infantil (EI) no Brasil. Esse programa se mostrou significativo ao abordar temas cruciais, como a formação continuada de professores, a integração entre diferentes níveis de governo e instituições, o desenvolvimento infantil, a garantia de qualidade na educação e os recursos disponíveis para financiamento.

A complexidade e o impacto do RCNEI na Educação Infantil brasileira foram destacados não apenas pela diversidade dos temas tratados, mas também pelo esforço da equipe responsável pelo programa em buscar legitimidade para seu discurso. Essa legitimidade é construída em um contexto

específico e é articulada por pessoas autorizadas em espaços apropriados, o que valida ainda mais sua importância e impacto.

É importante ressaltar que a legitimidade do discurso não é um fenômeno isolado, mas o resultado de um processo contínuo de validação e revalidação. Esse processo envolve múltiplas instâncias de poder e autoridade, desde o nível macro de políticas governamentais até o nível micro de práticas pedagógicas em salas de aula. Cada uma dessas instâncias contribui para a construção da autoridade do RCNEI, tornando-o um documento de referência no campo da Educação Infantil.

Segundo Bourdieu (1998, 2008), o discurso age como uma forma de capital simbólico que envolve tanto os produtores quanto os receptores. Neste caso, a autoridade do RCNEI não advém apenas das credenciais de seus formuladores ou do peso institucional do MEC, mas também da receptividade e confiança depositadas por educadores, administradores e outros atores relevantes no campo da Educação Infantil. Essa dinâmica bidirecional entre produção e recepção reforça a autoridade do programa e sublinha a necessidade de um comprometimento mútuo para alcançar padrões de qualidade na Educação Infantil.

Além disso, é crucial considerar o papel dos meios de comunicação na disseminação do RCNEI. A presença dos meios de comunicação, como a “Revista Criança”, “TV Escola” e a “TV Educativa”, amplia o alcance do documento, permitindo que ele seja acessado e implementado em regiões geograficamente dispersas, o que contribui para a uniformização de práticas educacionais em todo o território nacional.

Em última análise, o sucesso do RCNEI, e por extensão, o sucesso da EI no Brasil, depende não apenas das políticas e práticas recomendadas, mas também de como essas orientações são recebidas, interpretadas e aplicadas no cotidiano das instituições educacionais. O papel do receptor, neste contexto, é tão crucial quanto o do emissor na construção de um sistema educacional robusto e eficaz.

Para concluir, a eficácia do RCNEI como um instrumento de política educacional não pode ser avaliada isoladamente, mas deve ser entendida como parte de um ecossistema mais amplo que inclui políticas públicas, práticas institucionais e dinâmicas sociais. A interação desses elementos, em última instância, determina o impacto real do RCNEI na melhoria da qualidade da Educação Infantil no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eficácia de um discurso institucional, como o do RCNEI, não se baseia apenas em sua estrutura linguística ou conteúdo. Ela também é moldada pela interação entre o espaço social onde o discurso é produzido e o campo em que os receptores, neste caso, escolas e professores, estão

inseridos. Dessa forma, a autoridade intrínseca à linguagem vai além das palavras, ela também é influenciada pelo contexto social e institucional em que é proferida.

Conforme Bourdieu (1998, 2008, 2010), o acesso a meios legítimos de expressão e a autoridade institucional são fundamentais para diferenciar uma afirmação performativa autorizada de uma mera impostura. Em outras palavras, é a posição social e a autoridade do locutor que conferem legitimidade ao discurso, e não apenas o conteúdo do próprio discurso. Nesse contexto, as estratégias de legitimação do MEC para a Educação Infantil, divulgadas por canais oficiais como a “Revista Criança”, “TV Escola” e a “TV Educativa”, desempenharam papel crucial na construção dessa autoridade.

Esse processo de legitimação ganha ainda mais relevância considerando que a elaboração e a revisão do RCNEI não foram isentas de controvérsias entre pesquisadores e profissionais da Educação Infantil no Brasil. No entanto, o discurso foi permeado por uma linguagem autorizada e fundamentado em uma visão legitimada, estabelecendo assim as bases para sua eficácia e aceitação no campo educacional.

Em resumo, o RCNEI e suas propostas tornam-se eficazes não apenas pelo seu conteúdo instrutivo, mas também por serem reconhecidos como legítimos pelos atores envolvidos no campo educacional. Essa legitimidade, fruto da interação entre o espaço social de produção e o campo de recepção, valida e reforça a importância do RCNEI como um instrumento crucial para a orientação curricular na Educação Infantil brasileira.

Portanto, a eficácia de qualquer política para a Educação Infantil, deve ser avaliada não apenas em termos de seu conteúdo e estrutura, mas também em relação ao seu impacto no sistema educacional mais amplo, que inclui as políticas públicas, as práticas institucionais e as dinâmicas sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Revista criança do professor de educação infantil**. Brasília, DF: MEC, n. 24, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Revista criança do professor de educação infantil**. Brasília, DF: MEC, n. 25, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Revista criança do professor de educação infantil**. Brasília, DF: MEC, n. 26, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Revista criança do professor de educação infantil**. Brasília, DF: MEC, n. 27, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Revista criança do professor de educação infantil**. Brasília, DF: MEC, n. 28, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Revista criança do professor de educação infantil**. Brasília, DF: MEC, n. 29, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Revista criança do professor de educação infantil**. Brasília, DF: MEC, n. 30, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para Educação Infantil**. (Versão Preliminar). Brasília, DF: MEC, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998b.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Programa da série Parâmetros Curriculares Nacionais sobre o RCNEI**. Brasília, DF: MEC, 1999. DVD. Acervo pessoal.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **TV Escola: relatório 1996/2002**. Brasília, DF: MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. TV ESCOLA. Ministério da Educação. Brasília, DF: MEC. 2000. **Vídeo I**. Disponível em: http://youtu.be/a33Ej_huuFA. Acesso em: 06 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. TV ESCOLA. Ministério da Educação. Brasília, DF: MEC. 2000. **Vídeo II**. Disponível em: http://youtu.be/oLbce_4SYRg. Acesso em: 06 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. TV ESCOLA. Ministério da Educação. Brasília, DF: MEC. 2000. **Vídeo III**. Disponível em: <http://youtu.be/dN8QrtTxS9g>. Acesso em: 06 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. TV ESCOLA. Ministério da Educação. Brasília, DF: MEC. 2000. **Vídeo IV**. Disponível em: <http://youtu.be/jomrHR8A7LE>. Acesso em: 06 set. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2 ed. São Paulo: USP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: EDUSP; Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinarias**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SILVA, Jani Alves da. **Políticas públicas para a Educação Infantil em revistas dirigidas: uma análise da revista nova escola e revista criança na década de 1990**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.



O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional coloca a disposição de seus usuários a versão interativa da Revista Eletrônica Documento/Monumento, periódico eletrônico voltado a divulgação de artigos científicos produzidos por professores, alunos e técnicos.

NDIHR

